

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE FILOSOFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

PAOLA NUNES DE SOUZA

**O ESCLARECIMENTO KANTIANO**

GOIÂNIA  
2019

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR  
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES  
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico:     Dissertação     Tese

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

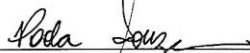
Nome completo do autor: Paola Nunes de Souza

Título do trabalho: O Esclarecimento Kantiano

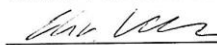
3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento  SIM     NÃO<sup>1</sup>

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.

  
Assinatura do(a) autor(a)<sup>2</sup>

Ciente e de acordo:

  
Assinatura do(a) orientador(a)<sup>2</sup>

Data: 18/12/2019

<sup>1</sup> Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

<sup>2</sup> A assinatura deve ser escaneada.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE FILOSOFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

PAOLA NUNES DE SOUZA

## **O ESCLARECIMENTO KANTIANO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia, na Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Goiás, como requisito para a obtenção do título de Mestra em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Hans Christian Klotz

GOIÂNIA  
2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Souza, Paola Nunes de  
O Esclarecimento Kantiano [manuscrito] / Paola Nunes de Souza.  
- 2019.  
cxxxvii, 137 f.

Orientador: Prof. Dr. Hans Christian Klotz.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,  
Faculdade de Filosofia (Fafil), Programa de Pós-Graduação em Filosofia,  
Goiânia, 2019.  
Bibliografia.  
Inclui siglas, abreviaturas.

1. Kant. 2. Aufklärung. 3. Esclarecimento. 4. Pensamento. 5.  
Autonomia. I. Klotz, Hans Christian, orient. II. Título.

CDU 1

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE FILOSOFIA

**Ata de Defesa de Dissertação**

Ata nº 12/2019 do PPGFil-UFG da sessão de Defesa de Dissertação de Paola Nunes de Souza, que confere o título de Mestre em Filosofia, na área de concentração em Filosofia.

Aos dezoito dias do mês de novembro de dois mil e dezenove, a partir das 14:30 h, na Sala de Defesas da Faculdade de Filosofia, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada “O Esclarecimento Kantiano”. Os trabalhos foram instalados pelo Orientador, Professor Doutor Hans Christian Klotz (FAFIL-UFG), com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor Doutor Paulo Roberto Licht dos Santos (DFIL-UFSCar), membro titular externo, cuja participação ocorreu através de videoconferência; Professor Doutor Fábio Ferreira de Almeida (FAFIL-UFG), membro titular interno. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido a candidata **aprovada** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo Professor Doutor Hans Christian Klotz, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos dezoito dias do mês de novembro de dois mil e dezenove.

---

Documento assinado eletronicamente por **Hans Christian Klotz, Presidente**, em 18/11/2019, às 16:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

---

Documento assinado eletronicamente por **Paulo Roberto Licht dos Santos, Usuário Externo**, em 18/11/2019, às 16:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

---

Documento assinado eletronicamente por **Fábio Ferreira De Almeida, Professor do Magistério Superior**, em 18/11/2019, às 17:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

---

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0956833** e o código CRC **8338383D**.

---

*“Mas a razão e o Esclarecimento dissiparam essas sombras que pairavam sobre a humanidade; verdade é que ainda não terminaram sua obra, e a luta continua. Essa luta, meu caro senhor, chama-se trabalho, trabalho terreno, trabalho em prol da Terra, da honra e dos interesses da humanidade. E temperadas, dia a dia, por essa luta, aquelas forças acabarão por libertar o homem e por guiá-lo pelos caminhos do progresso e da civilização, rumo a uma luz cada vez mais clara, mais sua e mais pura.”*

Thomas Mann. *A montanha mágica.*

## AGRADECIMENTOS

À minha mãe querida, Alda Nunes de Souza, muito obrigada pela paciência, pelo amor, pelo carinho e por sempre apoiar meus estudos. *Gratidão*, de coração, por ter me proporcionado, apesar de todas as dificuldades que enfrentamos, as condições para que eu pudesse tentar me esclarecer.

Ao meu orientador, professor Hans Christian Klotz, agradeço o apoio em relação a esta pesquisa, as observações sempre pontuais e livros que foram fundamentais para as minhas reflexões durante a escrita deste trabalho. Muito obrigada pelas orientações, pelas conversas e por toda paciência ao longo desse período conturbado de pesquisa.

À minha melhor amiga, Lorena Nunes de Souza, agradeço a paciência e genuína *comunicabilidade* nas nossas longas conversas ao longo dos anos, tanto sobre filosofia, quanto história, religião e tantas outras temáticas que em muito ajudaram a despertar em mim o amor pelo conhecimento.

Ao Instituto Federal de Goiás, local no qual trabalho e que me propiciou as condições necessárias para que eu tivesse acesso aos livros e textos que eu precisava para conduzir esta pesquisa. Aos amigos e colegas que tenho nesta Instituição, em especial a todos da Diretoria de Comunicação Social, o meu muito obrigada.

À Universidade Federal de Goiás, agradeço a oportunidade de desenvolver esta pesquisa – e outras muitas que me levaram a este resultado, inclusive durante a minha primeira graduação em Letras, nesta mesma Instituição. Em especial, agradeço à Faculdade de Filosofia e ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia por todo apoio e compreensão.

Ao professor que ministrou a disciplina de Linguística I, na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás, no ano de 2002, Oto Araújo Vale. Por meio de suas aulas, tive acesso pela primeira vez a um texto filosófico: a *República*, de Platão. A partir daquele momento, outros textos, inclusive o opúsculo sobre a *Aufklärung*, entraram em minha vida, e posso dizer que ali meu mundo mudou. Nesse sentido, muitíssimo obrigada por ter sido, provavelmente sem saber, uma porta de entrada para a Filosofia na minha existência.

## RESUMO

Esta pesquisa tem o propósito de investigar alguns aspectos relacionados ao conceito de *Aufklärung* presente nos escritos de Immanuel Kant, tendo como ponto de partida a análise do processo de Esclarecimento desenvolvido pelo filósofo. A partir da observação de obras kantianas, vê-se que esse processo pressupõe como algo *necessário* o uso do entendimento, da autonomia, do pensamento por si mesmo e da liberdade por parte dos sujeitos envolvidos, apresentando, assim, uma correlação singular com o âmbito da ética postulada por Kant, além de articular-se com aspectos fundamentais políticos e educacionais. Nesse sentido, para entender a *Aufklärung* ou o Esclarecimento kantiano, procura-se, nesta dissertação, primeiramente, analisar alguns aspectos históricos desse conceito e também do contexto em que surge a pergunta que movimentou a Ilustração alemã sobre o termo *Aufklärung*, em 1783. Posteriormente, busca-se analisar mais profundamente a resposta kantiana e também observar a forma como se constrói o diálogo sobre o tema, a partir de outras problematizações presentes na própria filosofia crítica de Kant. Por fim, além de discorrer a respeito de algumas das ligações metacríticas que a discussão kantiana estabelece com o seu tempo histórico e com a sua própria filosofia, procuramos pensar na atualidade do conceito de Esclarecimento, alicerçados na reflexão de teóricos contemporâneos que pensaram a respeito do processo de *Aufklärung*.

**Palavras-chave:** Kant. *Aufklärung*. Esclarecimento. Pensamento. Autonomia.

## ABSTRACT

This research aims to investigate some aspects related to the concept of *Aufklärung* present in the writings of Immanuel Kant, from the analysis of the Enlightenment process developed by the philosopher. From the observation of Kantian works, we see that this process presupposes as necessary the use of understanding, autonomy, self-thinking and freedom on the part of the subjects involved, thus presenting a unique correlation with Kant's ethics, and also articulate with fundamental political and educational aspects. In this sense, in order to understand *Aufklärung* or the Kantian Enlightenment, this dissertation seeks, firstly, to analyze some historical aspects of this concept and also the context in which the question that moved the German Illustration about the term *Aufklärung* in 1783 arises. Subsequently, we seek to analyze more deeply the Kantian answer and also to observe the way the dialogue on the theme is built, from other questionings present in Kant's own critical philosophy. Finally, besides discussing some of the metacritical links that the Kantian discussion establishes with its historical time and its own philosophy, we try to think about the current concept of Enlightenment, from the reflection of contemporary theorists who thought about the *Aufklärung* process.

**Keywords:** Kant. *Aufklärung*. Enlightenment. Thinking. Autonomy.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

As citações de Kant correspondem à forma que é aceita como padrão pela Sociedade Kant Brasileira:

- Siglum, AA (Bd.-Nr.): Seite[n].Zeile[n].
- Sigla, AA (número do volume): página[s]. linha[s].
- Ex: IaG, AA 08: 30. 10-15. - “n.” significando “nota” e “f.” ou “ff.” significando página “seguinte” ou “seguintes”
- Os itálicos presentes nas citações são ênfase do próprio Kant, já os negritos são meus.
- Usa-se “[ ]” para acrescentar palavras nas citações.

|      |   |
|------|---|
| AA   | Akademie-Ausgabe<br><i>Edição da Academia</i>   |
| Anth | Anthropologie in pragmatischer Hinsicht (AA 07)<br><i>Antropologia de um ponto de vista pragmático</i>  |
| Br   | Briefe (AA 10–13)<br><i>Correspondence</i>  |
| GMS  | Grundlegung zur Metaphysik der Sitten (AA 04)<br><i>Fundamentação da metafísica dos costumes</i>  |
| IaG  | Idee zu einer allgemeinen Geschichte in weltbürgerlicher Absicht (AA 08)<br><i>Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita</i> |
| KpV  | Kritik der praktischen Vernunft (AA 05)<br><i>Crítica da razão prática</i>  |
| KrV  | Kritik der reinen Vernunft (zu zitieren nach Originalpaginierung A/B)<br><i>Crítica da razão pura</i>   |
| KU   | Kritik der Urteilskraft (AA 05)<br><i>Crítica da faculdade do juízo</i>   |

|              |   |
|--------------|---|
| Log          | Logik (AA 09)<br><i>Manual dos cursos de lógica</i>   |
| MS           | Die Metaphysik der Sitten (AA 06)<br><i>A Metafísica dos costumes</i>   |
| OP           | Opus Postumum (AA 21 u. 22)<br><i>Opus Postumum</i>   |
| Päd          | Pädagogik (AA 09)<br><i>Sobre a pedagogia</i>   |
| RGV          | Die Religion innerhalb der Grenzen der bloßen Vernunft (AA 06) <sup>1</sup><br><i>A religião nos limites da simples razão</i>               |
| SF           | Der Streit der Fakultäten (AA 07)<br><i>O conflito das faculdades</i>   |
| V-Mo/Collins | Moralphilosophie Collins (AA 27)<br>Preleções sobre filosofia moral anotadas segundo o aluno Collins<br>(AA 27) – <i>Lectures on ethics</i> |
| WA           | Beantwortung der Frage: Was ist Aufklärung? (AA 08)<br><i>Resposta à pergunta: O que é Esclarecimento?</i>                                  |
| WDO          | Was heißt: Sich im Denken orientieren? (AA 08)<br><i>O que significa orientar-se pelo pensamento</i>  |

---

<sup>1</sup> No caso desta obra em especial, como não foi possível ter acesso a uma edição que apresentasse, de fato, a paginação da Akademie-Ausgabe, nas referências foi utilizado o número de página presente na edição portuguesa usada na pesquisa: *A religião nos limites da simples razão*. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2008.

## SUMÁRIO

|   |            |
|---|------------|
| INTRODUÇÃO.....   | 14         |
| <b>CAPÍTULO I: A PERGUNTA SOBRE O ESCLARECIMENTO.....</b>   | <b>22</b>  |
| <b>1.1 ILUMINISMO OU ESCLARECIMENTO.....</b>  | <b>23</b>  |
| <b>1.2 A QUESTÃO <i>WAS IST AUFKLÄRUNG?</i> PROPOSTA NO <i>BERLINISCHEN MONATSSCHRIFT</i> .....</b> | <b>41</b>  |
| <b>CAPÍTULO II: A RESPOSTA KANTIANA SOBRE O ESCLARECIMENTO.....</b>                                 | <b>46</b>  |
| <b>2.1 AUSÊNCIA DE SISTEMATICIDADE.....</b>   | <b>48</b>  |
| <b>2.2 O ESCLARECIMENTO NA RESPOSTA KANTIANA.....</b>   | <b>52</b>  |
| 2.2.1 SAÍDA DA MENORIDADE, ENTENDIMENTO E CULPA .....   | 52         |
| 2.2.2 <i>SAPERE AUDE</i> : UM CHAMAMENTO POLÍTICO?.....   | 65         |
| 2.2.3 LIBERDADE PÚBLICA, OBEDIÊNCIA E GOVERNO .....   | 73         |
| <b>CAPÍTULO III: METACRÍTICA DO ESCLARECIMENTO .....</b>  | <b>90</b>  |
| <b>3.2 AUTONOMIA MORAL E LIBERDADE.....</b>   | <b>95</b>  |
| <b>3.3 REVOLUÇÃO, PENSAMENTO POR SI MESMO E CRITICIDADE .....</b>                                   | <b>103</b> |
| <b>3.4 EDUCAÇÃO, POLÍTICA E O FIM ÚLTIMO DA HUMANIDADE.....</b>                                     | <b>112</b> |
| <b>3.4 BREVES REFLEXÕES SOBRE O ESCLARECIMENTO CONTEMPORÂNEO .....</b>                              | <b>116</b> |
| <b>CONCLUSÃO.....</b>   | <b>125</b> |



## INTRODUÇÃO

Ao longo de seu trabalho filosófico, Immanuel Kant problematizou a expressão *Aufklärung* em várias obras, e a mais famosa conceituação desse termo certamente pode ser vista no opúsculo publicado em 1784, intitulado “*Beantwortung der Frage: was ist Aufklärung?*”, traduzido comumente no Brasil pelo título “Resposta à pergunta: O que é Esclarecimento?”.

Partindo do mote horaciano *sapere aude*, que pode ser traduzido por “ouse conhecer/saber”, e conclamando seus interlocutores a terem coragem de usar o seu entendimento, Kant, nesse famoso ensaio publicado no jornal *Berlinischen Monatsschrift*, trouxe à tona uma reflexão que tem na defesa da autonomia e da liberdade em prol do uso do conhecimento um elemento basilar.

Ainda que não seja observado com frequência, o conceito de *Aufklärung*, em Kant, está presente também em outros escritos. E essa presença se manifesta nas obras do filósofo, não raro, por meio de um interessante empreendimento dialógico com sua teoria como um todo. Assim, embora não tenha sido problematizado de forma sistemática, percebe-se que o conceito em questão, devido à forma como se manifesta em sua obra e dado o modo como é definido, não parece ser um elemento à margem do escopo kantiano, muito menos um acidente de percurso motivado pela escrita de um texto para um jornal iluminista.

Nesse sentido, entender o que significa o Esclarecimento no pensamento kantiano é o que move esta pesquisa. Nesse contexto, refletir a respeito do que é a *Aufklärung* proposta por Kant; observar quais elementos são mobilizados no processo de Esclarecimento; tentar entender como esse processo é construído; e tentar vislumbrar qual é a relação dele com alguns dos conceitos que estão presentes na filosofia kantiana são alguns dos elementos que procuramos elucidar ao longo desta dissertação.

Quando se tem contato com as obras de Kant, sobretudo aquelas escritas após 1781, ano do lançamento da primeira edição da *Crítica da razão pura*, vemos que o filósofo em vários momentos problematiza a *Aufklärung*. Por que isso acontece com certa frequência é algo que podemos questionar, mas uma resposta clara e definitiva sobre isso não é possível fornecer. Talvez, possamos apenas aventar respostas pensando no contexto histórico do Iluminismo alemão.

Denominado também como *Aufklärung*, a Ilustração alemã foi um período histórico bastante singular que fez parte da cultura na qual Kant se formou e produziu suas ideias. Contudo, indo além do marco significativo temporal que marca a expressão em questão, pela forma como apresentou o conceito ao longo de algumas de suas obras, percebe-se que Kant trouxe à luz uma definição de *Aufklärung* muito própria. Sustentado em algumas características peculiares da sua filosofia, o Esclarecimento aqui parece apontar para um processo desenvolvido pelo sujeito no âmbito, sobretudo, do conhecimento, da ética, da política e da educação.

Como afirmamos, a expressão *Aufklärung* é nominalmente percebida e discutida em vários textos kantianos. Com efeito, além do opúsculo publicado no *Berlinischen Monatsschrift*<sup>2</sup> que a problematiza propriamente, a discussão e mesmo a afirmação sobre a importância da *Aufklärung* se apresentam tanto em ensaios e artigos publicados em jornais, quanto em livros escritos pelo filósofo. Quando não está posta nominalmente, depreende-se também de várias passagens textuais a presença de elementos que fazem parte da *Aufklärung*, tanto pelo modo como essas reflexões são construídas, quanto pelos termos utilizados na sua problematização.

No opúsculo *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*, ensaio no qual destaca sua visão de filosofia da história, publicado no *Berlinischen Monatsschrift* também no ano de 1784, Kant em vários momentos chama atenção para o tema do Esclarecimento, a partir da ideia de progresso, problematizando da mesma forma que acontece na *Resposta* o aspecto ético e moral presente no âmbito da *Aufklärung*. Naquela que é considerada sua obra mais famosa de ética, a *Fundamentação da metafísica dos costumes*, de 1785, Kant, assim como o faz no seu ensaio sobre história, chama atenção para o sujeito *aufgeklärt*, o sujeito esclarecido. Em um ensaio publicado no ano de 1786, intitulado “O que significa orientar-se pelo pensamento”, Kant discorre a respeito do Esclarecimento e, nessa discussão, disserta sobre o tema afinado à ideia de pensamento crítico e de educação. Na *Crítica da faculdade do juízo*, publicada em 1790, Kant ressalta a importância da *Aufklärung* e afirma que o conceito diz respeito a “uma

---

<sup>2</sup> É importante destacar que há uma grande confusão quanto à forma como se escreve corretamente o nome do *Jornal Berlinense*. Por essa razão, para fins de uniformidade, ao longo desta dissertação, iremos padronizar a escrita do nome do jornal de acordo com aquilo que está presente na *Obra completa* de Kant, editada em alemão, pela Editora Suhrkamp, mais precisamente nos *Schriften zur Anthropologie, Geschichtsphilosophie, Politik und Pädagogik 1*, no qual se encontram vários textos que foram divulgados no referido jornal alemão.

máxima do entendimento humano da razão ativa”, a qual está ligada a uma ideia de “pensar sem preconceitos” e, sobretudo, “pensar por si mesmo”.

Em outros escritos da década de 1790, Kant continua a problematizar o tema da *Aufklärung*. Na *religião nos limites da simples razão*, obra de 1793, ao falar do restabelecimento da disposição originária para o bem na sua força em contraposição à ideia de propensão ao mal presente no homem, o filósofo mostra que os elementos relacionados ao conceito de Esclarecimento (a revolução no campo do pensamento e a reforma gradual no campo do agir) são fundamentais para os seres humanos agirem de forma ética e, portanto, autônoma. Na obra *A metafísica dos costumes*, publicada em 1797, o filósofo apresenta a *Aufklärung* em dois contextos: o primeiro diz respeito à religião, um tema bastante caro para o Iluminismo e também para a filosofia kantiana; o segundo diz respeito ao movimento já delineado no opúsculo de 1784 acerca da saída da menoridade. Na *Antropologia sob um ponto de vista pragmático*, de 1798, um de seus últimos trabalhos, o pensador ressalta a importância do dever e daquela que, segundo ele, é “a maior revolução que o homem pode realizar em si mesmo”, a *Aufklärung*. E essas são apenas algumas das passagens em que o termo é mobilizado, citado e, não raro, discutido na obra do filósofo, passagens essas que podem ser notadas quando se analisa o trabalho kantiano no que diz respeito a esse tema.

Um aspecto que nos é fundamental dentro dessa discussão diz respeito ao fato de que Immanuel Kant parece problematizar a *Aufklärung* chamando atenção para a ideia de um processo que envolve, de forma especial, as esferas do pensamento e do agir, tendo como pressuposto uma ideia de autonomia cuja condição necessária é a liberdade pública, a qual parece se vincular a um aspecto político-social e também a uma ideia fundamental de educação, como iremos ver ao longo deste estudo.

Com efeito, a *Aufklärung* na perspectiva kantiana parece poder ser entendida para além dos campos epistemológico e ético-moral. Nossa hipótese, nesse sentido, é de que isso ocorre porque o filósofo aborda algumas questões relacionadas ao Esclarecimento afinado a uma reflexão que toca de uma forma bastante interessante as esferas educacional, antropológica, psicológica e também histórica.

Embora abordar com toda profundidade todos esses âmbitos não seja o nosso objetivo principal nesta pesquisa, justamente porque um trabalho com esse fim demanda mais profundidade e investigação, procuraremos, ao longo desta discussão, quando for necessário nos deter em algumas dessas questões. Contudo, é fundamental destacar que o nosso foco de estudo é a *Aufklärung* kantiana a partir da concepção de processo que

propõe uma reflexão sobre si mesmo e sobre o mundo, envolvendo aspectos cruciais da filosofia crítica kantiana, como a autonomia, o uso do entendimento, o pensamento e a liberdade, algo que passa, indubitavelmente, também pela esfera política e educacional.

Para observarmos essas questões, levaremos em consideração, sobretudo, o famoso opúsculo de 1784, intitulado *Resposta à pergunta: O que é Esclarecimento*. Nesse contexto, a fim de tentar aprofundar a exegese do opúsculo kantiano, iremos usar excertos e passagens textuais presentes em outros escritos nos quais o filósofo discute o Esclarecimento, quando estes forem pertinentes à nossa elucidação.

Immanuel Kant, ao construir sua filosofia, acabou por instituir um caminho crítico-dialógico propondo uma espécie de reconciliação com tendências do pensamento que tinham no período multifacetado do Iluminismo um de seus elementos geradores. Nessa empreitada crítica, foram essenciais pensadores que, apesar de formas distintas de abordar determinados problemas, tiveram um papel fundamental para o movimento iluminista. Desse período, como é perceptível, Kant recebe muita influência. O interessante é que, mesmo diante dessa ascendência, o filósofo promoveu uma crítica ao Iluminismo bastante contundente, sem, contudo, prescindir em suas reflexões de muitas características desse momento histórico.

É fundamental pontuar que, embora exista uma discussão sempre presente a respeito do Esclarecimento kantiano visto como uma espécie de interpretação do Iluminismo, usualmente essa associação é feita de forma bastante rasa e repleta de generalizações. Com efeito, quando se aprofunda na análise do texto kantiano, vê-se que a ideia de *Aufklärung* ali presente não diz respeito tão somente às bandeiras ideológicas do Iluminismo, traduzidas na perspectiva de uma “saída da menoridade” ou de uma necessidade de “ousar conhecer”.

O problema dessa visão e recepção limitada, que restringe o *sapere aude* kantiano a uma mera metonímia do Iluminismo, é que essa interpretação rasa e questionável foi realizada muitas vezes, com vistas a trazer uma visão da Ilustração que não leva em consideração a observação crítica de muito do que está presente na resposta de 1784. Mais do que isso, nota-se que essa exegese superficial prescinde daquilo que está presente em outros textos kantianos que dialogam, criticamente, com esse processo. Desse modo, além de desmerecer outras visões distintas de muitos pensadores do século XVIII que também refletiram sobre o tema, essa limitação prejudica sobremaneira a visão que se tem da proposta kantiana e faz com que o opúsculo publicado em 1784 por Kant fique

estritamente vinculado a uma visão sobre o Iluminismo enquanto tempo histórico. Como salienta o professor da Universidade de Boston, James Schimdt,

[...] a falha em entender a questão específica que Kant estava tentando responder normalmente leva a mal-entendidos sobre o que ele estava procurando realizar em sua resposta. E, porque sua resposta veio a servir como um resumo conveniente da maneira pela qual o Iluminismo é entendido, esses mal-entendidos podem nos impedir de apreciar as diferenças entre as formas como vemos o Iluminismo e o modo como ele apareceu para aqueles que nós tomamos como participantes nele. (SCHIMDT, 2011, p. 3. Tradução nossa).<sup>3</sup>

Nessa perspectiva, o objetivo desta dissertação é procurar ver as considerações kantianas sobre a *Aufklärung* de uma forma mais crítica, estabelecendo seus limites e distinguindo a fronteira dessa proposta de Esclarecimento com algumas peculiaridades do Iluminismo. Além disso, busca-se, com esta investigação, ver no processo estabelecido por Kant, enquanto processo de análise crítica da história e de construção reflexiva e metacrítica de si mesmo, a importância e a centralidade da concepção de processo que envolve a autonomia, o uso do entendimento, o pensamento e a liberdade, levando em consideração também a esfera política e a educacional.

Em um artigo no qual discute algumas ideias sobre a resposta kantiana à pergunta “*was ist Aufklärung*”, o pesquisador e professor Joel Thiago Klein (2009, p. 212) afirma que o trecho que abre o opúsculo sobre o Esclarecimento é talvez um dos mais famosos da obra de Kant, mas é também “um dos textos mais superficialmente lidos e subestimados do *corpus* kantiano”. Mais do que isso, Klein aponta para o fato de que, em relação ao opúsculo e ao tema, como um todo, “a maior parte [das informações] fica subentendida e só faz sentido se for lida tendo como parâmetro os outros textos críticos” (KLEIN, 2009, p. 212), um tipo de leitura comparativa que muitos daqueles que têm contato com esse discurso não fazem. E esta é a proposta principal desta dissertação: pensar o Esclarecimento em Kant de um modo metacrítico e dialógico.

---

<sup>3</sup> No original, lê-se: “The failure to understand the particular question that Kant was trying to answer typically leads to misunderstandings about what he was seeking to accomplish in his reply. And, because his answer has come to serve as a convenient summary of the way in which the Enlightenment understood itself, these misunderstandings may prevent us from appreciating the differences between the ways in which we see the Enlightenment and the way it appeared to those who we take to be participants in it”. Artigo: “Misunderstanding the Question: ‘What is Enlightenment?’: Venturi, Habermas, and Foucault”. Disponível em: <https://open.bu.edu/bitstream/handle/2144/2412/Misunderstanding.pdf?sequence=3> p. 3. Acesso em março de 2018.

Para que esse entendimento a respeito da *Aufklärung* kantiana possa ser realizado, pretende-se, no primeiro capítulo desta dissertação, apresentar algumas nuances do cenário histórico que serviu de pano de fundo para a discussão sobre o Esclarecimento e o Iluminismo na Alemanha, a partir dos anos de 1780.

Com efeito, a pergunta “*was ist Aufklärung?*”, que foi emblemática para o contexto da Ilustração alemã, mobilizou vários pensadores no sentido de propor uma interpretação para o que, afinal, significava aquela expressão. Assim, filósofos como Johann Georg Hamann, Johann Gottfried von Herder, Moses Mendelssohn e outros pensadores daquela época apresentaram suas visões sobre o tema. E dentre as muitas respostas que vieram a público estava a de Kant, que foi divulgada no ano de 1784 e acabou sendo considerada, ao longo do tempo, a mais importante reflexão sobre o Esclarecimento, a qual até hoje serve de paradigma quando se pensa em *Aufklärung* no âmbito do século XVIII.

Desse modo, investigar como nasce esse questionamento sobre o Esclarecimento e tentar compreender um pouco do contexto histórico em que ele está inserido é algo pretendido nesta dissertação. Isso é fundamental, para que, posteriormente, possamos pensar de modo mais coerente num segundo elemento: a problematização do Esclarecimento dentro do *corpus* crítico kantiano. A fim de que consigamos apresentar essa reflexão, amparar-nos-emos em historiadores e pensadores como Ernst Cassirer, Eric Hobsbawm, Werner Schneiders, Terry Pinkard, Frederick Beiser, entre outros.

No segundo capítulo desta dissertação, o objetivo é tentar apresentar uma análise da resposta kantiana à questão “*was ist Aufklärung?*” publicada na edição de dezembro de 1784 do *Berlinischen Monatsschrift*. Em um primeiro momento nesta seção, busca-se pensar a respeito do motivo pelo qual o discurso sobre a *Aufklärung* é exposto de forma não sistemática. Ainda que a observação dessa questão não seja fácil de estruturar, tentaremos propor uma reflexão sobre esse dado, levando em consideração o *corpus* kantiano que foi consultado para a construção desta pesquisa.

Posteriormente, além de tentar estabelecer uma interpretação de algumas passagens essenciais presentes no ensaio de Immanuel Kant e fazer um paralelo com alguns elementos cruciais de sua filosofia e também com algumas ideias referentes ao Iluminismo, procurar-se-á analisar algumas passagens textuais que envolvem os aspectos epistemológicos, éticos, políticos e educacionais vinculados à resposta de Kant.

Desse modo, a partir do opúsculo sobre o Esclarecimento e também de passagens de outras obras de Immanuel Kant, procuraremos pensar a respeito da saída da minoridade na visão kantiana, observando alguns argumentos mobilizados pelo filósofo na sua discussão, como, por exemplo, o papel do entendimento e da culpa no processo de Esclarecimento. Além disso, tentaremos analisar alguns aspectos políticos que estão presentes nessa proposta de Esclarecimento. Afinal, seria o *sapere aude* uma espécie de chamamento político mobilizado pelo filósofo?

Outrossim, busca-se também, neste segundo capítulo, construir uma interpretação a respeito de como são apresentadas as ideias de liberdade pública, obediência e governo no interior da reflexão kantiana. Para pensar em todas essas questões, procurou-se trazer a esta pesquisa, além do opúsculo de 1784 escrito por Kant, outras obras e ensaios do filósofo que dialogam com esses temas.

No terceiro capítulo desta dissertação, algumas considerações sobre elementos que estão presentes na discussão kantiana sobre a *Aufklärung* são apresentadas e aprofundadas. Tendo em vista nossa suposição de que Kant empreende na concepção do processo de Esclarecimento uma análise metacrítica, buscamos refletir a respeito de como se constrói essa ideia. E para observar essas questões, procuramos observar aspectos aventados nesse processo, como a autonomia moral, a liberdade, a revolução no modo de pensar, o entendimento, a partir de uma leitura que busca o diálogo com a teoria kantiana como um elemento central para entender o processo de Esclarecimento construído pelo filósofo. Além disso, é importante destacar que buscamos também observar as implicações que o tema estabelece com a educação e com a política.

Por fim, ainda no interior deste capítulo, são apresentadas algumas ideias a respeito do Esclarecimento na contemporaneidade. Essa reflexão surge a partir do diálogo com algumas ideias propostas pelos filósofos contemporâneos Theodor Adorno, Max Horkheimer e Jürgen Habermas, que têm em comum a apresentação de uma interpretação bastante crítica e aguda acerca do que, para eles, se tornou o Esclarecimento em nosso tempo.

A ideia, nesse sentido, é fazer uma apreciação crítica do que o Esclarecimento ainda nos diz e tem a nos dizer, algo que em muitos momentos é apresentado nesta dissertação, uma vez que a reflexão sobre a *Aufklärung* kantiana até hoje estabelece um diálogo bastante profícuo com os impasses e os problemas do nosso tempo. Com efeito, mesmo depois de mais de dois séculos de sua problematização, o Esclarecimento discutido por Kant, pela forma como é apresentado e por tudo aquilo que ele parece

apontar, mostra-se como um conceito bastante significativo para a história da filosofia e que, certamente, ainda tem muito a nos dizer. E é um pouco disso que procuraremos ver ao longo desta dissertação.

## CAPÍTULO I: A PERGUNTA SOBRE O ESCLARECIMENTO

Em dezembro de 1784, foi publicado na última edição anual do semanário alemão *Berlinischen Monatsschrift* um ensaio que se tornou um texto clássico na história da filosofia. O opúsculo trazia uma resposta a uma pergunta que indagava a respeito de um tema bastante pertinente para a Ilustração alemã do século XVIII: a *Aufklärung*<sup>4</sup>.

A questão sobre o Esclarecimento que também pode ser compreendida como uma pergunta sobre o Iluminismo enquanto tempo histórico, embora não tenha sido problematizada a partir desse viés, como será visto mais à frente, mobilizou inúmeros pensadores em solo alemão. Johann Gottfried von Herder, Johann Georg Hamann, Moses Mendelssohn, Friedrich Schiller e tantos outros intelectuais do Iluminismo germânico teceram considerações sobre o tema ou sobre aspectos a ele correlatos. E uma das muitas respostas a esse questionamento, tida por muitos como a mais importante sobre a temática e que, por essa razão, serve até hoje como paradigma quando se pensa em *Aufklärung* no âmbito do século XVIII, foi elaborada por Immanuel Kant.

Nesse sentido, observar e analisar como nasce a pergunta sobre o Esclarecimento e nos deter um pouco nesse contexto histórico em que essa discussão está inserida é imprescindível nesta dissertação, para que possamos, posteriormente, pensar num segundo ponto: como é problematizada a *Aufklärung* no *corpus* kantiano.

---

<sup>4</sup> Termo complexo em alemão que também é traduzido por alguns autores como “Iluminismo”, “Ilustração”, “emancipação”, “Idade das Luzes”, entre outras expressões. É interessante analisar a forma como se traduz o vocábulo a partir do texto kantiano, pois, dependendo disso, pode-se observar a *Aufklärung* enquanto conceito e processo ou é possível pensá-la, por exemplo, como período histórico. Nesse sentido, a escolha de tradução parece apontar para uma opção conceitual e interpretativa acerca do que o filósofo quis dizer com a expressão. No caso da proposição desta pesquisa, a ideia é aprofundar o entendimento do conceito de “Esclarecimento”, e não do período histórico que se convencionou chamar “Iluminismo”. Pensando na dificuldade da tradução do termo, vale ressaltar parte da nota do tradutor Floriano de Sousa, cuja tradução textual em muitos momentos também foi utilizada nesta pesquisa. Para Floriano Fernandes, “é impossível fazer uma tradução do termo filosófico alemão ‘*Aufklärung*’, tal a multiplicidade de sentidos congregados nesta noção. [...] Diversos motivos levam-nos a julgar que, sem ser perfeita, a transcrição pela palavra ‘Esclarecimento’ talvez seja a de todas a melhor, principalmente porque acentua o aspecto essencial da ‘*Aufklärung*’, o de ser um processo, e não uma condição ou uma corrente filosófica ou literária, que a razão humana efetua por si mesma para sair do estado que Kant chama ‘menoridade’, a submissão do pensamento individual ou de um povo a um poder tutelar alheio.” Nota do tradutor presente em: KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: que é Esclarecimento. Trad. Floriano de Sousa. In: *Textos seletos*. Edição bilíngue. Petrópolis: Vozes, 1974, p. 100.

## 1.1 ILUMINISMO OU ESCLARECIMENTO

Ernst Cassirer (1997), em sua obra *A filosofia do Iluminismo*, destaca que o século das luzes trazia uma ideia importante de independência e de busca do conhecimento. Nas palavras do teórico alemão, “não se tratava meramente de um pensamento que se esforçava por alcançar novas metas, desconhecidas até então”; tratava-se, sobretudo, de um esforço em prol de saber a diretriz dessas metas, conhecer o curso a ser trilhado e, principalmente, dirigir o seu próprio caminho (CASSIRER, 1997, p. 21). Além dessa ideia, o Iluminismo tinha como elemento crucial a preocupação e a discussão a respeito do progresso intelectual. E para que esse desenvolvimento fosse possível, a razão e o conhecimento eram fundamentais, de modo que esse período ficou marcado por um vínculo indissociável com a questão do conhecimento e com sua problematização metacrítica.

Nesse sentido, como bem pontua Cassirer, “o pensamento não pod[ia] dirigir-se ao mundo dos objetos exteriores sem voltar-se simultaneamente para si mesmo, procurando assim assegurar-se, num só e mesmo ato, da verdade da natureza e da sua própria verdade” (CASSIRER, 1997, p. 135). E é a partir dessa ideia de voltar a si mesmo para encontrar uma pedra de toque que proporcionasse um edifício seguro acerca da “sua própria verdade” que podemos pensar na reflexão que Kant apresenta sobre o conceito de *Aufklärung* no século XVIII. Nesse período, o tema ganhou, de fato, reconhecimento, principalmente a partir do momento em que pensadores, literatos, intelectuais, em suma, os *Aufklärer* renomados daquele tempo passaram o termo alemão em questão pelo crivo da razão.

A abordagem, por assim dizer, “metacrítica” da *Aufklärung* não nasce com a problematização de Kant, quando este resolve responder à pergunta proposta no *Semanário Berlinense* sobre o que seria o conceito de Esclarecimento, no ano de 1783<sup>5</sup>. O pensador prussiano não é, de modo algum, o único dentre os intelectuais de seu tempo que propôs uma interpretação para o questionamento acerca daquele tema e nem é,

---

<sup>5</sup> O ensaio kantiano foi escrito no final do ano de 1783, mas só foi publicado no *Semanário Berlinense* na edição de dezembro do ano de 1784. Conforme: EHRHARD, Bahr (org.) *Was ist Aufklärung? Thesen und Definitionen*. Kant, Erhard, Hamann, Herder, Lessing, Mendelssohn, Riem, Schiller, Wieland. Stuttgart: Reclams Universal – Bibliothek, 2006.

certamente, o único que reverberou, de algum modo, o Iluminismo alemão, enquanto movimento da história, no interior de sua obra. Contudo, é notável que as reflexões sobre o Esclarecimento presentes no opúsculo kantiano acabaram, ao longo do tempo, ganhando bastante visibilidade e importância.

Lucien Goldmann, na obra *La Ilustracion y la sociedad actual*, diz que o Iluminismo ou “la Ilustracion” foi um movimento que postulava a ideia de que o progresso público do saber e da difusão da cultura seriam capazes de realizar por si mesmos a liberação do homem e suprimir os males essenciais da sociedade (GOLDMANN, 1968, p. 16). Em outras palavras, havia a crença de que, por meio do conhecimento e da difusão da cultura, a sociedade e o homem poderiam ser melhores. Analogamente, na obra *História da filosofia* de Wilhelm Dilthey, percebe-se que a ideia do conhecimento, do progresso e, sobretudo, da cultura como elementos centrais para o Iluminismo também está presente como algo que poderia melhorar enormemente a vida dos homens. Assim, nas palavras do filósofo e historiador, “todo o século XVIII transborda com a ideia cultural do progresso do gênero humano e do conhecimento e domínio da natureza” (DILTHEY, s.d., p. 151).

Com efeito, quando observamos o cenário da Ilustração europeia, é possível perceber que as ideias de formação e de civilização eram elementos essenciais para a cultura e a ideologia desse período. Assim, tendo também o conceito de progresso como algo indispensável, o Iluminismo tinha em seu horizonte de expectativas o avanço da estrutura social como um elemento fundamental – e esse desenvolvimento deveria se dar por meio do uso do conhecimento racional, da dominação da técnica e do entendimento da natureza.

Nesse contexto, o ato de “libertar” o homem para que ele pudesse ir além dos “grilhões das superstições e dos preconceitos”, a fim de realmente progredir, estava ligado firmemente a uma ideia bastante preciosa para aquele tempo: a da necessidade e da importância do conhecimento. Nessa perspectiva, a crença no poder do progresso vinha acompanhada e era refletida pelo aumento visível desse elemento fundamental não só para a organização da sociedade, como também para o próprio homem iluminista dos séculos XVII e XVIII. Assim, estimulado, fomentado e professado pelo otimismo das Luzes, o conhecimento se tornou necessário: um elemento que “deveria” ser a todo custo buscado.

Tecendo algumas observações sobre o contexto do Iluminismo europeu, Lucien Goldmann, em *La ilustracion y la sociedade atual*, destaca algumas particularidades

daquele momento da cultura. Considerando a França como o país no qual a filosofia do Iluminismo foi mais desenvolvida, o sociólogo fala da *Enciclopédia* de Jean le Rond D’Alembert como um aspecto essencial relacionado ao conhecimento e ao saber daquele período histórico. Assim, funcionando como um símbolo e um emblema pertencente ao Iluminismo, a Enciclopédia apresentava em si elementos cruciais para se pensar a visão de mundo daquele tempo. Nesse sentido, Goldmann, ao estabelecer a relação entre o saber e o seu acesso, destaca que ele deveria ser enciclopédico e verdadeiramente autônomo (GOLDMANN, 1968, p. 11-12). Como explica o sociólogo,

Para os pensadores da Ilustração, a vocação do homem é a de adquirir um saber o mais amplo possível quantitativamente e o mais autônomo e crítico qualitativamente, com o fim de utilizá-lo para atuar tecnicamente sobre a natureza, e moral e politicamente sobre a sociedade. Por outro lado, na aquisição deste saber, o homem tem o dever de não permitir que nenhum prejuízo e nem nenhuma autoridade externa influa sobre o seu pensamento e os seus juízos. O conteúdo deste saber tem que estar determinado exclusivamente pela razão crítica do homem. (GOLDMANN, 1968, p. 13, tradução nossa)<sup>6</sup>.

Na verdade, percebe-se, no campo das grandes ideias que formam a ideologia do Iluminismo, um posicionamento de valorização da vocação do homem no sentido de adquirir um saber amplo (no âmbito quantitativo) e também crítico e autônomo (qualitativamente), como salienta Goldmann. E esse é um tipo de valorização que estará presente não só na ideia que norteia a *Enciclopédia* de D’Alembert, como sustenta Lucien Goldmann, mas também nos desdobramentos kantianos sobre a *Aufklärung*, tanto no nível epistemológico, quanto no âmbito moral. Contudo, no que tange à filosofia kantiana como um todo, muito embora exista essa valorização quanto à amplitude do conhecimento, há nela uma significativa limitação estabelecida por Kant, a partir da sua filosofia, uma vez que ela, além de ter na refutação ao dogmatismo racionalista presente na ideologia das Luzes um elemento estruturador, traz em seu cerne uma discussão essencial sobre os limites do conhecimento.

Na língua alemã, a palavra comumente utilizada para definir o Iluminismo é *Aufklärung*. Apesar de ter sido e, de certo modo, ainda ser uma palavra amplamente

---

<sup>6</sup> No original: “Para los pensadores de la Ilustración, la vocación del hombre es la de adquirir un saber lo más amplio posible cuatitativamente y lo más autónomo y crítico cualitativamente, con el fin de utilizarlo para actuar técnicamente sobre la naturaleza, moral y politicamente sobre la sociedad. Por outra parte, en la adquisición de este saber, el hombre tiene el deber de no permitir que ningún prejuicio ni ninguna autoridad externa influya sobre su pensamiento y sus juicios. El contenido de este saber ha de estar determinado únicamente por la razón crítica del hombre.” (GOLDMANN, 1968, p. 13).

utilizada, a expressão em questão é bastante complexa e de difícil definição. Observando algumas das reflexões de alguns pensadores daquela época sobre a palavra, é possível notar que não era nada clara a fronteira a respeito do que podia ser ou do que era a *Aufklärung*.

No ensaio em que busca responder à questão sobre a *Aufklärung*, Moses Mendelssohn chama atenção para um aspecto daquilo que para ele era esse conceito (MENDELSSOHN, 2006, p. 3-8). Na verdade, no ensaio publicado no *Berlinischen Monatsschrift*, meses antes de o opúsculo kantiano ser divulgado, Mendelssohn apresenta um texto que traz uma reflexão a respeito da ideia de *Bildung* [formação], um conceito bastante caro para a cultura alemã da época. Assim, na visão de Mendelssohn, a *Bildung* seria o resultado da união de dois aspectos: da *Aufklärung* (enquanto processo do conhecimento e do saber) e da *Kultur* (enquanto movimento da cultura e da civilização) (MENDELSSOHN, 2006, p. 4).

Certas características da resposta de Mendelssohn nos servem para confirmar que, no Iluminismo alemão, assim como ocorria em outros locais da Europa, as ideias relacionadas à cultura, ao saber, ao conhecimento, à formação e à razão eram temas muito presentes. Nesse contexto, um dado relevante, no que tange às Luzes germânicas, diz respeito à discussão sobre esse último elemento que aparece em muitas das problematizações acerca da *Aufklärung* e que, de certo modo, predomina nas discussões iluministas alemãs como um todo: a razão.

Com efeito, nota-se que o movimento da Ilustração na Alemanha surgiu acompanhado de uma forma singular de racionalismo: uma espécie dogmática que, partindo das problematizações engendradas pelos filósofos Gottfried Wilhelm Leibniz e Christian Wolff, dominou as discussões intelectuais daquele período. Nesse sentido, tanto Lucien Goldmann (1968), quanto Dilthey (1964) destacam a importância do dogmatismo provindo do cientificismo mecanicista presente na esfera do pensamento iluminista alemão.

Goldmann, de fato, ressalta que o racionalismo naquele contexto surgiu na forma de uma reflexão bastante teórica com ênfase na herança de tudo aquilo que vinha da nova filosofia mecanicista (GOLDMANN, 1968). Uma herança, aliás, que se apresenta de forma vigorosa em todo o percurso da filosofia crítica kantiana, mesmo que o pensador se apresente como um crítico do dogmatismo em muitos momentos. Nessa perspectiva, como nos mostra Cassirer (1945, p. 61), já nos primeiros escritos kantianos, era possível

perceber uma forte influência da filosofia mecanicista e da importância das regras e princípios preconizados por ela.

Como aponta Ernst Cassirer (1945), havia por parte de Kant uma crença bastante expressiva no que ele chamava de métodos “verdadeiros” para se chegar a respostas críveis no âmbito da filosofia. De fato, em muitos momentos, o filósofo sustentava que era essencial, sobretudo no campo da metafísica, usar métodos lastreados naquilo que tinha sido desenvolvido para as ciências naturais, a partir do que foi estabelecido por Isaac Newton na área da Física<sup>7</sup>. Desse modo, até mesmo na problematização de certos assuntos morais em artigos e ensaios publicados muito antes do lançamento da *Crítica da razão pura* – textos esses denominados por comentadores como escritos pré-críticos –, é perceptível a ênfase nessa característica do racionalismo iluminista alemão. Contudo, a abordagem kantiana, diferentemente de muitas daquele período, levava em consideração a crítica em relação àquilo que a razão podia alcançar. Assim, ainda que use elementos oriundos desse cientificismo presente no racionalismo alemão iluminista, Kant promove em muitos momentos a refutação e a crítica a obras que, partindo da matriz racionalista leibniz-wolffiana, veem a razão no âmbito da experiência sensível como suficiente para determinar a existência das coisas em si e provar a existência de Deus.

Com efeito, a herança mecanicista do Iluminismo alemão nos escritos de Kant perdurou ao longo da vida do filósofo. Nesse sentido, observa-se que, até o seu último dia de vida, o filósofo trabalhava em uma obra que ficou inacabada intitulada *Passagem dos primeiros princípios metafísicos da ciência da natureza*. E em seus fragmentos, essa postura cientificista pode ser divisada.

Nessa obra inacabada que compõe o *Opus postumum* de Kant, é possível ver diversas observações nas quais se nota o quão importante era o uso da matemática e dos princípios da física para a filosofia kantiana. Ainda que o pensador procurasse manter a separação de cada uma dessas esferas em seu devido lugar, esses elementos oriundos da mecânica clássica funcionavam como meios para uma melhor compreensão e mesmo para

---

<sup>7</sup> Nas palavras de Kant, “the true method of metaphysics is at bottom identical with that which Newton introduced into natural science, and which there led to such useful results” (KANT apud CASSIRER, 1945, p. 61).

a sistematização da filosofia<sup>8</sup>. E esse tipo de abordagem não estava presente somente na filosofia kantiana no século XVIII.

Dilthey (1964), ao distinguir a presença tanto da herança mecanicista científicista quanto do dogmatismo na filosofia do século XVII e XVIII, ressalta que o racionalismo que tinha nesses elementos sua base era o elemento primordial que ditava a *Aufklärung* alemã, enquanto movimento histórico intelectual. Para ele, na verdade, essa *Aufklärung* era firmada sobretudo nessa presença do dogmatismo. E essa consideração é essencial para que comecemos a pensar em outra questão presente nesse período: o que de fato era a *Aufklärung* nesse contexto.

Frederick Beiser (2000), em um artigo sobre o Iluminismo e o Idealismo alemão, destaca que a definição do termo *Aufklärung* sempre foi motivo de várias controvérsias. Na verdade, essa conceituação, segundo Beiser, nem os próprios “esclarecidos” daquela época conseguiam definir, de modo que, quando surgiu uma pergunta a respeito do assunto no ano de 1783, “não havia uma única resposta para essa questão, que acabou se tornando o objeto de inúmeros debates entre eles nos anos de 1780.” (BEISER, 2000, p. 19, tradução nossa).<sup>9</sup>

Para o professor James Schmidt (1996), que é responsável por editar um extenso livro no qual são apresentados textos dos séculos XVII, XVIII e XX que buscam apresentar uma visão da *Aufklärung* na Alemanha, as tentativas de definir o que era esse conceito em solo alemão nas décadas finais do século XVIII não ajudaram a dissipar a confusão que havia se alastrado acerca do tema. Como destaca o docente (SCHMIDT, 1996, p. 13), já na década de 90 dos anos de 1700, a expressão se mostrava inserida em uma grande polêmica e não apontava para nenhuma definição pacificada.

Para ilustrar essa questão, o professor destaca que, no ano de 1790, um artigo publicado na *Deutsche Monatsschrift* escrito por um autor anônimo já mostrava que o termo naquela época tinha começado a se divorciar de qualquer clara convenção de uso, de tal modo que as discussões tinham gerado uma “guerra de todos contra todos”, entre

---

<sup>8</sup> No *Opus postumum*, Kant, nesse sentido, diz que a filosofia pode usar a matemática como um princípio para organizar representações empíricas. Em suas palavras: “a philosophy exists (and this is metaphysics) which employs mathematics merely as an instrument in order to organize the empirical representations of sense according to an a priori principle [...]”. (*OP*: AA 22: 491).

<sup>9</sup> Nas palavras de Frederick Beiser, “the *Aufklärer* themselves had no single answer to this question, which became the subject of intense debate among them in the 1780s”. (BEISER, 2000, p. 19).

combatentes que ordenavam suas próprias definições idiossincráticas. (SCHMIDT, 1996, p. 13).<sup>10</sup>

Francisco Falcon, que é autor de uma das obras mais consultadas no Brasil a respeito do Iluminismo, ao analisar a Era das Luzes manifestada em solo alemão, afirma que a *Aufklärung* enquanto movimento cultural, intelectual e histórico buscou manter uma relação essencial com a ideia de “Esclarecimento racional”, isto é, “Esclarecimento via razão”. Essa razão, para o historiador, mostra-se atada a uma ideia de crítica. E isso é tão crucial na visão de Falcon que ele define o Iluminismo como um todo como o reino da crítica. Nessa perspectiva, a razão iluminista seria a responsável por instaurar esse reinado dela mesma (FALCON, 1994, p. 38).

Examinando algumas ideias acerca do Iluminismo alemão e convergindo para uma leitura bastante kantiana da questão, por assim dizer, Francisco Falcon (1994, p. 19) chama atenção para o fato de que na Alemanha existia uma consciência de que aquele instante histórico não era um acontecimento nem apenas um movimento intelectual, mas, sim, um processo que apenas estava começando. Segundo o historiador, esse processo, por assim dizer, ganhou nome específico: *Aufklärung*.

Francisco Falcon, na verdade, argumenta que, no que diz respeito ao Iluminismo alemão, não haveria propriamente uma época de *Aufklärung*, mas uma ideia de um contínuo enriquecimento, traduzido pela ideia de progresso, cuja essência estaria na capacidade de um número cada vez maior de homens “pensarem por si mesmos” (FALCON, 1994, p. 19). Contudo, ao nos determos naquilo que o historiador coloca, vemos que há um problema no modo como é estabelecida essa conceituação, pois parece se tratar de uma visão que parte daquilo que Kant estabeleceu como *Aufklärung*, na resposta sobre o tema publicado em 1784, para denominar o que se acredita ser o período da Ilustração como um todo na Alemanha.

James Schmidt (2000), em um artigo no qual questiona algumas visões a respeito do Iluminismo, alerta para o fato de que vários pensadores foram de forma bastante equivocada associados à Era das Luzes. Como exemplo, o historiador cita nomes quase

---

<sup>10</sup> Nas palavras do professor: “These attempts at defining enlightenment did little to dispel the confusion that had grown up around the term. Looking back over the literature Zöllner's question had spawned, the author of an anonymous 1790 article in the *Deutsche Monatsschrift* argued that the term had become so divorced from any clear conventions of usage that discussions of it had degenerated into “a war of all against all,” between combatants who marshaled their own idiosyncratic definitions.” (SCHMIDT, 1996, p. 13).

improváveis, como Nicolau Maquiavel, e mesmo Thomas Hobbes e Francis Bacon. Todos esses pensadores, de acordo com o professor, foram de algum modo elencados por certos pesquisadores como pensadores fundadores e representantes do Iluminismo (SCHMIDT, 2000, p. 739). Quando restringe sua observação ao século XVIII, o historiador ressalta que, para muitos, o nome de Immanuel Kant surge como a grande figura do Iluminismo. Schmidt, ao longo de seu texto, até elenca alguns argumentos para tentar explicar por que o filósofo prussiano foi associado de forma, muitas vezes, irreflexiva e ingênua a esse movimento cultural.

O primeiro argumento de James Schmidt diz respeito ao fato de Kant ser muito mais conhecido do que “Wolff, Garve, Mendelssohn, Reinhold, Eberhard, Engel, Feder, Nicolai, Platner ou outros pensadores mais representativos do Iluminismo na Alemanha” (SCHMIDT, 2000, p. 739). O segundo argumento leva em consideração que a filosofia moral kantiana, com sua ênfase em temas como o universalismo, a autonomia e a autolegislação, foi facilmente associada ao Iluminismo, e esses aspectos teriam corroborado a visão de Kant como um filósofo estritamente iluminista. O terceiro ponto, por sua vez, está vinculado à importância dada à resposta kantiana sobre a *Aufklärung*. Afinal, nas palavras de Schmidt,

Kant foi o autor daquele famoso ensaio, “Uma resposta para a questão: Que é *Aufklärung*?”, que pode muito facilmente servir como ‘O’ manifesto do projeto do Iluminismo, especialmente para os críticos do Iluminismo que não se importaram de olhar para as muitas outras respostas à questão “Que é *Aufklärung*?” que apareceram na Prússia durante os 1780 [...]. (SCHMIDT, 2000, p. 740, grifos do autor).

O fato é que, ao longo do tempo, muitos teóricos, historiadores e pensadores usaram a resposta de Kant como uma espécie de metonímia explicativa do Iluminismo alemão. Essa visão de um tempo histórico estruturado “kantianamente” parece ser, por exemplo, a visão de Francisco Falcon. Contudo, essa forma de olhar para a questão a partir de um recorte tão pontual é bastante limitada e generalizante.

Pelo que se observa dos escritos kantianos, o filósofo parecia ter consciência do que era a Prússia<sup>11</sup> de seu tempo e do quanto ela estava afastada daquilo que ele pensava

---

<sup>11</sup> É importante destacar que, na época de Kant, não existia a Alemanha como a conhecemos no século XXI, e sim a Prússia, uma poderosa e antiga nação europeia que dominou boa parte da Europa até o século 19. Com raízes na Idade Média, a Prússia foi uma região histórica da Europa que ficava na costa sudeste do mar Báltico e era conhecida por seu poderoso exército. Após séculos de conquistas, uniões e separações,

ser o Esclarecimento <*Aufklärung*>. Realmente, Kant manifesta em muitos momentos a crença em alguns valores iluministas. Um deles, ainda que em alguns momentos se mostre um pouco incerto<sup>12</sup>, diz respeito à ideia de progresso. Essa convicção pode ser percebida em várias obras, e uma delas é o opúsculo intitulado *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*, publicado pela primeira vez no *Semanário Berlinense* em 1784. Nesse texto, Kant apresenta, por meio de proposições, sua visão a respeito da história e aponta também para uma ideia de filosofia histórica nesse contexto, tendo o progresso e os princípios da ética como pano de fundo (CASSIRER, 1993, p. 269).

Na primeira das proposições presentes no ensaio *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*, Kant destaca o fato de que todas as disposições naturais de uma criatura estão destinadas a um dia se desenvolver completamente (*IaG*, AA 08: 388). Nesse ponto da argumentação kantiana, percebe-se a ideia de que o progresso era possível num determinado horizonte futuro, e isso se daria por meio do desenvolvimento das criaturas.

Na segunda proposição presente no ensaio, Kant desenvolve um pouco mais essa questão relacionada ao desenvolvimento humano, destacando que esse avanço requer tentativas, exercícios e ensinamentos. Tudo isso, de acordo com o filósofo, é essencial para o homem realmente poder progredir de um grau de inteligência a outro. E essa colocação é interessante, porque fica claro que, para Kant, esse desenvolvimento não é imediato, súbito ou mesmo repentino: é, de fato, um processo gradual, que exige exercícios pontuais e muitas tentativas (*IaG*, AA 08: 389).

Na terceira proposição (*IaG*, AA 08: 390), é apresentada uma reflexão que remete à autonomia e também a um esforço individual do homem em prol de determinado resultado. Kant, na verdade, afirma que a natureza quis que o homem tirasse inteiramente de si mesmo tudo o que ultrapassa a ordenação mecânica de sua existência animal e que não participasse de nenhuma felicidade ou perfeição, senão daquela proporcionada via razão. Percebe-se nessa formulação uma vinculação bastante forte com a ideia de uma natureza que força os homens a ultrapassarem a existência via instinto, ou mesmo a animalidade, para que usem, definitivamente, a razão. Assim, o homem não deveria

---

deu origem à Alemanha, em 1871. Assim, levando essa questão em consideração, quando falarmos em Alemanha ao longo desta pesquisa, estamos nos referindo à Prússia também.

<sup>12</sup> Veremos como se manifesta essa ideia de progresso “incerto” mais ao final da dissertação, quando formos discutir alguns aspectos do Esclarecimento relacionados aos governos e à educação.

procurar, instrumentalmente, tipos de felicidade e bens diversos, mas, sim, buscar sua realização individual por meio do uso autônomo da razão.

É curioso notar, nessa reflexão no âmbito da filosofia da história, que Kant, no que diz respeito a sua visão acerca dos seres humanos, não considerava o homem ainda um agente racional, um agente esclarecido, por assim dizer. Não há nem mesmo por parte do filósofo a crença de que um homem assim, de fato, exista no mundo dos fenômenos. Mas é essencial destacar que existe uma convicção por parte do filósofo de que seria por meio de um progressivo Esclarecimento <*durch fortgesetzte Aufklärung*> (*IaG*, AA 08: 393) que haveria a possibilidade de estabelecer a fundação de um modo de pensar que poderia transformar as disposições naturais dos homens rumo a um discernimento moral futuro, como deixa claro o pensador na quarta proposição.

Immanuel Kant, definitivamente, não afirmou em suas obras que seu momento histórico era um período de *Aufklärung*, mas, sim, que havia em alguns lugares o Esclarecimento<sup>13</sup>. Em outras palavras, poder-se-ia dizer que processos envolvendo o pensamento e o agir de modo autônomo estavam presentes em alguns locais, mas essa não era uma realidade que poderia predicar o seu tempo histórico. Na verdade, o filósofo era bastante crítico com aquilo que ocorria em sua época – e essa crítica se dava em vários âmbitos.

Em uma determinada passagem da sétima proposição presente na *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*, o pensador chama atenção para a existência de um conflito de aparências na sociedade, uma vez que se tinha uma aparência enganosa de bem-estar e de civilização, enquanto faltava o desenvolvimento moral. Como afirma Kant, ao pensar na sua proposta política de união de Estados:

Antes que este último passo aconteça (ou seja, a união dos Estados), quase somente na metade do seu desenvolvimento, a natureza humana padece do pior dos males, sob a aparência enganosa do bem-estar exterior; e Rousseau não estava tão errado ao preferir o Estado dos selvagens, se se deixar de lado este último degrau que nossa espécie ainda tem que galgar. Mediante a arte e a ciência, somos *cultivados* em alto grau. Somos *civilizados* até a saturação por toda espécie de boas maneiras e de decoro sociais. Mas ainda falta muito para nos considerarmos *moralizados*. Se, com efeito, a ideia de moralidade pertence à cultura, o uso, no entanto, desta ideia, que não vai além de

---

<sup>13</sup> Podemos citar alguns momentos em que Kant fala dessa diferença: tanto na resposta à questão “O que é Esclarecimento”, quanto na *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita* (*WA*, AA 08: 492; *IaG* AA 08: 402f), o filósofo destaca que não vivia em um período de Esclarecimento. Na obra “Sobre a Pedagogia”, o filósofo também fala sobre isso e faz uma crítica ao seu tempo histórico (*Päd*, AA 09: A26). Nas próximas linhas, abordaremos com mais profundidade essa questão na dissertação.

uma aparência de moralidade no amor à honra e no decoro exterior, constitui apenas a civilização. (*IaG*, AA 08: 402f).

Na perspectiva kantiana, e isso fica claro em vários outros escritos do filósofo, o homem estava ainda muito longe de ser desenvolvido moralmente. Kant supunha, talvez muito generosamente neste ensaio, que os homens estavam na metade do seu desenvolvimento. Contudo, ainda nesse estágio, sob a máscara de uma “civilização” que estava longe de ser considerada moralizada e esclarecida, a natureza humana se mostrava essencialmente problemática. Para observar com mais acuidade essa questão, basta ver o que o filósofo afirma na obra *Pedagogia* sobre o seu momento histórico:

Vivemos na época da disciplinarização, da cultura e da civilização, mas estamos muito longe de viver na época da moralidade. No estado actual do homem, pode-se dizer que a felicidade dos Estados cresce em simultâneo com a miséria dos homens. (*Päd*, AA 09: A26).

No ensaio publicado em 1784 que busca responder a questão a respeito da *Aufklärung*, Kant realmente questiona se a sua época era uma época esclarecida <*aufgeklärten Zeitalter*>, e a resposta, para a pergunta que é praticamente retórica, é, obviamente, negativa (*WA*, AA 08: 491). Na verdade, como explica o pensador, seu momento histórico era uma “época de Esclarecimento” <*Zeitalter der Aufklärung*>. Com efeito, ao falar a respeito de sua época, pensando também no âmbito da religião, Kant chama atenção para o fato de que “muito falta ainda para que os homens sejam de fato esclarecidos” (*WA*, AA 08: 491). O filósofo até deixa claro o seu desejo de que o campo esteja aberto para que os homens possam “mover-se livremente e que os obstáculos à generalização do Esclarecimento e à saída da minoridade que lhes é autoimputável sejam cada vez menos numerosos” (*WA*, AA 08: 491), mas ele tinha plena consciência de que seu tempo era bastante problemático. Há até alguns sinais para o filósofo de que aquela poderia ser uma época diferente, mas era incontestável o fato de que a sociedade ainda tinha muito para evoluir – e isso deveria se dar em vários âmbitos, inclusive no âmbito científico e cultural.

Em cartas escritas na década de 60 e 70, dos anos de 1700, Kant apresenta sua insatisfação com a época explicitando sua crítica em relação ao dogmatismo de seu tempo. Em uma dessas cartas, endereçada ao matemático suíço radicado na Prússia, Johann Heinrich Lambert, Kant destaca que a ciência de seu momento histórico estava agonizando em meio a “brincadeiras tolas”. Era, como podemos perceber, tempo da *Aufklärung* alemã, mas era um momento em que a filosofia estava, segundo o filósofo,

em crise. Por essa razão, tornava-se necessária uma verdadeira revolução no campo das ciências. De acordo com o filósofo,

Antes de a verdadeira filosofia poder vir à vida, a velha deve se autodestruir; e assim como a putrefação significa a total dissolução que sempre precede o começo de uma nova criação, então a crise atual no aprendizado aumenta minhas esperanças de que a grande e esperada revolução nas ciências não está muito longe. Para isso não há escassez de boas mentes. (*Br*, AA 10-13: 10[34](32), Tradução nossa).<sup>14</sup>

Percebe-se, nesse texto escrito em 31 de dezembro de 1765, a esperança por parte do filósofo de que houvesse uma revolução científica após a autodestruição da filosofia até então vigente. Com efeito, Kant se mostrava bastante crítico àquilo que estava sendo feito filosoficamente em seu tempo. Ele sabia que era necessária uma revolução para mudar aquele cenário, e muito positivamente observava que havia boas mentes para conduzir essa mudança.

Em outra carta, datada de 8 de abril de 1766, cujo destinatário era o filósofo Moses Mendelssohn, Kant se mostra ainda mais crítico àquilo que estava sendo publicado e feito no âmbito do conhecimento. A situação era em sua visão tão precária que o filósofo “não podia esconder sua repugnância e um certo ódio” (*Br*, 10-13: 12 [38] (36)). O pensador, na verdade, diz estar convencido de que o caminho trilhado era completamente errado. Fazendo uma crítica à metodologia científica da época, Kant refuta os métodos em voga, que “inseririam besteiras e erros no mundo”.<sup>15</sup> De forma ainda mais direta, o filósofo diz que:

Quanto ao estoque de conhecimento atualmente disponível, que agora está publicamente à venda, acho melhor tirar seu vestido dogmático e tratar ceticamente suas visões fingidas. Meu sentimento não é o resultado de inconstância frívola, mas de uma extensa investigação. É certo que meu tratamento sugerido terá um propósito meramente negativo, evitar a estupidez (*stultitia caruisse*), mas preparará o caminho para um positivo. Embora a inocência de um entendimento saudável, mas não instruído, requeira apenas um *organon* para se chegar ao insight, um *katharticon* [uma catarse] é necessário para se

---

<sup>14</sup> Em *Correspondences*, lê-se: “Before true philosophy can come to life, the old one must destroy itself; and just as putrefaction signifies the total dissolution that always precedes the start of a new creation, so the current crisis in learning magnifies my hopes that the great, long-awaited revolution in the sciences is not too far off. For there is no shortage of good minds.” (*Br*, AA 10-13: 10[34](32)).

<sup>15</sup> Nas palavras de Kant, “but I cannot conceal my repugnance, and even a certain hatred, toward the inflated arrogance of whole volumes full of what are passed off nowadays as insights; for I am fully convinced that the path that has been selected is completely wrong, that the methods now in vogue must infinitely increase the amount of folly and error in the world, and that even the total extermination of all these chimerical insights would be less harmful than the dream science itself, with its confounded contagion.” (*Br*, 10-13: 12 [38] (36)).

livrar do pseudo-insight de uma cabeça estragada. (*Br*, AA 10-13: 12 [38](36), Tradução nossa).<sup>16</sup>

Uma das passagens mais interessantes nessa carta é aquela na qual o filósofo expõe a necessidade de que o dogmatismo seja retirado do cenário vigente e de que as questões na esfera do conhecimento sejam encaradas de forma cética. Isso, segundo Kant, não teria a ver com uma inconstância frívola, mas se relacionaria com uma extensa investigação feita pelo filósofo. O caráter negativo dessa ação, para o filósofo, seria evitar a estupidez, uma das muitas fraquezas da mente no que tange à faculdade de conhecer, segundo aquilo que o filósofo estabelece anos depois na obra *Antropologia sob o ponto de vista pragmático* (*Anth*, AA 07: 204).

Voltando-nos às tensões no plano das ideias da *Aufklärung* alemã, como já observamos em alguns escritos das décadas de 60 e 70 dos anos de 1700, Immanuel Kant já se colocava, naquela época, como uma voz que queria propor uma forma de racionalismo diferente daquele manifestado até então, um racionalismo mais crítico em detrimento do racionalismo dogmático. Embora fale da necessidade de tratar ceticamente as questões “fingidas” do dogmatismo alemão na carta endereçada a Mendelssohn, em 1766, (*Br*, 10-13: 12 [38] (36)), percebe-se no filósofo, posteriormente, uma necessidade de também refutar o ceticismo que, depois de ter começado a vigorar no cenário alemão, iniciava um processo de corrosão em relação à razão.

Assim, fazendo um retorno metacrítico à razão e buscando conhecer os limites dela, Kant inicia um esforço teórico no sentido de descobrir o que esse elemento poderia ou não fazer. Nessa perspectiva,

O cometimento de Kant se resume, assim, no propósito de reabilitar a filosofia e de assumir a defesa da razão contra o ceticismo. Mas, ao invés de propor um novo sistema metafísico, que sem dúvida teria sorte idêntica à dos outros, Kant irá atacar o problema pela raiz, interrogando-se sobre as próprias possibilidades da razão. Reencontramos assim o movimento socrático de retorno sobre si mesmo, e a preocupação de conhecer as próprias forças. (PASCAL, 1999, p. 32).

---

<sup>16</sup> Conforme Kant, “as for the stock of knowledge currently available, which is now publicly up for sale, I think it best to pull off its dogmatic dress and treat its pretended insights skeptically. My feeling is not the result of frivolous inconstancy but of an extensive investigation. Admittedly, my suggested treatment will serve a merely negative purpose, the avoidance of stupidity (*stultitia caruisse*), but it will prepare the way for a positive one. Although the innocence of a healthy but uninstructed understanding requires only an *organon* in order to arrive at insight, a *katharticon* [cathartic] is needed to get rid of the pseudo-insight of a spoiled head.” (*Br*, 10-13: 12 [38] (36)).

Frederick Beiser, a respeito dessa questão, em seu artigo sobre o Iluminismo e o Idealismo alemão, chama atenção para o fato de que Kant surgiu na Alemanha como uma voz que visava a estabelecer um racionalismo mais sistemático e uma rigorosa forma de criticismo (BEISER, 2000, p. 20). E nessa ânsia de estabelecer esse racionalismo mais crítico, no intuito de propor modificações singulares na forma de lidar com a ciência de sua época, Kant acabou abrindo caminho para uma crise.

Falando da crise que assomou o Iluminismo alemão, Beiser aponta para o fato de que não raro é dito que a crise da *Aufklärung* nasceu com Kant, a partir da publicação da *Crítica da razão pura*, em 1781 (BEISER, 2000, p. 22). Como destaca o teórico e também como podemos ver pelas cartas que Kant escreveu e mesmo por textos nos quais o filósofo apresenta sua visão sobre a sua época, o filósofo era, realmente, um grande crítico da Ilustração. Entretanto, é preciso ressaltar que Kant não parecia querer destruir o Iluminismo e suas ideias *per se*: seu foco não parecia ser a destruição da ciência da época, mas sim a reestruturação do pensamento do século XVIII. Nesse sentido, Beiser aponta que “Kant veio para salvar o Iluminismo, e não para enterrá-lo. Seu objetivo era dar um fundamento duradouro para seu fundamental artigo de fé: a autoridade da razão.” (BEISER, 2000, p. 22, tradução nossa)<sup>17</sup>.

Como ressalta o professor Frederick Beiser, Kant via de forma muito clara que era necessário organizar a ciência de sua época. O cenário iluminista, nesse sentido, precisava de certos limites, para que fossem evitados erros e problemas no campo do conhecimento. Dessa forma, nas palavras do docente,

Ninguém viu mais claramente do que Kant, no entanto, que o Iluminismo tinha que manter sua casa em ordem. Se a razão não está ciente de seus limites, ele ensinou, então ela se enfraquece, se transformando em desrazão, caindo em todos os tipos de falácias. O sono da razão gera monstros: anfibolias, antinomias, paralogismos. Kant estava confiante de que uma razão totalmente desperta e alerta, devidamente disciplinada através da crítica, poderia permanecer firmemente dentro dos seus próprios limites e assim salvar o Iluminismo da autodestruição.<sup>18</sup> (BEISER, 2000, p. 22. Tradução nossa).

---

<sup>17</sup> Nas palavras de Frederick Beiser: “Kant came to save the Enlightenment, not to bury it. His aim was to give a lasting foundation to its fundamental article of faith: the authority of reason.” (BEISER, 2000, p. 22).

<sup>18</sup> No original, lê-se: “No one saw more clearly than Kant, however, that the Enlightenment had to keep its house in order. If reason is not aware of its limits, he taught, then it undermines itself, turning into unreason by lapsing into all kinds of fallacies. The sleep of reason breeds monsters: amphibolies, antinomies, paralogisms. Kant was confident that a fully aroused and alert reason, properly disciplined through the critique, could stay firmly within its own limits and so save the Enlightenment from self-destruction”. (BEISER, 2000, p. 22).

Com efeito, quando são observados os vários momentos em que Kant se posiciona acerca do tempo em que ele vivia, tanto em cartas, quanto em textos da época, percebe-se que o filósofo tinha consciência dos problemas do Iluminismo, sobretudo no que diz respeito ao que era feito no âmbito da ciência e da filosofia de sua época. Seu trabalho crítico e, logicamente, a sua crítica à razão iluminista era, por assim dizer, certamente, um esforço de tentar estabelecer ou, ainda melhor, reestabelecer os fundamentos do conhecimento racional sob uma nova perspectiva, sem, no entanto, extinguir esse mesmo conhecimento. Era preciso, na verdade, passá-lo por um crivo crítico, e o exame minucioso da razão era a pedra de toque para esse empreendimento.

Chamando atenção para a revolução na filosofia da época provocada por Kant e fazendo uma leitura bem interessante e pertinente acerca da resposta kantiana sobre a *Aufklärung*, o professor e pesquisador Terry Pinkard (2002, p. 19) mostra que a *Crítica da razão* pura se tornou um texto-chave para várias áreas da vida intelectual alemã no final do século XVIII. E um dos caminhos para entender o entusiasmo do público, segundo o docente, pode ser encontrado no ensaio kantiano sobre o Esclarecimento, publicado em 1784.

Segundo Terry Pinkard (2002, p. 19), a mensagem a respeito da necessidade de estabelecer limites para o conhecimento e mesmo para a necessidade de ousar conhecer acabou surgindo também como um chamado para uma espécie de despertar; em suma, um apelo em prol do amadurecimento intelectual e moral em segmentos diversos. Assim, tanto o âmbito epistêmico, quanto o ético, o social, o político e mesmo o cultural podem ser pensados correlacionados a esse chamado.

Com efeito, quando Kant surge com a sua proposta crítica e mesmo com a sua proposta de *Aufklärung* no início da década de 1780 na pequena Königsberg, era um tempo em que o Iluminismo, enquanto movimento histórico, já se mostrava em seus estágios finais. E foi no crepúsculo desse período, quando outras propostas intelectuais e culturais começavam a surgir, deixando outras para trás, que um tempo de crítica foi aventado por Kant<sup>19</sup>. Tratava-se de um momento em que “*tudo* deveria passar pelo crivo da razão” e de um instante em que o trabalho teórico-crítico surgia para revolucionar a história do pensamento moderno. Certamente, era também ainda um momento de

---

<sup>19</sup> Kant afirma, na *Crítica da razão pura*, que “a nossa época é a época da crítica, à qual tudo tem que se submeter”. (*KrV*, A XI n).

*Aufklärung*, um instante que continha em si Esclarecimento, muito embora não se tratasse de um tempo histórico plenamente esclarecido.

Werner Schneiders, em seu livro *Das Zeitalter der Aufklärung*, ao chamar atenção para algumas das particularidades desse tempo histórico, destaca que no âmbito do Iluminismo alemão há que se notar que a expressão *Aufklärung* desde o seu surgimento, em 1691, estava amalgamada a uma ideia de “*Aufklärung des Verstandes*”, isto é, de Esclarecimento do entendimento, do intelecto ou da razão (SCHNEIDERS, 2014, p. 115). E essa é uma questão interessante, porque podemos perceber em Kant um movimento de tentativa, consciente ou não, de fazer do entendimento dessa ideia de *Aufklärung* algo essencial para a sua tarefa crítica. Isso porque se percebe na proposta crítica de Kant, isto é, no projeto filosófico kantiano uma tarefa de Esclarecimento sobre os limites e as possibilidades da razão e do entendimento.

Schneiders, ao longo de sua análise sobre o período iluminista, mostra que a expressão *Aufklärung*, em seu desenvolvimento por assim dizer primevo, aponta para um conceito de ação <*Aktionsbegriff*>, e é somente já nos finais do Iluminismo tardio <*Spätaufklärung*> que ela passa a se relacionar com um conceito de época <*Epochenbegriff*> (SCHNEIDERS, 2014, p. 115).

É importante observar essa questão, porque é possível perceber que a *Aufklärung* kantiana, a despeito de ter obviamente uma vinculação com o seu tempo histórico, isto é, com um *Epochengebriff*, constrói-se a partir de uma interlocução com a ideia de um processo ético e epistemológico que envolve áreas essenciais problematizadas pelo filósofo ao longo de seu trabalho crítico. Nessa construção e interlocução, um ponto que fica bastante claro é a vinculação dessa visão de *Aufklärung* com essa ideia de “conceito de ação”, sobretudo quando examinamos os elementos que são mobilizados por Kant para apresentar o seu conceito de Esclarecimento. Nesse contexto, é possível perceber na exortação para que os indivíduos sejam autônomos, para que usem sua liberdade e para que pensem por si mesmo uma vinculação muito profunda com essa ideia relacionada ao agir e à ação. E essa conexão é feita sem que se prescindia de sua vinculação com a história – correlação esta que, embora não seja o ponto central na concepção do Esclarecimento kantiano, é inegável no âmbito da *Aufklärung*.

A respeito ainda do período iluminista alemão e da dificuldade em relação à palavra alemã *Aufklärung*, Werner Schneiders (2014) destaca que, embora essa expressão fosse usada junto com os vocábulos *Erhellung* <Clarificação> ou *Erleuchtung* <Ilustração> para denominar o Iluminismo já nos fins do século XVII e início do século

XVIII, em meados de 1700 a palavra *Aufklärung* acabou se impondo e se tornando, naquele contexto, a expressão mais usada para definir a Era das Luzes. Contudo, mesmo que a expressão tenha se tornado a mais usual para se referir ao Iluminismo, a ideia de um conceito de ação não foi afastada nas abordagens dos muitos pensadores e intelectuais que discutiram e apresentaram ideias sobre essa expressão.

Na verdade, com a “*Parole der Aufklärung*” (cf. SCHNEIDERS, 2014), a questão de se pensar a Ilustração e mesmo qualquer processo de Esclarecimento se tornou muito mais ampla. E isso ocorreu a partir do momento em que os intelectuais do Iluminismo tardio alemão passaram a refletir sobre o que era a *Aufklärung*. Como atesta o professor Schneiders, o próprio Kant foi um desses pensadores que participou dessa discussão e, em sua exposição, acabou por estabelecer uma clara diferença entre o que era uma “*aufgeklärten Zeitalter*” e uma “*Zeitalter der Aufklärung*”, isto é, entre o que era, de fato, uma época esclarecida e uma época de *Aufklärung* (SCHNEIDERS, 2014, p. 115).

Ernst Cassirer (1993, p. 135), na obra *Filosofia do Iluminismo*, destaca a importância do processo metacrítico realizado pela Ilustração no que diz respeito a voltar para si mesma e pensar seus próprios valores e suas próprias verdades. Com efeito, essa volta a si mesma, que pode ser pensada também no cenário germânico a partir da problematização acerca do conceito de *Aufklärung*, diz respeito, para além da questão do vínculo histórico, a uma problematização bastante singular ocorrida em solo alemão, nos fins do século XVIII que envolveu vários pensadores naquele contexto.

A discussão sobre o que era a *Aufklärung* figurou em vários jornais e revistas literárias durante e mesmo após o Iluminismo germânico. Fundamentais para que a língua alemã fosse difundida no início dos anos 1700, esses veículos de comunicação foram bastante significativos para que discussões intelectuais de vários matizes fossem divulgadas. Nesse contexto, o historiador Jonathan Israel (2009), na obra *Iluminismo radical*, deixa claro que, além de serem essenciais para a difusão das ideias iluministas, os jornais “cultos” veiculados naquele período foram também fundamentais para a propagação do uso da língua alemã (ISRAEL, 2009, p. 182). E um dos primeiros jornais com essas características surgiu no ano de 1688, o *Monatgespräche*.

Idealizado em Leipzig por Christian Thomasius, um jurista e filósofo alemão considerado um dos grandes precursores da Ilustração na Alemanha, o *Monatgespräche* foi um dos jornais que ainda no século XVII contribuiu para que posicionamentos moderados e mesmo mais radicais de pensadores iluministas fossem difundidos em solo alemão. Além disso, o jornal foi um meio que ajudou expressivamente na difusão da

língua alemã propriamente dita. Para Thomasius, “os jornais, por darem maior publicidade a livros do que antes, estimulavam as pessoas a lê-los e debatê-los”<sup>20</sup>. Nesse sentido, como salienta Jonathan Israel,

O aparecimento de um jornal devotado a resenhar os últimos livros eruditos e as controvérsias filosóficas e científicas em alemão ilustra que a revolução intelectual tinha, naquela data, penetrado bem além dos círculos restritos de acadêmicos, profissionais liberais, advogados, médicos e clérigos que haviam monopolizado a discussão filosófica no passado e a tinham confinado ao latim. (ISRAEL, 2009, p.182-183).

Quando Jonathan Israel (2009) mapeia o surgimento dos jornais iluministas na Alemanha, o historiador destaca que, no esteio do *Monatgespräche*, vários outros veículos surgiram tendo bastante sucesso. Ainda que grande parte tenha tido uma vida muito curta, de uma forma ou de outra os jornais foram cruciais para o impulso do Iluminismo também na Alemanha, assim como foram em outros locais da Europa do século XVII e XVIII. Nas palavras de Jonathan Israel,

Os jornais eruditos foram, incontestavelmente, um dos mais potentes agentes a impulsionar o Iluminismo, da sua fase formativa vital até a década de 1750. Esmagadoramente orientado pelos recentes desenvolvimentos do mundo do pensamento, da erudição e da ciência, fizeram muito para tirar o enfoque da atenção do público das autoridades estabelecidas e dos clássicos para o novo, inovador ou desafiante, mesmo que essa inovação surgisse em terras distantes e em línguas estranhas. (ISRAEL, 2009, p. 190).

O fato é que esse tipo de publicação continuou tendo espaço, na sociedade, até muito depois da década de 50 do século XVIII. Com efeito, pode-se dizer que, mesmo no Iluminismo mais tardio, entre 1780 e 1790 – e até mesmo depois disso –, diversos jornais ainda traziam discussões com fulcro nos ideais das luzes.

Segundo Jonathan Israel, os jornais eruditos eram “um dos mais poderosos agentes de mudança cultural e intelectual do Iluminismo”, pois “serviam, em especial, como um pilar do Iluminismo Moderado Cristão e uma máquina de guerra contra tanto as noções tradicionais quanto as visões radicais” (ISRAEL, 2009, p. 195). E um desses periódicos na Alemanha foi o *Berlinischen Monatsschrift*, no qual Kant e outros intelectuais do Iluminismo tiveram a chance de publicar alguns de seus escritos<sup>21</sup>. O contexto de

---

<sup>20</sup> THOMASIUS, Christian. *Monats-Gespräche* apud ISRAEL, 2009, p. 182.

<sup>21</sup> Nesse sentido, é importante destacar que a Universität Bielefeld disponibilizou as 57 edições do *Semanário Berlinense* em uma biblioteca digital que pode ser conferida por aqueles que tiverem interesse.

existência desse semanário em especial é bastante relevante neste estudo, porque nele surgiu uma famosa questão que mobilizou vários pensadores da década de 80 e 90 dos 1700, na Alemanha.

## 1.2 A QUESTÃO *WAS IST AUFKLÄRUNG?* PROPOSTA NO *BERLINISCHEN MONATSSCHRIFT*

Lançado no ano de 1783, o *Semanário Berlinense* foi o periódico germânico responsável por ter proposto em suas páginas uma questão que movimentou o Iluminismo alemão. O questionamento apresentado, na verdade, visava entender o que era a expressão *Aufklärung*. Esse semanário, diferentemente de outros periódicos que tiveram uma vida curta, funcionou por muitos anos na Alemanha. Assim, com início no ano de 1783, o periódico foi publicado até o ano de 1796, quando foi fechado pela primeira vez; posteriormente, a partir do ano de 1799, ele voltou a circular em duas ocasiões, sendo editado pelo filósofo da Ilustração alemã, Johann Erich Biester, até o ano de 1811.

O *Semanário Berlinense*, ou *Berlinischen Monatsschrift*, foi um veículo de difusão de ideias editado por um círculo de intelectuais iluministas alemães, denominado como a Sociedade dos Amigos do Iluminismo <*Gesellschaft von Freunden der Aufklärung*>. A sociedade tinha como secretário o editor do próprio *Berlinischen Monatsschrift*, o filósofo Erich Biester. Além de ser denominado como Sociedade dos Amigos do Iluminismo, o grupo também recebia outros nomes, como *Geheime Mittwochsgesellschaft* e *Berlinische Mittwochsgesellschaft*. Essa sociedade que era “semisecreta” foi fechada em 1798, por Frederico III, por ser considerada uma ameaça à ordem pública.

No ano em que foi criado, em 1783, o *Berlinischen Monatsschrift*<sup>22</sup> estampou em suas páginas o artigo intitulado “Proposta de não mais se dar trabalho aos eclesiásticos na consumação do matrimônio”. Neste texto, o filósofo e editor Johann Erich Biester

---

Todos os exemplares lançados entre os anos de 1783 a 1811 podem ser acessados a partir deste link: <http://ds.ub.uni-bielefeld.de/viewer/toc/2239816/1/> Acesso em 27 de março de 2018.

<sup>22</sup> Algumas informações a respeito desse assunto estão disponíveis em: [https://web.archive.org/web/20111005183757/http://www.berliner-klassik.de/publikationen/werkvertraege/panwitz\\_vereine/04.html](https://web.archive.org/web/20111005183757/http://www.berliner-klassik.de/publikationen/werkvertraege/panwitz_vereine/04.html) Acesso em 27 de março de 2018.

destacava que o casamento deveria ser considerado um rito civil, e não religioso, sobretudo em uma época de “pessoas esclarecidas” (GUIMARÃES et al., 2014, p. 94). O argumento de Biester, na verdade, dizia respeito ao fato de que, naquela época, por assim dizer, “especial”, os homens ilustrados ou esclarecidos poderiam perfeitamente dispensar o cerimonial religioso para estabelecer matrimônio. Contudo, faltava um aprofundamento na exposição de Biester, uma vez que era necessário entender por que somente esse público “esclarecido” poderia ser dispensado dos ritos religiosos em suas uniões. Mais do que isso, era essencial compreender o que Biester queria dizer com essa ideia de “época de pessoas esclarecidas”.

Uma tentativa de elucidar melhor esse impasse surgiu na edição posterior do *Semanário*. Assim, no segundo semestre de 1783, o clérigo Johann Friedrich Zöllner, outro grande colaborador do *Berlinischen Monatsschrift*, publicou um texto no qual refutava o posicionamento de Biester e dizia que o casamento, por sua importância, justificava o sacramento de um rito religioso. Além de se contrapor ao artigo publicado por Biester, o clérigo foi além da sua resposta e, em uma nota de rodapé em seu artigo, muito provavelmente questionando a ideia de “época de pessoas esclarecidas” presente no texto de Erich Biester, propôs uma pergunta de forma provocativa a respeito do que era a *Aufklärung*, problematizando, assim, o modo como o entendimento do termo deveria ser levado em conta. De acordo com Zöllner, essa pergunta, “que era tão importante quanto o questionamento sobre a verdade”, nunca tinha sido respondida (ERHARD, 2006, p. 3).

Esse certamente foi um momento muito emblemático para o tema da *Aufklärung* em solo alemão. Por mais que os anos mais relevantes do Iluminismo tivessem passado e no horizonte já se delineassem vários outros movimentos intelectuais refutando ou buscando ainda trazer ecos do movimento das Luzes, observa-se que, com a questão lançada por Zöllner, vários foram os pensadores que refletiram sobre ela ou sobre temas a ela relacionados.

Como salienta o professor James Schmidt, por mais particulares que fossem cada uma das muitas respostas e reflexões publicadas nos anos de 1780 e 1790 sobre a *Aufklärung* e mesmo depois desse período, os artigos e ensaios publicados partilhavam de uma característica comum bastante importante: nenhum deles apresentava uma caracterização de um período histórico particular. Isso porque o que parecia estar no horizonte dessas reflexões, segundo James Schmidt, era o desvelamento das atividades

em que cada pensador estava engajado (SCHMIDT, 2011, p. 6)<sup>23</sup>. Assim, o que se desprende das respostas de modo geral, como destaca o professor James Schmidt, é que elas não abordavam a *Aufklärung* como um momento histórico – e isso ficou patente nas respostas e nos escritos dos intelectuais que refletiram sobre a questão.

Quando, no ano de 1783, Zöllner propôs uma pergunta sobre a *Aufklärung* no *Semanário Berlinense*, vários foram os filósofos e intelectuais na Alemanha que a responderam-na abordando ou notadamente a ideia de *Aufklärung* ou trazendo outras considerações relacionadas ao termo, que era naquele momento novo e bastante desconhecido. Dentre os nomes dos filósofos que pararam para redigir algo para o *Berlinischen Monatschrift* e mesmo para outros jornais e revistas do século XVIII que também publicaram textos a respeito da temática estavam algumas personalidades conhecidas da Ilustração alemã, como Moses Mendelssohn, Johann Georg Hamann, Johann Gottfried Herder, Gotthold Ephraim Lessing, Friedrich Schiller e, dentre outros, Immanuel Kant. Como se sabe, a resposta de Kant se tornou célebre e serviu, ao longo dos últimos 200 anos, de pano de fundo para diversas discussões engendradas sobre o tema, passando pelo crivo crítico de pensadores como Theodor W. Adorno, Max Horkheimer, Hannah Arendt, Michel Foucault, Jürgen Habermas, entre outros.

James Schmidt aponta que, em 1790, um artigo publicado na Alemanha catalogou vinte e um textos com significados diferentes a respeito da *Aufklärung* (SCHMIDT, 2011, p. 6). É curioso notar que essa publicação que categorizava essas reflexões foi escrita ainda no século XVIII, no momento em que o termo alemão ainda era bastante discutido. Segundo Schmidt, o artigo mostrava que “a palavra [*Aufklärung*] tinha se tornado divorciada de quaisquer claras convenções de uso e tinha degenerado em ‘uma guerra de todos contra todos’ entre combatentes que apresentaram suas próprias idiossincráticas definições” (SCHMIDT, 2011, p. 6, tradução nossa).

Com efeito, como vários teóricos colocam, a partir do momento em que se iniciou a discussão acerca do que era a *Aufklärung*, foi percebida também a dificuldade que era definir essa expressão. Era abordada ali, como dizia Moses Mendelssohn, uma palavra nova. E, mais do que isso, surgia, com toda a problematização, uma discussão a respeito

---

<sup>23</sup> Nas palavras de Schmidt, “whatever their differences, these responses shared one important feature: none of them took Zöllner to be requesting a characterization of the particular historical period in which they were living. Their intent was to clarify the activities in which they and their contemporaries were engaged, not to distinguish their particular historical epoch from earlier periods.” (SCHMIDT, 2011, p. 6).

de uma palavra que se tornava, dia a dia, mais cheia de significado (MENDELSSOHN, 2006, p. 3).<sup>24</sup>

Em um livro no qual é feita uma compilação de artigos acerca do tema da *Aufklärung* no século XVIII, o professor e historiador James Schmidt mostra que vários foram os focos dos textos voltados a essa temática. Além disso, observa o docente que a movimentação intelectual gerada pelo questionamento foi muito expressiva no âmbito do pensamento alemão. Com efeito, mobilizando os intelectuais da época e particularizando a forma como se deu a Ilustração alemã, vê-se que a “*Parole*” não chegou aos *philosophes* franceses, muito menos aos moralistas escoceses, isso porque essa discussão foi algo bem particular do Iluminismo germânico. Nesse sentido, como ressalta Schmidt, o Iluminismo foi, de fato, um evento europeu, mas o debate acerca da questão “que é *Aufklärung*?” foi unicamente alemão (SCHMIDT, 2011, p. 8).

Werner Schneiders (2014), em seu longo estudo sobre o Iluminismo, fala a respeito da discussão erigida no final dos oitocentos a respeito da *Aufklärung* e a intitula como *Parole der Aufklärung*. Na verdade, essa discussão ocorrida ao longo do Iluminismo germânico tardio que perpassou outros movimentos da cultura alemã foi responsável por trazer à tona inúmeras reflexões produzidas por diversos pensadores daquele período, os quais pareciam ter, tão somente, o objetivo de apresentar algum caminho para se pensar aquela expressão nova e que se mostrava tão forte naquele momento histórico denominado também em solo alemão pelo mesmo nome.

Com efeito, quando paramos para examinar algumas das visões a respeito do tema da *Aufklärung*, é possível depreender que cada pensador e intelectual que se debruçou sobre a temática o fez a partir de um ponto de vista bastante particular. Formação. Revolução. Razão. Crítica. Conhecimento. Cultura. Civilização. Humanidade. Esses são alguns temas e palavras-chave que podem ser inferidos e vistos em muitas das exposições e debates sobre a ideia de *Aufklärung* que emergiram no final do século XVIII na Alemanha. Quando nos detemos na forma como muitos desses pensadores acabaram por apresentar suas ideias, nota-se que parece não ter havido nenhum tipo de convenção usada para limitá-los. O poeta e tradutor iluminista Christoph Martin Wieland, em um irônico texto a respeito do assunto, até questiona onde estão os limites da *Aufklärung* <Wo sind

---

<sup>24</sup> Nas palavras do filósofo, “die Worte Aufklärung, Kultur, Bildung sind in unsrer Sprache noch neue Ankömmlinge. Sie gehören vor der Hand bloß zur Büchersprache. Der gemeine Haufe verstehet sie kaum”. (MENDELSSOHN, 2006, p. 3).

die Grenzen der Aufklärung?> (WIELAND, 2006, p. 25), mas a verdade é que nem Wieland nem outros pensadores responderam a essa questão – talvez porque saber os limites da *Aufklärung* ou mesmo apresentar marcos estreitos a essa reflexão nunca tenha sido um objetivo de fato.

Assim, dada a ausência de roteiros e fronteiras no campo das exposições sobre a *Aufklärung*, podem ser percebidas várias narrativas criadas para dar conta desse signo polissêmico. E uma delas, como sabemos, consiste na resposta proposta por Immanuel Kant, publicada na edição de dezembro de 1784, no *Berlinischen Monatsschrift*.

O conceito de *Aufklärung* para Kant, como iremos ver mais propriamente nesta dissertação, embora não seja tão conhecido para além da resposta escrita pelo filósofo em 1783, não ficou circunscrito a uma única aparição na obra kantiana. Embora não tenha existido uma discussão propriamente sistemática do termo, o conceito de Esclarecimento e ideias relacionadas a ele estão presentes em vários escritos do filósofo, estabelecendo um interessante diálogo com a filosofia crítica como um todo. Nesse contexto, procurando partir especificamente da abordagem kantiana sobre o Esclarecimento presente na resposta elaborada por Kant para o *Berlinischen Monatsschrift* e fazendo uso de considerações pertinentes inseridas em outras obras do filósofo, pretendemos apresentar nas próximas páginas desta dissertação algumas reflexões sobre o conceito de *Aufklärung* a partir da visão kantiana.

## CAPÍTULO II: A RESPOSTA KANTIANA SOBRE O ESCLARECIMENTO

Ao iniciar sua famosa “*Beantwortung der Frage: Was ist Aufklärung*” afirmando que o “Esclarecimento é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado” e ao dizer que “a menoridade é a incapacidade de fazer uso do seu entendimento sem a direção de outro indivíduo” (WA, AA 08: 481), Kant alude a questões essenciais e afins às suas discussões teóricas e às problematizações presentes na filosofia do Iluminismo.

A partir do que o filósofo apresenta, nota-se que, para alcançar o Esclarecimento, são necessários determinados elementos que não são obtidos instantaneamente, nem mesmo com revoluções históricas. Assim, não seria uma época, ou seja, não seria o Iluminismo com suas grandes revoluções que iria garantir o Esclarecimento de todos os indivíduos.

Diante desse cenário, percebe-se que, no âmbito da *Aufklärung*, em especial na esfera da discussão proposta por Kant, várias questões estão presentes. A discussão no interior dessa famosa resposta, na verdade, figura-se como algo amplo e complexo, porque, muito mais do que apontar para um vínculo com um período bastante emblemático da história e, de certo modo, propor uma reflexão para esse mundo, o Esclarecimento desenvolvido por Kant parece sugerir um diálogo com esse cenário prático e, no movimento metacrítico de tentar elucidar a si mesmo, busca dentro de si conceitos fundamentais que residem na própria filosofia kantiana para se autoexplicar.

A *Aufklärung* problematizada por Kant, nesse contexto, parece estar alicerçada em um processo amplo, que envolve, além da razão (tanto na perspectiva epistemológica quanto ética), questões educacionais, políticas, antropológicas e até mesmo psicológicas. E por apontar para essa amplitude tão expressiva, por apresentar um aspecto tão vasto, assim como muitos dos ideais conceituais do Iluminismo europeu, a *Aufklärung* proposta por Kant mostra que é imprescindível ser entendida de um modo mais integral, e não por apenas um de seus aspectos.

Nesse sentido, diferentemente do que estabelece Moses Mendelssohn, ao apresentar a distinção entre o que é *Bildung*, *Kultur* e *Aufklärung*<sup>25</sup>, o Esclarecimento kantiano parece apontar para algo que vai além do aspecto puramente teórico e do caráter meramente epistemológico presente também nesse conceito. Ainda que seja vista como uma revolução crucial para o ser humano, a *Aufklärung* kantiana não parece possuir tão somente um caráter político e revolucionário, como aponta Johann Benjamin Erhard na sua reflexão sobre o Esclarecimento<sup>26</sup>. Embora esteja ligada ao homem, à sua dignidade e, em suma, à sua humanidade, a *Aufklärung* para Kant não parece dizer respeito tão somente a esse campo de atuação, como ressalta Johann Gottfried Herder<sup>27</sup> em seu ensaio sobre o tema.

Diante desse cenário múltiplo, outra questão que nos chega diz respeito à forma como essa problematização é construída. E esse ponto surge porque, quando nos detemos no opúsculo de 1784 de Immanuel Kant, é possível perceber que naquelas linhas não são observados o mesmo rigor e a mesma sistematicidade que o filósofo procura estabelecer em algumas de suas obras críticas. Assim, uma das questões que podem surgir quando divisamos essa exposição diz respeito ao motivo pelo qual a *Aufklärung* é exposta de forma não sistemática. Nesse contexto, pode-se pensar no porquê de Kant não trazer à tona nessa discussão um pouco dos elementos que tanto caracterizam a sua filosofia. Embora responder com toda acuidade essa questão demande uma pesquisa de literatura comparada mais profunda sobre o assunto, tentaremos esboçar uma resposta a respeito com base no *corpus* kantiano que foi consultado para a construção desta pesquisa.

Além disso, para que tenhamos acesso a algumas nuances da visão kantiana do Esclarecimento, pretendemos, nas páginas seguintes, após observar a questão da forma não sistemática, analisar algumas passagens da resposta kantiana à questão “*was ist Aufklärung*” publicada na edição de dezembro de 1784 do *Berlinischen Monatsschrift*. O intuito, nesse sentido, é analisar algumas ideias presentes no ensaio de Immanuel Kant e, ao mesmo tempo, trazer outros posicionamentos percebidos na obra kantiana nos quais o

---

<sup>25</sup> Moses Mendelssohn a respeito da questão proposta escreveu o ensaio “Über die Frage: was heißt aufklaren?”. (MENDELSSOHN, 2006).

<sup>26</sup> Pensando no tema da *Aufklärung*, Joahann Erhard escreveu o texto “Über das Recht des Volk zu einer Revolution” (ERHARD, 2006).

<sup>27</sup> Johann Gottfried Herder, por sua vez, ao discutir a questão sobre a *Aufklärung*, escreveu o texto “Wort und Begriff der Humanität”. (HERDER, 2006).

filósofo apresenta concepções que dialogam com o Esclarecimento, com o Iluminismo e também com a sua realidade histórica.

## 2.1 AUSÊNCIA DE SISTEMATICIDADE

Kant, quando constrói a sua resposta sobre a *Aufklärung*, apresenta-nos um texto em que não se observam a sistematicidade e a organicidade que caracterizam muitos de seus escritos. Uma das dúvidas que podem surgir quando divisamos essa exposição diz respeito ao motivo pelo qual essa abordagem é feita sem levar em conta o rigor e o meticuloso cuidado argumentativo que são divisados em outros textos do filósofo. Nesse contexto, pode-se questionar por que Kant não trouxe à tona nessa discussão um pouco dos caracteres metodológicos que tanto caracterizam a sua filosofia. Ainda que essa resposta seja difícil de ser formulada com a precisão necessária, certos posicionamentos de Kant presentes em algumas de suas obras podem nos ajudar a esboçar uma resposta a respeito dessa questão.

É importante destacar que, além das três grandes *Críticas*, com foco na metafísica, na ética e na estética, nas quais se percebe um caráter sistemático e arquitetônico de exposição, e além de outras obras nos quais o filósofo procura deixar clara a metodologia usada para sistematizar seu pensamento, como a *Fundamentação da metafísica dos costumes*, os *Prolegômenos a toda metafísica futura* e mesmo a *Metafísica dos costumes*, Kant também publicou livros e muitos artigos e ensaios sobre assuntos diversos sem, necessariamente, trazer aos seus escritos o caráter formal e metodológico que é apresentado nas obras supracitadas.

Embora esse tipo de abordagem não sistemática destoe daquilo que o filósofo apresenta em suas publicações mais conhecidas, sobretudo difira do que foi desenvolvido na *Crítica da razão pura*, sua obra mais conhecida e paradigmática, a apresentação menos rigorosa e sistemática presente em certos escritos kantianos não cria, em tese, prejuízos a esses textos. Na verdade, tanto técnica quanto estilisticamente, mostra outra forma de exposição presente no *corpus* teórico kantiano. Essa abordagem denota, nesse sentido, a exposição de um conhecimento que não é rigorosamente científico. Como ressalta o filósofo, trata-se de um conhecimento “comum”.

Em uma passagem do *Manual dos cursos de lógica geral*, Kant explica algumas questões relacionadas ao verbo alemão “saber” <*wissen*> e à ideia de sistema. E nesse contexto, o filósofo nos fornece um caminho para pensarmos a respeito da sistematização presente ou não em algum de seus escritos. Na *Lógica*, então, Kant diz que:

De saber [*wissen*] provém ciência [*Wissenschaft*], que deve ser entendida como sistema [*system*], em oposição ao conhecimento comum [*gemeinen Erkenntniss*], em oposição ao conhecimento como mero agregado. O sistema que repousa sobre a ideia de um todo que precede as partes é o oposto do conhecimento comum, mero agregado de conhecimentos cujas partes precedem o todo. (*Log*, AA 09: AK75).

Quando nos detemos no *corpus* teórico kantiano, vemos que há uma pluralidade temática bastante vasta no que diz respeito aos escritos nos quais é percebida a ausência desse rigor metodológico. Realmente, não há nesses textos uma necessidade ou mesmo a intenção por parte de Kant de se criar uma ciência propriamente dita, mas sim de apresentar uma espécie de “conhecimento comum”. Nessa perspectiva, não existe um sistema de fato, porque há uma profusão de conhecimentos de áreas muitas vezes diversas, “cujas partes”, como diz o filósofo, “precedem o todo”.

Tendo em vista essa amplitude de conteúdos no âmbito desse conhecimento comum não sistematizado, observa-se que, no âmbito da exposição kantiana sobre o Esclarecimento, todo o conteúdo que vem à tona, isto é, o conhecimento comum que ali surge, emerge a partir de um diálogo profícuo com o que o filósofo estabelece em suas obras críticas, seus conteúdos agregados, por assim dizer. Nesse sentido, percebe-se por parte de Kant uma estratégia interessante: ao expor suas ideias em textos em que esse conhecimento comum é manifestado, o filósofo traz a esse material suas próprias contribuições sistemáticas ou científicas, por assim dizer. Nesse contexto, como destaca Foucault (1994), Kant realmente aproveita o opúsculo publicado em 1784 para atualizar e aplicar a sua filosofia crítica. Mas não foi só nesse opúsculo que o filósofo empreendeu esse tipo de abordagem.

Tendo como pano de fundo esses textos em que a ausência de sistematicidade está presente, nota-se que esses escritos não apenas dão acesso a uma filosofia kantiana “mais popular” ou “comum”, como alguns poderiam supor, mas, mais do que isso, esses escritos permitem que seja observada uma reflexão oriunda de uma espécie de uso teórico daquilo que Kant apresenta em suas investigações críticas. Assim, por meio de uma atualização discursiva, com base em suas próprias reflexões críticas e sistemáticas, o filósofo constrói um conhecimento “comum”. Nessa perspectiva, é possível divisar um diálogo construído

a partir da interlocução entre conhecimento comum e algo “sistematizado” em muitas das produções textuais kantianas que foram publicadas em jornais, em formato de artigos e ensaios.

De fato, quando escreve sobre o Esclarecimento para o *Berlinischen Monatsschrift*, Kant responde a uma questão que foi apresentada nessa publicação, e é natural que, ali, naquele espaço voltado a textos que podem ser vistos como mais populares, pontuais e, por assim dizer, objetivos, o filósofo não apresente de modo profundo e rigoroso uma metodologia de investigação a respeito do que é ou não a *Aufklärung*. E esse caráter textual, presente em diversos ensaios e em artigos, pode ser percebido em outros escritos que também foram publicados em jornais.

Não raro, menciona-se a dificuldade relacionada à compreensão dos escritos kantianos. Na verdade, como se sabe, Immanuel Kant não é conhecido por ser um autor que gera fácil entendimento. Em seu trabalho sistemático (e mesmo em textos que não sejam dotados desse caráter), não raro, vê-se o uso constante de inúmeras orações subordinadas em períodos e parágrafos extensos; muitas vezes até surgem blocos de sentenças com mais de uma página. Neles, ocasionalmente, notam-se utilizações de inversões sintáticas e de outros recursos linguísticos que, quando usados de modo excessivo, tornam mais árduo o estilo textual do filósofo, fazendo com que a compreensão do interlocutor corra o risco de ser, por vezes, prejudicada ou, ainda, fazendo com que muitos, sem nem mesmo conhecer a obra de Kant, tenham medo e desistam de tentar conhecê-la. Contudo, é necessário salientar que existem escritos kantianos que não apresentam essa aridez.

Como argumenta Lewis White Beck (BECK, 1963, p. ix), editor da obra kantiana *Lectures on ethics*, é nesses escritos dotados de menor rigor e sistematicidade que é possível encontrar o filósofo conhecido por ser um proseador extremamente agradável ou mesmo o professor festejado, cujas aulas eram bastante disputadas não só pelo conteúdo crítico, mas também pelo estilo de exposição. Contudo, é importante desfazer um equívoco que muitas vezes surge nesse âmbito: a existência de uma exposição mais clara e menos rigorosa de determinados temas não faz com que o assunto abordado seja menos importante. O problema é que, para alguns, os escritos que apresentam essas características, normalmente voltados a discussões mais amplas ou mesmo presente nas áreas como a educação, a filosofia da história, a antropologia, a psicologia e até mesmo a religião, são vistos como trabalhos que, além de não terem correlação, de fato, com a

filosofia crítica, são “menores”, não apenas em relação à extensão, mas, especialmente, no que tange à qualidade.

Ernst Cassirer, a respeito desses textos e, sobretudo, a respeito dos artigos e ensaios mais curtos que foram publicados por Kant, diz que:

Parece, à primeira vista, que esses artigos não passam de trabalhos breves e ocasionais, redigidos ligeiramente, porém neles contêm todos os fundamentos da nova concepção desenvolvida por Kant acerca da natureza do estado e da história. Por isso é preciso atribuir a esses estudos, tão pequenos em aparência, uma significação quanto à trajetória interna do idealismo alemão que apenas é inferior, dentro do círculo de seus problemas, ao que corresponde à *Crítica da razão pura*. (CASSIRER, 1993, p. 264, tradução nossa).

Assim, embora tenham menos páginas e não apresentem toda sistematicidade, rigor científico e organicidade que alguns textos kantianos possuem, esses escritos destituídos de caráter arquitetônico trazem também em seu interior os conceitos que sustentam a filosofia kantiana e dão a ela muita validade. Nesse sentido, é essencial destacar que não houve por parte do filósofo um divórcio entre o que foi apresentado em seus trabalhos críticos e aquilo que foi discutido em publicações que não traziam a mesma forma estilística das três *Críticas*, por exemplo.

No ensaio sobre o Esclarecimento, que é voltado a uma publicação jornalística, percebe-se, sim, um texto destituído de sistematicidade, mas que traz, essencialmente, questões cruciais pertencentes à filosofia crítica kantiana. Assim, por estar ligado a um gênero textual e a um tipo de publicação específica que demanda mais objetividade, concisão e clareza, o opúsculo em suas poucas páginas procura trazer a seus interlocutores um determinado conteúdo de modo mais direto.

Pensando em outras obras em que o Esclarecimento surge e é problematizado, depreende-se que o conceito também não é tratado na perspectiva sistemática, porque parece haver um entendimento de que os elementos que definem a *Aufklärung* já foram tratados em outras obras. Como destaca Cassirer (1993), os fundamentos da concepção kantiana já estão postos em outras obras. Assim, não haveria, tecnicamente, a necessidade de apresentar novamente o que é uma máxima, quando Kant fala que o Esclarecimento está ligado a um princípio subjetivo em particular, por exemplo.

Embora realmente pudesse ajudar mais a compreensão do tema, a *Aufklärung* não foi abordada em uma única obra sistematicamente. Por essa razão os conceitos que são mobilizados e aqueles que podem ser inferidos no seu interior demandam certo

aprofundamento e investigação por parte do interlocutor. Cassirer (1993, p. 264), nesse sentido, chama atenção para o fato de que “é preciso atribuir a esses estudos, tão pequenos em aparência, uma significação”. Diante disso, podemos destacar que cabe ao leitor trazer à tona a sua interpretação, procurando entender, a partir da própria filosofia kantiana, a perspectiva que o filósofo apresenta.

A *Aufklärung* kantiana, nesse contexto, demanda um exercício crítico interpretativo. Como observam alguns pesquisadores, embora seja bastante conhecido, o opúsculo sobre o Esclarecimento é ainda mal compreendido, mal lido e bastante subestimado<sup>28</sup>. O fato é que, não obstante demande uma interpretação que tenha fulcro naquilo que Kant estabelece em sua filosofia como um todo, vê-se que muitas leituras sobre o Esclarecimento kantiano não levam essa questão em consideração. E esse é um exercício fundamental para entender a proposta de Kant no âmbito do Esclarecimento e, certamente, para compreender outros textos escritos pelo filósofo, nos quais a sistematicidade dita kantiana não está presente.

## 2.2 O ESCLARECIMENTO NA RESPOSTA KANTIANA

### 2.2.1 SAÍDA DA MENORIDADE, ENTENDIMENTO E CULPA

Tendo como elementos centrais a ideia de “saída da menoridade” e o conceito de culpa, o opúsculo que responde à questão “Que é Esclarecimento?” de Kant apresenta, de modo bastante imediato, uma definição para o que seria, a seu ver, o Esclarecimento. Direto e incisivo no início de seu opúsculo, o filósofo definiu a expressão em questão como “a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado” (WA, AA 08: 481). Antes de adentrar no conceito de culpa que está presente nessa formulação, é importante pensar primeiramente nessa ideia de “saída da menoridade”.

No segundo período textual de seu opúsculo, Kant procura conceituar o que seria essa menoridade <*Unmündigkeit*>. E ela é fundamental para que entendamos o que

---

<sup>28</sup> Conforme Joel Klein (KLEIN, 2009); James Schmidt (2000; 1996); Arendt (1994) e CASSIRER (1993) e outros.

significa, de fato, esse movimento de saída. Para o filósofo, a menoridade “é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo” (WA, AA 08: 481). O termo alemão *Mündigkeit*, nessa perspectiva, remete à palavra maioridade, que pode ser compreendida como a mudança pela qual um indivíduo passa quando, juridicamente, entra na vida adulta, isto é, quando ele se torna capaz de exercer os atos da vida civil. Na *Antropologia de um ponto de vista pragmático*, Kant fala sobre essa questão do ponto de vista jurídico. Nessa obra, o filósofo diz que:

Se uma pessoa, saudável sob todos os aspectos, é incapaz (natural ou legalmente) de fazer uso *próprio* de seu entendimento nas atividades civis, então se diz que ela não é emancipada; se isto está fundado na pouca idade, se chama imaturidade (*menoridade*); mas se está fundado em disposições legais a respeito de questões civis, então pode ser denominada incapacidade *legal* ou civil. (*Anth*, AA 07: 209).

É interessante notar que, na passagem acima, Kant chama atenção para aspectos relacionados ao uso “próprio” do entendimento nas atividades civis. Nessas atividades também está presente a ideia de autonomia: talvez não uma autonomia ligada à ética, mas a uma ideia comum do termo, no sentido de fazer algo por si mesmo, de se autodeterminar. Na verdade, a reflexão aqui trata o uso do entendimento no âmbito civil e jurídico. Todavia, quando Kant define a saída no âmbito do Esclarecimento, o filósofo parece chamar atenção para a saída de um estado em que o sujeito, por outros motivos, alheios à questão de sua capacidade jurídica ou não, ainda não é capaz por si só de se autotutelar. No âmbito da *Aufklärung*, a questão jurídica parece perder um pouco da sua importância, sobretudo pelos elementos que o pensador mobiliza para discutir essa saída particular da menoridade.

Em certas passagens de obras kantianas, podemos perceber que, para o filósofo, a fim de existir Esclarecimento, são fundamentais o pensamento por si mesmo, a liberdade e a autonomia. Essas condições que, em muitos momentos se mesclam, podem ser observadas no âmbito epistemológico e também no ético-prático. Com efeito, a forma mais conhecida de elaboração dessa ideia pode ser vista nessa formulação da “saída da menoridade” presente no opúsculo publicado em 1784. Embora seja a elaboração mais difundida do que era o Esclarecimento kantiano, ela não é a única, tanto que é possível ver em outras obras do pensador a discussão sobre esse conceito. Um exemplo está na *Antropologia de um ponto de vista pragmático*. Nessa obra, Kant diz que:

A mais importante revolução no interior do ser humano é “a saída deste estado de menoridade em que se encontra por sua própria culpa”. Enquanto até aqui outros pensaram por ele, e ele simplesmente imitou

ou precisou de andadeiras, agora, vacilante ainda, ele ousa avançar com os próprios pés no chão da experiência. (*Anth*, AA 07: 229).

Kant deixa muito claro nessa obra que a mais importante revolução do ser humano <*die wichtigste Revolution in dem Innern des Menschen*> é a saída da menoridade. Não se trata de uma revolução, como podemos perceber, no âmbito de um tempo histórico. Esse movimento diz respeito, essencialmente, a uma revolução dentro do ser humano: é uma mudança interna; um processo que ocorre no indivíduo. Depreende-se da formulação kantiana que, antes dessa saída, o homem é simplesmente um ser que deixa outros pensarem por ele; depois dela, ele ousa avançar com os próprios passos na senda do seu próprio conhecimento.

Na perspectiva kantiana, para que exista Esclarecimento, é fundamental que o sujeito procure pensar por si mesmo <*Selbst denken*> e seja, verdadeiramente, autônomo nesse âmbito. Nesse sentido, não ser dirigido por outras normas, ou seja, se afastar da heteronomia no campo do pensamento é crucial. Observando a forma como Kant elabora a ideia de um Esclarecimento radicado nessa ideia de sair da menoridade, nota-se a possibilidade de interpretar essa saída como um *exeundum* de um estado de natureza: uma saída de uma condição na qual o homem ainda é “selvagem” no campo do entendimento, para falar de acordo com a metáfora do estado de natureza hobbesiano, por exemplo, rumo a uma condição em que o indivíduo é autônomo e usa o seu entendimento de modo crítico e “civilizado”, isto é, um estado em que o homem pode ser considerado, com efeito, um ser que realmente usa seu entendimento e que, de fato, pensa.

Falando a respeito das pessoas que efetivamente pensam e se voltando a essa classe de sujeitos em particular, isto é, os pensadores <*für die Klasse der Denker*>, Kant ressalta que certas máximas podem se tornar mandamentos imutáveis para esse público. A primeira delas seria pensar por si <*selbst denken*>; a segunda, pôr-se (na comunicação com seres humanos) no lugar do *outro*; e, por fim, pensar sempre *de acordo consigo mesmo* (*Anth*, AA 07: 228). Nesse ponto da argumentação kantiana, exposta na *Antropologia de um ponto de vista pragmático*, o filósofo fala na necessidade de adotar na comunicação algumas máximas, isto é, fazer uso de princípios práticos subjetivos do querer nesse âmbito. Uma questão a se observar também é que esses princípios, os quais, em um primeiro momento, parecem ser voltados a essa classe de pensadores, ao longo do texto kantiano são alargados aos seres humanos de modo geral, uma vez que logo em seguida Kant fala do movimento de pensar por si mesmo e sair da menoridade, citando

aquilo que, segundo ele, é a mais importante revolução no interior do ser humano: a *Aufklärung*. (*Anth*, AA 07: 228).

Como se percebe, existe uma espécie de necessidade de que o sujeito saia da menoridade e seja, realmente, um ser que usa o seu entendimento. Na *Crítica da razão pura*, Kant em vários momentos fala a respeito desse conceito, que é indubitavelmente crucial nessa obra que é considerada capital para a compreensão do pensamento epistemológico kantiano. Nela, o filósofo afirma que

O nosso conhecimento provém de duas fontes fundamentais do espírito, das quais a primeira consiste em receber as representações (a receptividade das impressões) e a segunda é a capacidade de conhecer um objecto mediante estas representações (espontaneidade dos conceitos); pela primeira é-nos dado um objecto; pela segunda é pensado em relação com aquela representação (como simples determinação do espírito). Intuição e conceitos constituem, pois os elementos de todo o nosso conhecimento, de tal modo que nem conceitos sem intuição que de qualquer modo lhes corresponda, nem uma intuição sem conceitos podem dar conhecimento. (*KrV*, A 50; B 74).

Com efeito, na perspectiva kantiana, nosso conhecimento deriva de duas fontes: uma é a sensibilidade, que consistiria na receptividade das impressões; a outra fonte, o entendimento, é definida como a capacidade de conhecer um dado objeto por meio das representações. Assim, a sensibilidade produziria a intuição; e os conceitos seriam um produto do entendimento. No âmbito do Esclarecimento, pelo que podemos notar, o que está em jogo é essa capacidade de conhecer por meio das representações, por meio da elaboração de pensamentos e de conceitos acerca do mundo em que vivemos de forma autônoma. Nessa perspectiva, está presente uma exortação no sentido de que devemos usar o nosso próprio entendimento.

Kant, na *Crítica da faculdade do juízo*, chama atenção para o fato de que o Esclarecimento está relacionado com o pensamento que se constitui afastado do preconceito, isso porque, nas palavras do filósofo, libertar-se das superstições é Esclarecimento (*KU*, AA 05: 160). Assim, não se trata tão somente de apenas uma característica do Iluminismo sendo corroborada pelo pensador. Certamente, há uma ligação com alguns dos pressupostos das Luzes, mas, além disso, existe outra questão.

Na *Antropologia de um ponto de vista pragmático*, Kant argumenta que há alguns problemas que podem prejudicar o entendimento. O filósofo destaca a mera opinião e, sobretudo, os preconceitos como elementos que seriam grandes fomentadores de

problemas do entendimento (*Anth*, AA 07: 228). Com efeito, para o filósofo, o preconceito não é um simples juízo provisório e irrefletido, mas, sim, um juízo provisório tomado como princípio, que geraria, conseqüentemente, juízos errôneos (*Log*, AA 09: AK76).

Kant, na *Crítica da faculdade do juízo*, aborda um aspecto bastante interessante a respeito desse tema. Antes de necessariamente falar nesse Esclarecimento embasado no afastamento dessas construções radicadas em juízos errôneos, o filósofo afirma que o entendimento humano comum <*der gemeine Menschenverstand*> não é ainda não cultivado. E essa espécie de entendimento é considerada “o mínimo que sempre se pode esperar de alguém que pretenda chamar-se homem” (*KU*, AA 05: 156f). Esse entendimento teria, segundo Kant, a honra não lisonjeira de ser cunhado pelo nome de senso comum (*sensus communis*), e isso ocorre, pois há uma compreensão equivocada no que diz respeito a esse termo.

Em sua argumentação, Kant mostra que esse entendimento tomado como “senso comum” é visto como “*vulgare*, algo que se encontra por toda a parte e cuja posse absolutamente não é nenhum mérito ou vantagem” (*KU*, AA 05:157). Contudo, Kant refuta essa ideia de que ele não possui mérito algum. Na verdade, pela forma como o pensador estrutura a questão, percebe-se que o filósofo desaprova o fato de as pessoas não fazerem uso dele. Immanuel Kant, de fato, argumenta que por essa ideia de senso comum temos de compreender “um sentido comunitário <*gemeinschaftlichen*>, isto é, uma faculdade de ajuizamento que em sua reflexão toma em consideração em pensamento o modo de representação (*a priori*) de qualquer outro” (*KU*, AA 05:157). Isso que o filósofo ressalta está ligado a uma das máximas do entendimento humano comum: a de pensar no lugar de qualquer outro, além do “pensar por si mesmo” e do “pensar sempre de acordo consigo próprio” (*KU*, AA 05:158), o que, como vimos, é retomado também na obra *Antropologia de um ponto de vista pragmático*.

Com efeito, percebe-se que a ideia contida no processo de saída da menoridade, quanto ao uso do entendimento, parece apontar para um uso real desse elemento que todos nós, em tese, podemos utilizar, mas que ainda não é cultivado (*KU*, AA 05:156). Na visão kantiana, o uso desse entendimento não diz respeito a um processo que vai além das forças dos homens, como alguns filósofos iluministas supõem acerca do processo de

Esclarecimento<sup>29</sup>. Não se trata de um processo que exige uma capacidade de inteligência fora do comum ou de um processo suprassensível epistemológico voltado somente para uma classe de pessoas. Diz respeito, na verdade, a algo que pode ser alcançado e praticado por todos os homens.

Kant, na *Antropologia sob o ponto de vista pragmático*, fala que três são os elementos fundamentais para o conhecimento: o entendimento, a razão e o juízo. Nessa obra, o filósofo explica que

O entendimento é positivo e expulsa as trevas da ignorância – o juízo é mais negativo e previne dos erros provenientes da luz crepuscular em que os objetos aparecem. – A razão fecha as fontes dos erros (os preconceitos) e com isso garante o entendimento mediante a universalidade dos princípios. (*Anth*, AA 07: 230).

Observa-se que, para o filósofo, há uma ligação importante do âmbito do entendimento com a questão prática e com a razão. Na verdade, segundo ele,

Se o entendimento é a faculdade das regras, e o juízo, a faculdade de descobrir o particular como um caso dessas regras, então a razão é a faculdade de deduzir, do universal, o particular e de representar este último como necessário e segundo princípios. – Pode-se, portanto, explicá-la também mediante a faculdade de julgar e (em sentido prático) de agir segundo princípios. Para todos os juízos morais (por conseguinte, também para a religião) o ser humano necessita da razão e não se basear nos dogmas e hábitos introduzidos. (*Anth*, AA 07: 199).

Aqui, percebe-se uma clara vinculação desses três elementos para a consecução de um pensar realmente autônomo, a fim de que o sujeito realmente comece a usar o seu entendimento natural, pense por si mesmo e não se baseie em dogmas e preconceitos já existentes. Desse modo, pensar livre de preconceitos é fundamental; e aqui entra algo que é salientado por Kant na *Crítica da faculdade do juízo* acerca do Esclarecimento: é preciso fazer uso do entendimento a partir de um princípio subjetivo ativo, e jamais passivo (*KU*, AA 05: 159). Na verdade, fazer uso da razão passivamente é ser refém da heteronomia e,

---

<sup>29</sup> Reinhold, em seu ensaio “Thoughts on Enlightenment”, afirma, por exemplo, que a capacidade da razão no que diz respeito ao Esclarecimento é mais desenvolvida. Ela, na verdade, é diferente da capacidade racional comum, até porque elucida conceitos confusos, tornando-os claros. Em suas palavras: The capacity for reason in the narrower sense is that state of the soul in which the disposition to reason has already obtained all the determinations which first make it capable of distinct concepts. Reason itself first begins with distinct concepts. Enlightenment in the narrower sense is thus the application of the means that lie in nature to elucidate confused concepts into distinct ones. (REINHOLD, 1996, p. 61).

ao mesmo tempo, é ser um veículo de preconceitos – e isso a *Aufklärung* kantiana e mesmo outras visões de Esclarecimento da época parecem ter como algo inadmissível.

Na formulação do seu conceito de Esclarecimento, Immanuel Kant ressalta que a *Unmündigkeit* tem sua gênese na própria culpa do homem, uma vez que este é *culpado* por estar no estado em que se encontra. É importante ressaltar que há tradutores que, em vez de usar o adjetivo em questão, falam em responsabilidade, isto é, “menoridade pela qual [o próprio homem] é responsável”<sup>30</sup>. Entretanto é interessante ver que Kant realmente usa a palavra *verschuldeten* (WA, AA 08: 481) que no alemão corresponde ao adjetivo “culpado”. E esse vocábulo é significativo, sobretudo, pela ideia estabelecida com aquilo que o filósofo apresenta com relação à culpa em outros escritos.

O conceito judaico-cristão da culpa <*Schuld*> está ligado fundamentalmente à questão religiosa e é, sem dúvida, relevante para pensarmos a própria condição e formação do homem<sup>31</sup>. E não é por acaso que o vemos problematizado em vários momentos da obra kantiana *A religião nos limites da simples razão*. Em uma determinada passagem da primeira parte desse texto, Kant traz algumas informações que permitem uma compreensão a respeito da ideia de culpa em consonância com o tema da *Aufklärung*. O excerto em questão diz respeito a uma discussão sobre a propensão para o mal que está presente nos homens, assunto central dessa primeira parte da obra. Nas palavras do pensador prussiano,

Não é a natureza que carrega com a culpa (se o homem é mau) ou com o mérito (se é bom), mas o próprio homem é dele autor. Mas porque o primeiro fundamento da adoção de nossas máximas, que, por seu turno, deve residir sempre no livre arbítrio, não pode ser factio algum susceptível de ser dado na experiência [...]. (RGV, AA 06: 28).

Nessa passagem e em muitos momentos d’*A religião nos limites da razão*, Kant aponta para a importância da responsabilidade. Na verdade, como deixa claro o filósofo, seja pelo bem que faz ou pelo mal que empreende, o homem é a única pessoa que carrega

---

<sup>30</sup> Na tradução de Luis Paulo Rouanet, que é disponibilizada on-line em vários sítios eletrônicos acadêmicos, é possível divisar esse uso da palavra “responsável”. Disponível em: <https://bioetica.catedraunesco.unb.br/wp-content/uploads/2016/04/Immanuel-Kant.-O-que-%C3%A9-Esclarecimento.pdf> Acesso em 7 de abril de 2018.

<sup>31</sup> Mais a respeito do tema pode ser visto no seguinte artigo “A culpa e suas relações com a religiosidade e o sentido da vida”. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/le/article/view/31974/16886> Acesso em 21 abr. 18.

o mérito ou a culpa de algo. Sendo autor de determinada ação, o indivíduo é seu responsável direto, para o bem e para o mal.

Na primeira passagem do opúsculo sobre a *Aufklärung* na qual chama atenção para essa questão da culpa do indivíduo por se manter menor, o filósofo ressalta que, se o sujeito não procura se esclarecer, a responsabilidade é exclusivamente do indivíduo. O mérito e a culpa, se existirem, são exclusivamente da pessoa, pensando no par de conceitos usados por Kant na *Religião nos limites da razão*. Essa ideia de culpa presente na *Aufklärung*, sobretudo pela falta de aprofundamento e pela ausência de uma explicação clara por parte de Kant, é em certa medida problemática e discutível no início do opúsculo kantiano sobre o Esclarecimento.

Com efeito, a ideia de culpa do sujeito por simplesmente se comprazer na situação de menoridade, pelo que se pode observar, parece ter fundamento no sistema ético e moral kantiano. Além disso, pela forma como o filósofo a apresenta, percebe-se que a culpa se relaciona a um conceito que pode ser pensado em conexão com a ideia de uso do arbítrio, uso da liberdade de cada sujeito, questão essa discutida também na *Religião nos limites da simples razão*. Com efeito, para ser uma pessoa *moralmente* boa, Kant diz que deve haver um esforço do indivíduo. Admitindo essa ideia implícita de que quem consegue sair da menoridade é bom (e, conseqüentemente, que quem não consegue é ruim), podemos pensar essa relação com o uso do arbítrio. Vejamos:

O que o homem em sentido moral é ou deve chegar a ser, bom ou mau, deve *ele próprio* fazê-lo ou tê-lo feito. Uma ou outra coisa tem de ser um efeito do seu arbítrio (*RGV*, AA 06: 50).

Tentando examinar o que Kant nos diz, vemos que a ideia nessa passagem é de que o homem, por meio do processo individual de Esclarecimento, sai da menoridade – e isso é um efeito do seu arbítrio. Nesse sentido, qualquer imputabilidade presente tem de levar em consideração o exercício do arbítrio do sujeito. E vemos que uma das perspectivas de se ver a questão da culpa se insere nessa formulação kantiana.

Pelo que se depreende nesses primeiros momentos da resposta de Kant, o conceito-chave da definição diz respeito à palavra *Unmündigkeit*, e ela é realmente central para entender a visão kantiana de *Aufklärung*, sobretudo porque é a partir dela que surgem, no texto, conceitos fundamentais presentes na filosofia kantiana.

De acordo com o opúsculo de 1784, “a menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo” (*WA*, AA 08: 481), ou seja, é a

ausência de competência ou aptidão de se servir de seu próprio entendimento, sem que os outros o tutelem. É perceptível que há aqui a ideia clara de uma subjugação a outrem que deve ser eliminada, a fim de que o sujeito possa se tornar esclarecido. Mais do que isso, há uma ideia bastante forte de que aquele que está nessa condição de menoridade só está devido a si mesmo. O fato é que, nesse caso, Kant não leva em consideração quaisquer dificuldades do sujeito, seja no âmbito de sua aptidão física ou no aspecto jurídico, como ele aponta na *Antropologia sob o ponto de vista pragmático*. Aqui, pressupõe-se a ausência de elementos restritivos no campo jurídico para o exercício próprio do entendimento. Desse modo, nas palavras do filósofo, “o homem é o próprio culpado dessa menoridade se a causa dela não se encontra na falta de entendimento, mas na falta de decisão e coragem de servir-se de si mesmo sem a direção de outrem” (WA, AA 08: 481).

Voltando à ideia de culpa, observamos outro dado que é também importante. Quando problematiza esse conceito em seu dicionário filosófico, Nicola Abbagnano destaca que originalmente o termo em questão é jurídico e serve para indicar a infração de uma determinada norma (ABBAGNANO, 2003, p. 224). Não que não possamos pensar a culpa relacionada à menoridade como a infração de uma determinada norma, porque, embora não esteja previsto no âmbito da *Aufklärung* um contexto jurídico tão somente, vemos que a culpa referente à menoridade parece estar realmente ligada à infração de uma lei, mas aqui Kant parece sugerir, embora não aprofunde muito nesse ponto, que se trata da pedra de toque da ética kantiana: a lei moral que está presente em cada indivíduo.

Ao apresentar a definição de culpa em seu *Dicionário de Filosofia*, Abbagnano usa uma passagem kantiana e traz uma definição que faz, a seu ver, parte da esfera jurídica. Entretanto, a esfera de atuação desse conceito não concerne somente ao plano do Direito. Na verdade, quando faz a apresentação dessa ideia no § 4 da introdução, na obra *A metafísica dos costumes*, na seção intitulada “Conceitos preliminares da metafísica dos costumes” (MS, AA 06: 222), Kant afirma que “uma infração não intencional, mas que, não obstante, pode imputar-se ao agente, chama-se culpa (*culpa*). Uma infração intencional (quer dizer, ligada à consciência de ser uma infração) chama-se dolo (*dolus*).” (MS, AA 06: 224). Não há aqui, na verdade, nenhuma alegação de que culpa é um conceito voltado apenas ao âmbito jurídico, muito embora o uso da palavra dolo seja altamente empregado nessa esfera nos nossos dias.

Um ponto bastante significativo, nessa discussão, diz respeito ao fato de que a ideia de “metafísica dos costumes” em Kant vai além do mero aspecto jurídico-normativo

exterior, uma vez que abrange também uma doutrina da virtude que diz respeito ao âmbito interno, tendo como pano de fundo uma ideia de filosofia prática muito forte. Por isso o conceito de culpa problematizado na *Metafísica dos costumes* pode ser muito bem pensado no âmbito da *Aufklärung*. E isso, embora não seja capaz de apaziguar todos os problemas que a palavra culpa traz nesse contexto, confere bastante sentido à ideia de culpabilidade relacionada à menoridade.

O fato é que, pensando na definição presente na *Metafísica dos costumes*, o sujeito pode ser visto como culpado porque não conseguiu sair da menoridade sem a necessidade da tutela de terceiros. Contudo, ele não consegue sair dessa condição porque, mais do que afrontar ou não seguir a lei moral, o sujeito pode não ter consciência de que se encontra numa situação de menoridade. Ele não percebe ainda que não usa seu entendimento; ele não tem consciência de que é ainda, no plano epistemológico, refém de seus preconceitos e superstições. Assim, o sujeito é, com efeito, culpado, mas o é de forma não intencional, uma vez que ele não tem consciência de que fere a sua razão ao prescindir de sua autonomia para ser refém da heteronomia no campo do pensamento. Esse, poderíamos muito bem pensar, seria o caso de muitos que desconhecem certas questões. Assim, quando cometem determinada ação, cometem-na por ignorância. Kant aponta para essa ideia quando chama atenção para as pessoas que foram de certo modo subjugadas e nem têm consciência de que aquilo que lhes é passado pode ser de outra forma. Nesse sentido, a mensagem kantiana vai além da rasa imputabilidade aos indivíduos que não conseguiram usar seu entendimento por si próprio. Há uma sugestão de que o sujeito infringe uma lei dada pela razão ao se tutelar de forma heterônoma, mas há também a possibilidade de o sujeito agir do modo como age porque não tem consciência. E se essa compreensão é alcançada por ele, esse agente poderá de fato usar seu livre arbítrio da forma que ele achar adequado e quem sabe se esclarecer. Nesse sentido, entende-se por que Kant afirma em suas *Lectures on Ethics* que o grau de responsabilidade depende do grau de liberdade conferido a determinado indivíduo (*V-Mo/Collins*, 27: 291).<sup>32</sup> E aqui entra uma questão importante a respeito da forma como o homem deseja ou não agir.

Em *A religião nos limites da simples razão*, Kant ao abordar o conceito de mal argumenta que os homens são seres livres que podem estar propensos a agir de forma negativa ou podem agir de acordo com sua disposição para o bem. Em outras palavras, o

---

<sup>32</sup> No original: The degree of responsibility depends on the degree of freedom. Freedom involves capacity to act, and in addition, cognizance of the impulsive ground and objective character of the action. (*V-Mo/Collins*, 27: 291).

homem, apesar de possuir uma disposição originária para o bem, apresenta também propensão ao mal – e esse modo de introduzir a questão aponta para uma ideia que diz respeito à responsabilidade do agente no que concerne aos seus atos.

Na perspectiva kantiana, o homem tem responsabilidade por todos os seus atos, tanto quando faz o bem quanto quando faz o mal. Para o filósofo, não há a ideia de um mal em si que determina os seres humanos ou mesmo de uma ação que ocorre sem o homem a desejar. Na verdade, os indivíduos têm liberdade de acatar ou não o mal, que é inerente à natureza humana, em suas ações. Visto de outro modo, podemos dizer que Kant não sustenta a ideia de que os homens são totalmente maus, e isso se dá porque no indivíduo existe, segundo o pensador, a “disposição para o bem”. Entretanto, é fundamental não esquecer que nesse mesmo sujeito existe a “propensão para o mal”. Disposição e propensão aqui são questões distintas e não funcionam como sinônimos na linguagem kantiana. Com efeito, a disposição para o bem está presente no homem, ainda que não seja de fato efetivada. Ela é, como diz o filósofo, “originária”. Nas palavras de Letícia Pinheiro (2007, p. 56), “ela simboliza a suficiência que a lei moral possui em si mesma”.

Segundo Kant, embora possuam a disposição para o bem, os homens acabam deixando que o mal, enquanto elemento inerente à natureza humana, não permita que eles tomem a lei moral como móbil suficiente para suas ações. Nessa perspectiva, potencialmente, o mal existe na natureza humana, bastando para sua efetivação apenas uma admissão por parte do sujeito, a ponto de ser subjetivamente necessário inclusive no melhor dos homens (PINHEIRO, 2007, p. 57). Kant, certamente, não acredita que o homem nasce bom e nem tampouco mau, *ipsis litteris*. E até mesmo um meio termo não é possível para o filósofo, isto é, que o indivíduo não seja nem bom nem mal ao mesmo tempo – e sequer as duas coisas concomitantemente.

Como observa o professor Adriano Correia sobre essa temática, “a nossa natureza sensível impõe que sejamos não apenas agentes morais autônomos, mas também sujeitos a desejos e inclinações não completamente controláveis ou assimiláveis aos ditames da moralidade” (CORREIA, 2005, p. 89). Por essa razão há, além da disposição para o bem, a propensão ao mal; por isso é que o homem pode agir livremente levando em consideração aquilo que desejar. O sujeito, em suma, tem o poder de fazer as suas escolhas e, concomitantemente, é responsável por elas.

Kant entende a propensão ao mal como o fundamento subjetivo da possibilidade de inclinação. A palavra propensão é entendida nesse contexto como “a *predisposição* para a ânsia de uma fruição; quando o sujeito faz a experiência desta última, a propensão

suscita a *inclinação* para ela” (RGV, AA 06: 34). Diferentemente da disposição, que é originária, a propensão para o mal “se pode aceitar como universalmente inerente ao homem”, isto é, trata-se de uma inclinação natural do indivíduo (RGV, AA 06: 35).

Uma questão que se nota quando se examina a colocação kantiana acima é a importância das máximas no que diz respeito a essa ideia de propensão para o mal. Além de trazer uma explicação breve a respeito em seu texto sobre religião, Kant, na *Fundamentação da metafísica dos costumes*, na *Crítica da razão prática* e em alguns outros textos, como na *Antropologia de um ponto de vista pragmático* e mesmo na *Metafísica dos Costumes*, aborda o conceito de máxima. Para o filósofo, em linhas gerais, a máxima é o princípio subjetivo do querer. E pode ser considerada, como explica Kant, do ponto de vista de sua *forma*, de sua *matéria* e de sua *determinação completa* (RGV, AA 06: 33).

É importante ter em mente que, para o pensador, em seu agir o homem efetiva o seu princípio subjetivo do querer: ele adota uma máxima, que pode ser boa ou ruim; universal ou meramente contingente; desinteressada ou não. Percebe-se, nessa perspectiva, que é facultada ao homem a liberdade para agir da forma como o desejar e, por isso mesmo, é imputada a ele a plena responsabilidade pelo acolhimento de suas máximas, sejam elas perfeitamente de acordo com a lei moral, sejam elas dotadas de princípios ruins.

Apresentando uma argumentação sobre as máximas, dessa vez no âmbito da educação, na obra *Sobre a pedagogia*, Kant sustenta que:

As máximas têm de nascer da própria pessoa. Na cultura moral, deve-se procurar ensinar à criança, desde cedo, os conceitos do que é bom e mau. Se se quer fundar a moralidade, não se pode castigar. A moralidade é algo tão sagrado e sublime que não se pode aviltá-la colocando-a no mesmo patamar da disciplina. O primeiro esforço, na educação moral, é fundar um carácter. O carácter consiste na prontidão a agir segundo máximas. De início, são máximas escolares, em seguida, máximas da humanidade. (*Päd*, AA 09: A99f).

Essa ideia de que as máximas nasçam da própria pessoa tem um ponto de contato com o esforço autônomo pensado na *Aufklärung*. Nesse ponto da argumentação kantiana, a moralidade é vista como algo ligado ao carácter do ser humano, por isso é tão essencial sua fundação. Como diz o filósofo, “o mais importante é alicerçar o carácter” (*Päd*, AA 09: A107), pois é por meio de sua fundação que o homem será capaz, segundo Kant, de agir segundo as máximas da humanidade. Nesse sentido, vê-se que, na perspectiva kantiana, é preciso desenvolver mais as disposições naturais presentes no indivíduo. Como sustenta o filósofo, “é necessário somente desenvolver cada vez mais os germes

que residem no homem. Pois os fundamentos do mal não se encontram nas disposições naturais do homem. A causa do mal é somente não se submeter a natureza a regras” (*Päd*, AA 09: A19).

Se analisarmos mais profundamente essa situação e pensarmos no Esclarecimento, vemos que há a possibilidade de vincular esse desenvolvimento com a educação. Nesse sentido, seria fundamental ao sujeito ter acesso a uma formação que o permitisse desenvolver sua autonomia de fato. Assim, por mais que se fale em algo autônomo ou individual no âmbito da *Aufklärung*, é preciso questionar se o exercício dessa autonomia pode ser ensinado.

Na *Pedagogia*, Kant afirma que “o gênero humano deve desenvolver todas as disposições naturais da humanidade, gradualmente a partir de si, através do seu próprio esforço” (*Päd*, AA 09: A2). Mais uma vez, vê-se aqui essa ideia de que é necessário um esforço individual do sujeito no sentido de desenvolver-se. Quando o sujeito não empreende suas forças nesse sentido, poderíamos até aventar a ideia de culpa. Contudo, é importante notar que o homem parece precisar de um elemento para despertá-lo e, nessa perspectiva, a educação surge como um instrumento que ajuda a colocar em prática esse desenvolvimento da autonomia.

Com efeito, o fato de haver, no âmbito da discussão kantiana sobre a *Aufklärung*, uma exortação no sentido de chamar atenção do sujeito e mostrar que ele precisa livrar-se das motivações e razões extrínsecas à sua natureza e se voltar para a sua própria razão é muito positivo, entretanto é preciso questionar as implicações dessa exortação. Afinal, a essa pessoa vista como culpada foi dada a chance de usar de fato sua razão? Alguém a “educou” no sentido daquilo que Kant chama de “educação moral”, ou, “educação para a formação do caráter e da instrução”? Se não houve um ensinamento dessa natureza, como o indivíduo pode ser culpado por algo que ele desconhece? Como ele pode ser responsável por algo num cenário em que ele ignora caminhos diferentes daquele que ele está trilhando?

Como diz o próprio Kant em suas reflexões sobre a pedagogia, “o homem necessita de cuidados e formação”, e essa formação “compreende sob si disciplina e instrução”. (*Päd*, AA 09: A5). A questão é que, fazendo uma crítica à forma como apresenta algumas de suas ideias no opúsculo de 1784, talvez, antes de ter falado em culpa no âmbito do Esclarecimento, Kant deveria ter começado com a ideia de que o ser humano precisa ser instruído, de que o homem precisa ser educado, para que realmente consiga usar o seu entendimento e ser autônomo.

Certamente, o ato de depender de razões alheias à sua própria é negativo, por isso o indivíduo precisa, sim, tornar-se consciente de seu entendimento e usar as suas potencialidades enquanto ser humano. Mas é essencial que, antes de ser cobrado nesse âmbito, ele tenha as condições de realmente exercer as suas disposições, por isso a ideia de formação e sua devida problematização é central.

Possivelmente, como afirma Kant em vários momentos, usar o seu próprio entendimento não vai além das capacidades cognitivas dos seres humanos; na verdade, diz respeito, tão somente, ao que é natural para todos os homens; e está até mesmo ligado ao senso comum, ao ato de se comunicar com as outras pessoas. O problema é que, embora seja o mínimo que um ser humano pode fazer, o uso das capacidades cognitivas não é realizado. E diante dessa aporia, seria preciso pensar no porquê de isso não acontecer e pensar em caminhos que possam reverter essa situação.

### 2.2.2 *SAPERE AUDE*: UM CHAMAMENTO POLÍTICO?

Quando Kant, ainda no primeiro momento de seu ensaio sobre a *Aufklärung*, apresenta o mote “ouse conhecer”, isto é, o *Sapere aude*, e chama atenção para o fato de que é preciso coragem para usar o seu próprio entendimento, ele afirma, na sequência de sua argumentação, que aquele seria o lema do Esclarecimento. Há, nesse ponto do opúsculo, uma abertura para pensar a *Aufklärung* como Ilustração, sobretudo porque Kant fala do *sapere aude* como o “*Wahlspruch der Aufklärung*”, isto é, como o lema, a bandeira do Iluminismo. Contudo, ao mesmo tempo em que essa historicidade parece ser aventada com mais força, é factível a leitura desse mesmo mote para a consecução do processo de Esclarecimento, que surge com uma carga altamente epistemológica, mas sobretudo política.

Mais do que o ato de sair de uma autoinfligida menoridade, parece que estamos diante de um movimento essencialmente político por parte do sujeito, que deveria ousar sair de uma dada situação socialmente imposta e buscar ser, de fato, o próprio formulador de suas ideias; ou seja, o indivíduo deveria procurar ser a própria origem do seu pensar.

Segundo Kant, há dois elementos que estão na raiz da tão “famigerada” *Unmündigkeit* dos homens: a preguiça e a covardia. Esses elementos se manifestariam por meio do comprazimento, da aceitação de uma situação de conformismo diante do que

está posto (WA, AA 08: 481). Assim, o processo de Esclarecimento parece surgir como uma espécie de chamamento político, epistemológico e ético, uma vez que se trata de uma ação que vai necessitar da liberdade e da autonomia do indivíduo. Há uma injunção que está radicada na necessidade de chamar a atenção dos sujeitos, no sentido de que eles tenham a coragem e a ousadia de usar o seu próprio conhecimento e entendimento, o que deveria, em tese, ser um dos movimentos mais naturais do ser humano. Pode se dizer que há uma evocação no sentido de que o sujeito se dispa da cegueira, da preguiça, da estupidez, da indolência e da alienação e se emancipe epistemológica e politicamente. E por se tratar de um processo radicado na autonomia, ainda que uma autonomia ambígua, por estar ligada tanto a uma ideia fundamentada na ética kantiana, quanto por ter relações com uma autonomia comum vista como autodeterminação sensível, parece crucial que o indivíduo procure se emancipar eticamente também.

Como já sinalizamos, quando Kant fala em sair da menoridade, o filósofo parece estabelecer um diálogo essencial com a saída de uma espécie de estado no qual se é tutelado. Há, se assim podemos pensar, uma espécie de metáfora jurídica de saída do estado de natureza, de saída de um estado “menor” para uma condição na qual o homem se torna emancipado. Kant, com efeito, chama atenção para o fato de que os homens já estão libertos há muito pela natureza de toda tutela alheia (*naturaliter maiores*), contudo há um comprazimento em permanecer menor. Como salienta o filósofo, é por isso que é “tão fácil que os outros se constituam em tutores deles” (WA, AA 08: 482). Em uma passagem irônica, ele afirma:

É tão cômodo ser menor. Se tenho um livro que faz as vezes do meu entendimento, um diretor espiritual que por mim tem consciência, um médico que por mim decide a respeito da minha dieta, etc., então não preciso de esforçar-me eu mesmo. Não tenho necessidade de pensar, quando posso simplesmente pagar; outros se encarregarão em meu lugar dos negócios desagradáveis. (WA, AA 08: 482).

Immanuel Kant, nessa altura do opúsculo, ressalta que ser menor está relacionado à falta de esforço, à presença da preguiça, à falta de vontade de ser realmente senhor de suas próprias ações. Por essa razão, ele diz que é mais fácil deixar que um livro simplesmente seja responsável pelo entendimento do sujeito ou que outras pessoas decidam a respeito de questões cruciais da sua vida.

Como ressalta o professor Lima Filho, pode-se pensar que, para falar desse sujeito “menor”, Kant parte de uma pressuposição antropológica que é recorrente em muitos de seus textos: “a de que o homem é naturalmente preguiçoso e covarde” (LIMA FILHO,

2019, p. 63). Corroborando essa ideia, vemos que realmente o filósofo sustenta em muitos momentos, inclusive no opúsculo de 1784, que “a preguiça e a covardia são as causas pelas quais uma tão grande parte dos homens [...] continuem no entanto de bom grado menores durante toda a vida. São também as causas que explicam por que é tão fácil que os outros se constituam em tutores deles” (WA, AA 08: 481).

Na verdade, mais do que estar presente em outros de seus escritos, como na *Antropologia de um ponto de vista pragmático*, ao chamar atenção para essa questão do “homem como alguém *normalmente* preguiçoso”, Kant parece apontar para uma visão antropológica que faz parte das primeiras concepções oriundas da Antropologia, ciência com foco no estudo do homem desenvolvida a partir, sobretudo, do século XVIII. Contudo, nota-se que a visão kantiana sobre esse homem preguiçoso e avesso à autonomia, de certo modo, parece não estar ligada a uma concepção a respeito dos homens de modo geral, mas se aproxima muito de um tipo de olhar a respeito dos homens “em estado de natureza”, por assim dizer. E isso aprofunda ainda mais a correlação do estado de menoridade com a ideia de uma espécie de estado de natureza, na qual o indivíduo, ainda “selvagem”, não procurou se autotutelar.

O antropólogo François Laplantine, ao falar da imagem do “bom” e do “mau selvagem”, que fazia parte das concepções antropológicas europeias presentes no século XVII e XVIII, chama atenção para o fato de que “a imagem que o ocidental fez da alteridade (e correlativamente de si mesmo) não parou [...] de oscilar entre os polos de um verdadeiro movimento pendular.” (LAPLANTINE, 2003, p. 36). Nesse sentido, a visão a respeito do indivíduo tido como “selvagem” oscilava entre dois espectros e era vista e definida, não raro, em termos antagônicos. Assim, dentre as muitas características antagônicas elencadas pelo antropólogo para definir os selvagens, uma é muito importante para que pensemos também a respeito do esclarecimento kantiano: ou o selvagem “era trabalhador e corajoso, ou [era] essencialmente preguiçoso” (LAPLANTINE, 2003, p. 37).

Com efeito, Kant, ao se referir à saída da menoridade, parece correlacionar essa emancipação via Esclarecimento ao estado de natureza. Desse modo, nota-se que, por meio de uma espécie de autogoverno, o homem poderia sair de um estado no qual ele é tido como “menor” rumo a uma condição na qual se tornaria autônomo de fato. Assim, esse homem “menor”, pensando na metáfora que parece ter sido utilizada por Kant, pode ser concebido como esse indivíduo selvagem, que, sob o viés negativo, era visto, pejorativamente, como “essencialmente preguiçoso”, como destaca Laplantine; um

sujeito que, além de indolente, é destituído de coragem e ousadia, dentre outras questões, pensando no que Kant nos diz a respeito do homem que ainda não se esclareceu.

O fato é que, diante da preguiça e da covardia como móveis que justificam a permanência no estado de “menoridade”, vemos que existe por parte de Kant uma visão antropológica negativa dos homens que ainda não se esclareceram. Nesse sentido, o homem não esclarecido pode ser visto como um indivíduo que ainda não usa sua capacidade racional, não é livre, não é ousado em termos cognitivos e não tem coragem de se autotutelar e de ser senhor de si mesmo; um homem indolente, que, além de não ter procurado sair do estado de natureza da menoridade, não tem coragem de empreender os passos necessários em busca do seu conhecimento.

Como se observa, Kant não aprofunda muito essa questão antropológica, provavelmente porque esse ponto não criava um problema naquela época, uma vez que fazia parte de um espectro da concepção antropológica dicotômica do indivíduo selvagem presente no Iluminismo. Contudo, é importante ressaltar que essa mobilização argumentativa em prol da necessidade de ser esforçado e corajoso para se emancipar ou mesmo “para vencer na vida”, que muitos fazem uso nos dias de hoje, no contexto histórico atual pode ser vista como algo bastante problemático.

De fato, culpar as pessoas dizendo que a preguiça ou mesmo a covardia são os elementos responsáveis para que elas permaneçam menores é muito controverso em nossos dias. Embora na época de Kant não tenha sido problemático, até porque se levava em consideração uma outra visão antropológica, hoje é preciso que, ao ter em mente o tema do Esclarecimento<sup>33</sup>, pensemos com mais clareza no que, realmente, faz com que determinado indivíduo consiga ou não se esclarecer. Poderiam ser a preguiça e a covardia os elementos cerceadores de uma dada emancipação?

Pensando nessa questão a partir do contexto histórico iluminista, como ressaltam vários historiadores (ISRAEL, 2009; HOBSBAWM, 2010; GOLDMANN, 1968; PINKARD; 2002), embora a ideologia do Iluminismo estivesse presente nos anos de 1700, a grande maioria das pessoas em território alemão não conseguia sair do estado em que elas se encontravam. E isso, certamente, não era um mero fruto da preguiça ou da

---

<sup>33</sup> Essa observação é importante, porque faz parte do escopo dessa dissertação pensar na *Aufklärung* de uma forma crítica, partindo de uma observação acerca do que o Esclarecimento ainda tem a nos dizer. E, de fato, essa explicação que traz a preguiça e a covardia como móveis para a ausência de emancipação não convence no século XXI, embora muitos façam uso desse tipo discurso.

covardia desse público. Essa crítica, nesse sentido, engloba a mesma questão de se dizer que determinado sujeito se mantém “menor” por sua própria culpa. Kant, realmente, não aprofundou a sua argumentação nesse ponto, mas é importante que vejamos uma observação do filósofo sobre essa questão presente em outra obra.

Na obra *Lectures on ethics*, que traz anotações feitas por discentes em aulas ministradas por Kant na área de ética, há passagens importantes que permitem entender melhor essa ideia a respeito da culpa e dos graus de responsabilidade dos indivíduos. Assim, em uma passagem do livro em questão, é possível divisar a seguinte afirmação: “ao imputar responsabilidade, nós devemos considerar impedimentos e condições” (*V-Mo/Collins*, 27: 291).<sup>34</sup> E essa ideia, como se vê, ajuda a pensar um pouco acerca desse uso de pressuposições antropológicas para discorrer a respeito das motivações que fazem com as pessoas permaneçam menores.

Embora Kant não tenha deixado claro no opúsculo de 1784 que é preciso observar os impedimentos, cerceamentos e condições a que de fato um indivíduo está submetido, é preciso que os leitores atuais desse texto praticamente atemporal tenham isso em mente. Afinal, hodiernamente, embora muitas pessoas com discursos ditos “liberais” discordem disso, é perceptível que não basta uma pessoa deixar de ser “preguiçosa” para que sua situação, independentemente de qual ela seja, mude. O fato é que, em muitos casos, ser mais “ousado” simplesmente não é possível. Dependendo do modo como a pessoa vive, tanto na época de Kant quanto na contemporaneidade, não há possibilidade de ela simplesmente mobilizar a ousadia e a vontade para que tenha a chance de se esclarecer. Não raro, há outros fatores envolvidos nessa questão, e eles não podem ser ignorados. Além disso, mesmo que um ou outro alguém consiga se esclarecer diante de uma situação mais adversa, isso não significa de modo algum que todos irão conseguir o mesmo resultado. A exceção certamente não configura uma regra.

Voltando-nos ao texto kantiano, é preciso observar que não é pelo fato de ter a preguiça ou a falta de ousadia como motivos elencados como cerceadores do Esclarecimento que o chamamento kantiano deve ser ignorado. Como um texto que dialoga frontalmente com o nosso momento histórico, sem necessariamente incorrer em anacronismo histórico, é preciso que, ao trazer a reflexão de Kant para os nossos dias, analisemos com mais acuidade os juízos que foram tomados como princípios

---

<sup>34</sup> No original: In imputing responsibility we must consider impediments and conditions. (*V-Mo/Collins*, 27: 291).

antropológicos para dizer por que não há Esclarecimento e levar em consideração criticamente o que esse projeto traz – e ele tem muito a dizer, sobretudo nos dias atuais, em que o cenário político-social preza por um silenciamento do entendimento e do conhecimento, em prol dos preconceitos e das superstições destituídas de criticidade.

Nessa perspectiva, a proposição kantiana, lastreada no ensejo de que é necessário usar o conhecimento, pensar por si mesmo e ousar fazer uso do próprio entendimento, é fundamental, não só no âmbito da individualidade, mas para a vida em sociedade em geral, uma vez que a falta de Esclarecimento pode gerar inúmeros problemas em âmbitos diversos, especialmente no político-social. Para se ter uma noção disso, basta pensar no que Kant diz na *Antropologia de um ponto de vista pragmático*:

[...] tornar incapaz a si mesmo, por degradante que isso possa parecer, é no entanto muito cômodo, e naturalmente não faltarão dirigentes que se utilizarão dessa docilidade da multidão (porque ela dificilmente se une por si mesma) e saberão apresentar como muito grande, como mortal o perigo de se servir do próprio entendimento sem a guia de um outro. (*Anth*, AA 07: 209).

Como se vê, Kant, nessa passagem, chama atenção para o fato de que há figuras no âmbito do poder que aproveitam da docilidade da multidão para subjugar-las. Afinal, é muito mais fácil para esses gestores apresentarem a saída da menoridade ou o Esclarecimento como algo perigoso e negativo. E obviamente é muito mais fácil domar ou domesticar uma multidão que age passivamente e que não usa o seu entendimento como deveria usar. Realmente, é cômodo para esses dirigentes manipularem pessoas que aceitam o que lhes é apresentado sem questionar; é cômodo ser um guia sem ninguém te interpelar.

Como sugere o filósofo, é fundamental repensar as delegações que fazemos no âmbito do nosso pensar e do nosso entendimento. Afinal, até que ponto estamos conseguindo pensar por nós mesmos? Será que estamos sendo críticos e autônomos no que diz respeito ao nosso entendimento? Certamente, se pensarmos e aplicarmos certas ideias sobre o Esclarecimento kantiano tendo em vista a contemporaneidade, vemos que há alguns elementos problemáticos na motivação escolhida por Kant para que alguém permaneça na menoridade. Mas é fundamental que sejamos críticos quanto às delegações que estabelecemos no âmbito do nosso entendimento e do nosso pensamento. Remetendo-nos a essa questão, vemos que o filósofo critica as delegações que muitos fazem sem perceber a importância que existe em gerir sua própria vida. Nessa perspectiva, essa

ausência de autonomia explicitada nesse tipo de comportamento precisa ser questionada com mais profundidade.

Voltando a essa ideia do medo no âmbito do Esclarecimento, Kant, em seu opúsculo de 1784, chama atenção para o fato de que “a imensa maioria da humanidade (inclusive todo o belo sexo)<sup>35</sup> considera a passagem à maioridade difícil e além do mais perigosa, porque aqueles tutores de bom grado tomaram a seu cargo a supervisão dela” (WA, AA 08: 481). Percebe-se, com efeito, que, além de ter um público que se satisfaz nessa situação de menoridade, Kant também mostra que, nesse espectro da situação, atuam tutores que “de bom grado” resolveram trazer para si essa responsabilidade. O problema é a forma como isso é feito. Fazendo uma analogia da vida rural, Kant diz que:

Depois de terem primeiramente embrutecido seu gado doméstico e preservado cuidadosamente estas tranquilas criaturas a fim de não ousarem dar um passo fora do carrinho para aprender a andar, no qual as encerraram, mostram-lhes em seguida o perigo que as ameaça se tentarem andar sozinhas. (WA, AA 08: 482).

Fica explícita nessa passagem uma crítica bastante pungente não só às pessoas que se deixam conduzir, mas também a esses tutores, os quais “bondosamente” tomam para si a responsabilidade de conduzir pessoas. Como se pode ver, esses preceptores surgem como pessoas que domesticam outros humanos, para que eles não “ousem” dar um passo fora daquilo que lhes é estabelecido. Ao salientar a existência do perigo que existe nesse passo “fora da cerca”, esses domesticadores de humanos acabam por manter suas situações absolutamente confortáveis, uma vez que ninguém ousa perturbar aquilo que foi instituído.

---

<sup>35</sup> Em uma passagem da *Antropologia sob o ponto de vista pragmático*, Kant faz uma constatação interessante acerca do que ocorria em sua época com as mulheres em relação à saída da menoridade jurídica. Diz ele que “A mulher é declarada incapaz em qualquer idade; o marido é seu curador natural. Contudo, quando vive com ele em regime de separação de bens, um outro é esse curador. – Pois ainda que, no tocante à fala, a mulher tenha pela natureza de seu sexo saliva suficiente para defender a si mesma [...] e, portanto, possa ser declarada literalmente *mais que capaz de falar por si própria*, ainda assim as mulheres não defendem pessoalmente os seus direitos, nem exercem por si mesmas seus deveres cívico-estatais, mas somente mediante um responsável [...]” (*Anth*, AA 07: 209). Cumpre observar que, embora Kant chame atenção para o fato de que “inclusive o belo sexo” considere a passagem para o Esclarecimento difícil, é importante que se observe que à época as mulheres, até como explicita Kant, não eram nem emancipadas juridicamente. O interessante é que, ainda assim, o filósofo as coloca no seu “chamamento político”. Elas não estão afastadas desse discurso, muito pelo contrário, até porque “são mais que capazes de falar por si mesmas”. Kant, nesse ponto, embora em alguns momentos apareça com algumas ideias questionáveis acerca das mulheres, apontava para uma visão mais emancipatória do sexo feminino em seu tempo, o que é bastante significativo, pois se tratava de um período da história em que a mulher era ainda bastante subjugada e desmerecida.

Em uma passagem da *Antropologia de um ponto de vista pragmático*, Kant fala que “receio, angústia, terror e pavor são graus do medo, isto é, da aversão ao perigo” (*Anth*, AA 07: 256). Mais à frente, ele diz que “o controle da mente que encara esse perigo com reflexão é a coragem” (*Anth*, AA 07: 256). A falta desta última é, segundo o filósofo, covardia. Esses elementos, na verdade, foram assim evocados porque, no opúsculo sobre a *Aufklärung*, Kant deixa muito claro o quanto eles são importantes no âmbito do Esclarecimento.

Ora, como postula Kant no opúsculo de 1784, para se esclarecer, é necessário ousar conhecer e ter “coragem” de usar o seu próprio entendimento. E essa ideia de coragem virtuosa, que se mostra aliada à reflexão ou mesmo ao controle mental diante das situações<sup>36</sup> e que está assentada em princípios é bem interessante nesse escopo. Na verdade, isso sugere e corrobora ainda mais fortemente que o passo rumo ao Esclarecimento não é, de forma alguma, irreflexivo. No sentido de se esclarecer, até mesmo a ideia de coragem presente na formulação kantiana aponta para um movimento do pensamento. Assim, o sujeito parte de um *locus* no qual a reflexão e o pensamento certamente estão presentes. Além disso, essa ideia de não ser covarde diante dos perigos ou das dificuldades é fundamental para que seja abandonada a condição de menoridade, segundo Kant.

Mais do que ressaltar o medo inculcado por muitos, o filósofo salienta que o perigo no processo de se esclarecer preconizado por esses “tutores” questionáveis não é tão grande assim: e isso se dá porque, mesmo que haja alguns tombos nessa fase de aprendizado no que tange a agir de modo independente, depois de alguns tropeços, as pessoas acabariam aprendendo a andar por si mesmas.

Na verdade, observa-se que o filósofo está atento ao fato de que o exemplo dado por esses tutores é capaz, sim, de intimidar e que pode dissuadir as tentativas de muitos; afinal, “basta um exemplo deste tipo para tornar tímido o indivíduo e atemorizá-lo em geral para não fazer outras tentativas no futuro” (*WA*, AA 08: 482).

Com efeito, Kant mostra que não é fácil para os homens, individualmente, livrar-se da menoridade, sobretudo quando esta “se tornou quase uma natureza”, quando ela se tornou até mesmo um objeto de apego (*WA*, AA 08: 483). O filósofo, nesse sentido, parece sugerir que, diante de algo que se tornou tão cotidiano e natural, não é fácil estabelecer

---

<sup>36</sup> Conforme Kant, em *Antropologia de um ponto de vista pragmático* (*Anth*, AA 07: 204).

uma mudança ou uma revolução em si mesmo. Por isso o uso do verbo “ousar” ou mesmo a utilização da conclamação injuntiva é tão significativa no contexto dessa exposição sobre a *Aufklärung*. Afinal, nesse âmbito, você precisa “ousar” ir além das dificuldades que estão colocadas no caminho. Assim, não basta simplesmente expressar teoricamente a respeito do que ocorreu ou do que deveria ocorrer. É preciso chamar atenção do interlocutor de um modo mais enfático, pois essa quase natureza para ser extirpada precisa de uma ação mais efetiva e certamente mais reflexiva do indivíduo, pensando aqui no tom da definição da coragem kantiana. Além disso, é importante destacar, nesse contexto, que Kant faz sua conclamação em um espaço textual singular: as páginas de um jornal – um ambiente, por assim dizer, muito mais propício e aberto para essa injunção e para essa conclamação política, diferentemente do que poderia ocorrer numa obra dita “teórica”.

Nesse sentido, pode-se pensar que um indivíduo que nunca usou seu próprio entendimento, muitas vezes, nunca o fez porque não foi dada a ele a permissão de assim agir. Jamais o fez porque muito provavelmente nem tinha consciência de que era possível ser livre epistemologicamente para se colocar diante do que está posto no mundo dos fenômenos. E se o medo cerceava esse sujeito, é preciso, então, que ele ouse. A questão aqui é atrever-se ir além do *status quo*. É arriscar usar, sim, seu entendimento, mesmo que muitos digam que se esclarecer é perigoso. Por essa razão a ideia de ousar, arriscar-se e sair do âmbito da mera passividade de impressões no sentido de ser crítico e autônomo é tão essencial nesse contexto.

### 2.2.3 LIBERDADE PÚBLICA, OBEDIÊNCIA E GOVERNO

Ao longo de sua resposta sobre a *Aufklärung*, Kant afirma que o uso de preceitos e fórmulas, instrumentos mecânicos destinados ao uso da razão é um importante entrave para que a pessoa saia da menoridade (WA, AA 08: 483). E essa passagem textual está ligada de forma bastante clara à ideia de um indivíduo que, ao não pensar por si mesmo, age segundo preceitos, fórmulas e modelos pré-estabelecidos e, inclusive, não questiona superstições já arraigadas na sociedade. A questão estabelecida diz respeito à liberdade de pensar, à liberdade de se livrar dos “grilhões que perpetuam a menoridade”; grilhões esses que prendem muitas pessoas e dos quais poucos foram, segundo Kant, capazes de se desvencilhar sozinhos.

Como se vê por parte do filósofo, existe a percepção a respeito da dificuldade que é propor uma saída da menoridade de forma totalmente autônoma, mas se percebe que, a fim de essa situação de cerceamento da autonomia intelectual não estar presente, é fundamental que o homem vá além dessas dificuldades e faça ele mesmo a sua saída dessa condição. Com efeito, para Kant, existe a possibilidade de que um público esclareça a si mesmo <*sich selbst aufkläre*> (WA, AA 08: 483), e isso só acontece se for dada liberdade a esse público. Desse modo, existindo a liberdade, segundo o filósofo, a *Aufklärung* é quase inevitável. Assim, a liberdade surge como elemento que viabiliza o sujeito ser esclarecido, uma *conditio sine qua non*.

Antes de adentrar nas especificidades da liberdade requerida para o Esclarecimento, Kant destaca que algumas pessoas que já são capazes de pensar por si mesmas. Nas palavras do filósofo, existem “sempre alguns indivíduos capazes de pensamento próprio, até entre os tutores estabelecidos da grande massa” (WA, AA 08: 483). Embora não dê para saber claramente a respeito de quem Kant está falando, é possível supor que o filósofo está se referindo a Frederico, o Grande, “o grande tutor esclarecido da massa prussiana”, por assim dizer. Na verdade, como se observa ao longo do opúsculo, Kant, em vários momentos, deixa claro que Frederico era, de fato, um governante esclarecido. E essa visão sobre o monarca aponta para algo que vai muito além do mero elogio por parte do filósofo, e isso se dá porque é aberto um espaço para se pensar a relação entre os governantes, o Esclarecimento e sua difusão. E toda essa relação, em um *crescendo*, fica cada vez mais forte ao longo das páginas finais do ensaio kantiano.

Fazendo uso de um advérbio de inclusão <*sogar*>, Kant destaca que “até” entre os tutores estabelecidos da grande massa há sujeitos capazes de pensar por si mesmo. Assim, com um certo tom de crítica, percebe-se que, ainda que seja raro, entre os governantes até acontece de existir uma ou outra pessoa esclarecida. Dando continuidade a essa questão, Kant ressalta que essas pessoas em especial podem, depois de terem conseguido se esclarecer, fomentar “o espírito de uma avaliação racional do próprio valor e da vocação de cada homem em pensar por si mesmo” (WA, AA 08: 483). A questão que subjaz, nesse momento, é como isso pode se dar. Como esses sujeitos podem promover essa vocação em relação ao pensamento por si mesmo? E essa pergunta que emerge na observação desse cenário e que nessa altura do opúsculo fica sem resposta, a partir do estreitamento da relação entre governo e Esclarecimento, vai poder ser depois melhor compreendida.

Um fato importante nesse âmbito é que Kant deixa claro que não acredita que o processo de Esclarecimento dar-se-á de uma hora para outra. Para o filósofo, a *Aufklärung* é um processo lento e nada imediato. Certamente, já tendo em vista as grandes revoluções que se avizinhavam na Europa, Kant ressalta que nem mesmo uma revolução poderia fomentar esse processo. Nas palavras do filósofo, a revolução poderia “talvez realizar a queda do despotismo pessoal ou da opressão ávida de lucros ou de domínios, porém nunca produzirá a verdadeira reforma do modo de pensar” (WA, AA 08: 484). Nesse ponto da argumentação kantiana, depreende-se, claramente, que a *Aufklärung* proposta pelo filósofo passa por uma mudança, por uma verdadeira reforma do modo de pensar, algo que não ocorre de uma hora para outra.

Ao adentrar propriamente na concepção de liberdade, que é fundamental para a sua visão de Esclarecimento, Kant destaca que a mais inofensiva delas está ligada à *Aufklärung*: o uso público da razão em todos os domínios. O filósofo deixa antever que há outros tipos de liberdade presentes nesse contexto pela forma como coloca a questão, mas limita-se a dizer que, no que tange ao Esclarecimento, está presente uma que não diz respeito a um uso segmentado ou privado, mas sim a um uso universalizado e público da razão. E essa informação aponta, de certo modo, para o uso da razão e de seus princípios no âmbito público. Passa-se, desse modo, da esfera individual para a coletiva; universaliza-se a ação da razão, junto à ideia de liberdade, antes segmentada ao âmbito privado.

Kant observa, ao longo do seu texto, que existe um clamor que surge de “todas as partes” para que as pessoas não raciocinem; há, segundo ele, uma súplica para que as pessoas, em vez de pensarem por si mesmas, só creiam naquilo que lhes é dito (WA, AA 08: 484). E o filósofo faz uma crítica ao dizer que em toda parte só se vê limitação da liberdade. Após fazer essa denúncia, Kant mostra que a limitação que constitui um verdadeiro obstáculo ao Esclarecimento é o cerceamento do uso público da razão. Esse uso, assevera o pensador, “deve ser sempre livre e só ele pode realizar o Esclarecimento entre os homens” (WA, AA 08: 484). Nesse mesmo ponto da resposta kantiana, fala-se também da possibilidade do uso privado da razão, mas é dito que esse uso é limitado, ainda que não seja um entrave particular ao Esclarecimento.

Uma questão interessante nessa parte do opúsculo kantiano diz respeito à conceituação do que é, de fato, esse uso público da razão que está ligado à liberdade. Kant, com efeito, diz que essa utilização da razão se refere ao uso da liberdade por parte de “qualquer homem [que], enquanto sábio, faz dela diante do mundo letrado” (WA, AA

08: 485). A definição kantiana não é muito clara, muito menos técnica, mas percebe-se, pela forma como o filósofo se expressa, que a liberdade pública está relacionada com o fato de que qualquer pessoa, com um determinado conhecimento, pode usar sua razão diante do público letrado. Embora seja óbvio que fazer esse uso não é muito fácil, devido aos entraves naturais para tal, existe na concepção kantiana uma abertura no sentido de que qualquer pessoa pode fazer esse uso público da razão. A questão é ter conhecimento, usá-lo e ser, de fato, um *Gelehrter*, isto é, uma pessoa instruída.

Como se depreende do texto kantiano, o uso privado da liberdade é aquele realizado no âmbito de um posto civil ou de uma função a que determinada pessoa é encarregada. O uso público, por sua vez, “é aquele em que um indivíduo expressa suas ideias como cidadão do mundo e usa livremente a sua razão, sem estar limitado aos princípios e ensinamentos de qualquer instituição” (BUENO, 2015, p. 169). Assim, ao falar dessa liberdade pública, Kant evidencia a necessidade de as pessoas buscarem seus conhecimentos e, de fato, manifestarem-se autônoma e livremente, sem quaisquer limitações.

Kant, logo em seguida em seu opúsculo, salienta que muitas tarefas de interesse da sociedade necessitam de uma certa passividade da comunidade, para que haja o funcionamento do mecanismo social. Esse posicionamento está presente em outros escritos, nos quais o filósofo chama atenção para a obediência diante de determinadas instâncias legais e políticas. E esse destaque a essa questão também surge na resposta kantiana. Nessa perspectiva, nas palavras do filósofo,

Ora, para muitas profissões que se exercem no interesse da comunidade, é necessário um certo mecanismo, em virtude do qual alguns membros da comunidade devem comportar-se de modo exclusivamente passivo para serem conduzidos pelo governo, mediante uma unanimidade artificial, para finalidades públicas, ou pelo menos devem ser contidos para não destruir essa finalidade. Em casos tais, não é sem dúvida permitido raciocinar, mas deve-se obedecer. (WA, AA 08: 485).

De fato, Kant explicita que, enquanto estiver submetido a um determinado sistema, seja ele o Estado ou não, o sujeito pode “raciocinar sem que por isso sofram os negócios a que ele está sujeito em parte como membro passivo” (WA, AA 08: 485). Contudo, em determinados âmbitos, o sujeito, para Kant, só deve obedecer. E ele elenca algumas situações em que a postura do indivíduo deve ser indolente. No entanto, para o filósofo, fora dos limites dessa submissão, o indivíduo tem praticamente o dever de fazer o seu julgamento público. Assim, nas palavras de Kant:

O cidadão não pode se recusar a efetuar o pagamento dos impostos que sobre ele recaem; até mesmo a desaprovação impertinente dessas obrigações, se devem ser pagas por ele, pode ser castigada como um escândalo (que poderia causar uma desobediência geral). Exatamente, apesar disso, não age contrariamente ao dever de um cidadão se, como homem instruído, expõe publicamente suas ideias contra a inconveniência ou a injustiça dessas imposições. (WA, AA 08: 486).

Kant usa outro exemplo para ilustrar essa questão da obediência e das obrigações ao falar do âmbito eclesiástico. Para ele,

Do mesmo modo também o sacerdote está obrigado a fazer seu sermão aos discípulos do catecismo ou à comunidade, de conformidade com o credo da Igreja a que serve, pois foi admitido com esta condição. Mas, enquanto sábio, tem completa liberdade, e até mesmo o dever, de dar conhecimento ao público de todas suas ideias, cuidadosamente examinadas e bem-intencionadas, sobre o que há de errôneo naquele credo, e expor suas propostas no sentido da melhor instituição da essência da religião e da Igreja. Não existe aqui que possa constituir um peso na consciência. Pois aquilo que ensina e, decorrência de seu cargo como funcionário da Igreja, expõe-no como algo em relação ao qual não tem o livre poder de ensinar como melhor lhe pareça, mas está obrigado a expor segundo a prescrição de um outro e em nome deste. (WA, AA 08: 487).

O filósofo, de fato, procura estabelecer com sua reflexão os limites da atuação da razão no que tange ao âmbito público e privado, algo que estaria ligado à atuação do sujeito na esfera da liberdade pública e da privada. Para ilustrar esse ponto, Kant usa como exemplo um pároco. Nessa perspectiva, na paróquia, o uso da razão, ou da liberdade, por assim dizer, está circunscrito à esfera privada. Ali, o clérigo não é necessariamente livre, enquanto padre, para dizer o que quiser.

Já como sábio, ao contrário, que por meio de suas obras fala para o verdadeiro público, isto é, o mundo, o sacerdote, no uso público de sua razão, goza de ilimitada liberdade de fazer uso de sua própria razão e de falar em seu próprio nome. Pois o fato de os tutores do povo (nas coisas espirituais) deverem ser eles próprios menores constitui um absurdo que dá em resultado a perpetuação dos absurdos. (WA, AA 08: 487f).

É interessante observar que desse posicionamento surge uma questão pontual: o uso da razão pública, para Kant, está ligado a uma liberdade predicada como ilimitada. Como se vê, existe uma vinculação desse uso da razão com a liberdade. Assim, ser livre, nessa perspectiva, é usar a razão; é pensar por si próprio. Nesse âmbito, a obediência que está presente, conforme destaca acertadamente Foucault (1994), não se submete a qualquer lei, mas, sim, à razão universal. Assim, da mesma forma que ressalta em várias

de suas obras, Kant defende aqui no opúsculo sobre o Esclarecimento que, nesse âmbito também, a razão e a liberdade andam juntas. Como pontua Francesco Pecorari, “liberdade e razão em Kant invocam-se constantemente uma a outra: a liberdade age segundo a razão e a razão se realiza pela liberdade” (PECORARI, 2010, p. 45), e isso não é afastado na esfera da discussão sobre o processo de Esclarecimento.

Ao mencionar o absurdo presente no fato de manter os tutores do povo menores, mais propriamente no âmbito eclesiástico, Kant destaca a questão da tutela superior permanente de certas áreas e apresenta uma crítica a algumas questões relacionadas a esse âmbito. Ao questionar se uma sociedade de eclesiásticos deveria ter o direito “de comprometer-se com um certo credo invariável, a fim de por este modo exercer uma incessante supertutela sobre cada um de seus membros e por meio dela sobre o povo, e até mesmo a perpetuar essa tutela”, ele mesmo responde dizendo que isso deveria ser praticamente impossível. O filósofo fala sobre essa questão tendo como pano de fundo o cenário eclesiástico, mas pela forma como ele inicia sua argumentação é possível constatar que essa reflexão é válida para outras esferas. Nesse sentido, para Kant, qualquer coisa que vise a cercear o Esclarecimento do gênero humano é viciosa e danosa, seja ela produzido na esfera da igreja, seja implantada por um poder supremo ou mesmo por medidas governamentais. Assim, nas palavras de Kant,

Tal contrato, que decidiria afastar para sempre todo ulterior Esclarecimento do gênero humano, é simplesmente nulo e sem validade, mesmo que fosse confirmado pelo poder supremo, pelos parlamentos e pelos mais solenes tratados de paz. (WA, AA 08: 488).

Como já destacamos ao longo desta pesquisa, um ponto bastante importante da concepção kantiana e que é ressaltado por Foucault (1994) em um texto no qual ele analisa a *Aufklärung* kantiana diz respeito à historicidade presente no opúsculo sobre o Esclarecimento. Afinal, percebe-se, em vários momentos, que Kant não deixa de analisar o seu tempo histórico e de se colocar nesse cenário como um observador, como um crítico e, por fim, podemos incluir, como uma pessoa esclarecida.

Com efeito, ao dissertar a respeito do tema do Esclarecimento, o filósofo reflete e também esclarece acerca do momento histórico no qual ele estava inserido e, concomitantemente, promove uma reflexão acerca do nosso estar no mundo também – mesmo hoje, mais de 200 anos depois da publicação do opúsculo. Por mais que tenha sido escrita no século XVIII e esteja circunscrita a um determinado momento no tempo, essa mensagem continua a estabelecer um amplo e significativo diálogo com a

contemporaneidade, uma vez que adquiriu um status de atemporalidade e universalidade ao longo do tempo. Desse modo, depreende-se da argumentação kantiana uma contundente crítica a um momento histórico, crítica essa que vale para o momento que estamos vivendo também, isso porque, infelizmente, o cerceamento da liberdade no que tange à ampliação dos conhecimentos e do uso do nosso entendimento é algo que muitos governos, mundo afora, até hoje estabelecem como pautas em suas práticas políticas. E tanto na época de Kant, quanto na nossa, é fundamental levar em consideração o que sustenta o filósofo, afinal,

Uma época não pode se aliar e conjurar para colocar a seguinte em um estado em que se torne impossível para esta ampliar seus conhecimentos (particularmente os mais imediatos), purificar-se dos erros e avançar mais no caminho do Esclarecimento. Isso seria um crime contra a natureza humana, cuja determinação original consiste precisamente neste avanço. (WA, AA 08: 488).

De fato, voltando ao texto kantiano, vemos que o filósofo explicita que o cerceamento do conhecimento, da liberdade e do progresso do Esclarecimento é um crime contra a natureza humana, uma vez que essa natureza tem como destinação o seu desenvolvimento, que é um direito natural, e também seu aprimoramento. E aqui o filósofo traz uma ideia significativa acerca da vocação original do ser humano, que tem no progresso o seu horizonte de expectativas.

No decorrer de seu opúsculo, Kant destaca que o povo não poderia se impor uma lei que cerceasse o progresso. Ainda que à espera de uma ordenação jurídica melhor e que por um determinado período de tempo fosse possível fazer esse tipo de concessão, essa imposição significaria prejudicar a marcha do progresso. Embora a argumentação kantiana seja um pouco confusa nesse ponto do texto, é possível entender que, para além da esfera eclesiástica citada no trecho, Kant destaca que uma época não pode deter o seu próprio progresso e muito menos criar obstáculos para as gerações futuras. Além disso, no sentido pessoal, o filósofo salienta que um homem, ao retardar o seu próprio Esclarecimento ou mesmo renunciar a ele, lesa a humanidade. Em suas palavras:

Um homem sem dúvida pode, no que respeita à sua pessoa, e mesmo assim só por algum tempo, na parte que lhe incumbe, adiar o Esclarecimento. Mas renunciar a ele, quer para si mesmo quer ainda mais para sua descendência, significa ferir e calcar aos pés os sagrados direitos da humanidade. (WA, AA 08: 489f).

Percebe-se que, quando o sujeito, independentemente de quem for, cria obstáculos para esse avanço, há o cometimento de um crime contra a própria humanidade, cuja

vocação é o desenvolvimento pleno de todas as suas capacidades. Na verdade, por ver no homem potencialidades que têm a possibilidade de se desenvolver rumo ao aperfeiçoamento da humanidade, Kant enxerga nesse retardamento e, sobretudo, na recusa ao próprio Esclarecimento um crime.

Ampliando a reflexão e colocando no discurso a esfera governamental, o filósofo destaca que o que os homens não podem fazer com relação a si próprios, um monarca não tem nenhum poder de fazer. Nas palavras de Kant, “o que, porém, não é lícito a um povo decidir com relação a si mesmo, menos ainda um monarca poderia decidir sobre ele” (WA, AA 08: 490). Na verdade, com esse posicionamento, vemos mais uma vez algumas pistas para uma problematização que mostrará, cada vez mais, a responsabilidade que os governos têm no processo de Esclarecimento. Nesse sentido, como já aponta Kant nesse trecho, se o próprio sujeito particular não é autorizado a atrasar seu Esclarecimento, uma vez que estaria agindo contra a sua natureza, imagine o que pensar dos governantes que tantas e tantas vezes retardam ou mesmo detêm o progresso e o Esclarecimento de inúmeras pessoas? E essa ponderação sobre a esfera governamental será, cada vez mais, ao longo do opúsculo kantiano, trabalhada.

Produzindo uma reflexão que traz à tona um olhar também sobre sua época, Kant questiona se naquele tempo podia se falar em uma época esclarecida. E sua resposta surge de modo claro e direto: não se vivia numa época esclarecida, mas sim em um período de Esclarecimento. Na verdade, para o filósofo, os homens ainda estavam muito longe de também poderem ser vistos como seres esclarecidos, se tomados em conjunto. Destaca-se, nesse sentido, que ainda que fale em Esclarecimento “em matéria de religião”, nesse ponto do texto, é possível certamente estender a observação kantiana para outras áreas. Assim, como diz o filósofo,

Falta ainda muito para que os homens, nas condições atuais, tomados em conjunto, estejam já numa situação, ou possam ser colocados nela, na qual em matéria religiosa sejam capazes de fazerem uso seguro e bom de seu próprio entendimento sem serem dirigidos por outrem. (WA, AA 08: 491).

É válido notar que, da forma como é discutida por Kant, a *Aufklärung* não é tida como um período da história, embora muitos vejam nela uma discussão sobre uma era, a saber, a do Iluminismo. Com efeito, o Esclarecimento é colocado aqui na perspectiva de um processo, que, naquela época, ainda não tinha conseguido atingir as pessoas, a ponto de se falar em homens esclarecidos no geral. Sob essa perspectiva, vivia-se numa época em que o Esclarecimento era um elemento presente, muito discutido, da mesma forma

que hoje também podemos divisar esse elemento entre nós – e da mesma forma que outras épocas também podem tê-lo percebido. Contudo, não haveria, como não há ainda hoje e nem outros momentos da história, a possibilidade de dizer que se vive ou se viveu em uma época plenamente esclarecida. Nesse sentido, ainda que não houvesse a possibilidade de se falar em pessoas esclarecidas no geral ou de um período esclarecido em seu tempo, Kant destacava que havia “claros indícios” de que o campo para o Esclarecimento tinha sido aberto para as pessoas moverem-se livremente e também para que os obstáculos à generalização do Esclarecimento e à saída da minoridade fossem cada vez menos numerosos (WA, AA 08: 491).

James Schmidt, falando um pouco sobre a questão histórica que as reflexões sobre a *Aufklärung* evocam e levando em consideração algumas das respostas veiculadas sobre o tema no século XVIII e mesmo no século XIX, afirma que era possível, ocasionalmente, estabelecer alguma relação dos ensaios e opúsculos com a história. Contudo, o professor sustenta que, em nenhum momento, essa problematização foi o principal foco dos textos produzidos sobre o tema da *Aufklärung*. Como afirma Schmidt<sup>37</sup>:

Houve, não surpreendentemente, referências ocasionais ao caráter da era presente, mas nunca foram o foco principal das respostas. Kant, por exemplo, considera - de passagem - se a sua pode ser “uma era esclarecida” e responde observando: “não, mas é uma era de Esclarecimento”. Seu uso do artigo indefinido é revelador: indica que, embora possa ser uma época de Esclarecimento, seus leitores poderiam, no entanto, encontrar, se olhassem para trás ao longo da história, outras eras que poderiam fazer a mesma afirmação. No entanto, quando Kant é invocado hoje no início dos relatos do Iluminismo, há uma tendência de mudar a maneira como essa passagem é entendida: Kant é lido como uma tentativa de definir as características gerais do que chamamos agora de Era do Iluminismo. (SCHMIDT, 2011, p. 6-7).

Como já salientamos neste estudo, há autores que fazem do opúsculo kantiano sobre a *Aufklärung* uma tentativa de explicação do que era o Iluminismo; esses teóricos, com efeito, veem o texto kantiano como uma espécie de metonímia das Luzes. O problema é que levar apenas em consideração o Iluminismo, prescindindo, assim, da

---

<sup>37</sup> No original, lê-se: There were, not surprisingly, occasional references to the character of the present age, but they were never the main focus of the responses. Kant, for example, does consider – in passing – whether his might be “an enlightened age,” and responds by observing, “no but it is an age of enlightenment.” His use of the indefinite article is telling: it indicates that while this might be an age of enlightenment, his readers could nevertheless find, if they look backwards through history, other ages that could make that same claim. Yet when Kant is invoked today at the start of accounts of the Enlightenment there is a tendency to shift the way this passage is understood: Kant is read as attempting to set out the general characteristics of what we now call the Age of Enlightenment. (SCHMIDT, 2011, p. 6-7).

análise do Esclarecimento enquanto processo que envolve o ser humano, enquanto revolução do sujeito, é diminuir demais o que o Kant tem a dizer e as relações intertextuais que o opúsculo estabelece com outros contextos. Como já pontuamos, o filósofo não prescinde da história; na verdade, ele estabelece uma reflexão tendo-a como pano de fundo; contudo, ela não é a única personagem dessa narrativa.

Embora diga que ao discutir o Esclarecimento tenha situado a saída da menoridade como alvo do Esclarecimento, sobretudo, no campo da religião, uma vez que, “no que se refere às artes e ciências, nossos senhores não têm nenhum interesse em exercer a tutela sobre seus súditos” (WA, AA 08: 492), Kant parece apontar em seu texto mais elementos a respeito da menoridade intelectual do que acerca da propriamente religiosa. Ainda que expresse que seu foco era mais voltado à religião, o próprio filósofo deixa claro que a menoridade relativa às ciências e às artes “é a de todas a mais prejudicial e a mais desonrosa” (WA, AA 08: 492). Talvez até por isso, por ser mais perigosa e por levar a efeitos mais negativos, a menoridade intelectual tenha ficado mais enfatizada por Kant do que a menoridade no âmbito da religião, embora o filósofo pareça não ter percebido esse fato com tanta acuidade.

É interessante notar que, assim que caminha para a conclusão de seu opúsculo, Kant fala da necessidade de o Esclarecimento se propagar e acaba por estabelecer uma relação entre a forma como o Esclarecimento pode fazer isso com o aval do poder público. Assim, depois de tecer um elogioso comentário a Frederico, o Grande, que foi rei da Prússia de 1740 até 1786, Kant ressalta que:

O modo de pensar de um chefe de Estado que favorece a primeira [o Esclarecimento] vai ainda além e compreende que, mesmo no que se refere à sua *legislação*, não há perigo em permitir a seus súditos fazer *uso público* de sua própria razão e em expor publicamente ao mundo suas ideias sobre uma melhor compreensão dela, mesmo por meio de uma corajosa crítica do estado de coisas existentes. (WA, AA 08: 493).

É importante que sejam observadas essas colocações kantianas sobre os governantes, porque para o filósofo, no campo desse Esclarecimento público, há a necessidade de que os políticos e os governantes queiram, em tese, um público que pense por si mesmo, o que muitas e muitas vezes não ocorre no plano factual.

Na verdade, como se percebe ao longo do opúsculo, há por parte de Kant a crença de que um movimento no sentido de conceder aos governados mais liberdade levaria a um determinado progresso da sociedade. O problema é que o filósofo sabe que esse

progresso, assim pensado, está alicerçado em bases muito frágeis, uma vez que é o homem, com todas as suas propensões, que sustenta esse edifício.

Na obra *O conflito das faculdades*, Kant apresenta uma pergunta a respeito do progresso. A ideia é saber “em que ordem apenas se pode esperar o progresso para o melhor?” (*SF*, AA 07: 158f). Na resposta, o filósofo deixa antever que essa mudança, ainda que seja vista como trabalhosa, deve partir de cima para baixo, isto é, dos governantes para os súditos, isso porque esperar pela formação da juventude nas escolas é difícil, e é interessante ver o porquê de isso ser tão complicado. Em suas palavras:

Esperar que, por meio da formação da juventude na instrução doméstica e, em seguida, nas escolas, desde as mais baixas às superiores, numa cultura intelectual e moral, reforçada pelo ensino religioso, se chegue por último não só a educar bons cidadãos, mas a educar para o bem o que ainda não pode progredir e conservar-se, é um plano que dificilmente permite esperar os êxitos desejados. (*SF*, AA 07: 158f).

Em *O conflito das faculdades*, que é uma das últimas obras de Kant, o filósofo destaca a importância dos governantes para que haja progresso e mostra, concomitantemente, a dificuldade de ele ocorrer. Levando a discussão para a área da educação e, ao mesmo tempo, deixando implícito que o progresso passa por essa área, Kant destaca que o povo julga que os custos da educação da juventude devem ser suportados pelo Estado, e não por eles mesmos. Entretanto, o filósofo ressalta que, em vez de investir na educação, o Estado prefere gastar com exércitos. Assim, a educação que poderia alavancar uma melhoria da sociedade é preterida diante de outras questões. Desse modo, da forma como é proposta pelos governantes, como diz Kant,

[...] o mecanismo inteiro desta educação não tem nexos algum, se não for projetado e posto em ação segundo um plano refletido do poder político soberano, de acordo com esse seu propósito, e se não se mantiver sempre também em conformidade com ele; para tal seria, decerto, necessário que o Estado, de tempos a tempos, se reformasse a si mesmo e, tentando a evolução em vez da revolução, avançasse de modo permanente para o melhor. (*SF*, AA 07: 159f).

Kant, na verdade, percebe a necessidade de um plano bem estruturado do poder político – o que parece ser muito complicado como ele deixa antever. É interessante que esse plano refletido difícil de ser colocado em prática em sua época, como o filósofo deixa claro, ainda que sejam vistos no texto elogiosos comentários ao rei da Prússia, mostra-se também bastante complicado em nosso tempo, diga-se de passagem. A revolução, presente na citação acima, que poderia ser um caminho para a mudança, surge como algo a ser afastado no âmbito do Estado. Este, na verdade, deveria reformar-se para se

melhorar. Assim, de toda a reflexão proposta, observa-se que é fundamental o investimento em educação por parte dos soberanos, para que seja engendrado o progresso.

Com efeito, essa inferência a respeito da educação como algo que se relaciona com esse avanço é bastante pertinente no âmbito do Esclarecimento, isso porque existe um vínculo profundo deste com a educação. No ensaio “O que significa orientar-se pelo pensamento”, publicado no ano de 1786, Kant deixa muito claro que é somente por meio da educação que é possível estabelecer o Esclarecimento. Nessa obra, o filósofo diz que “a educação é o modo de estabelecer o Esclarecimento em *individuos particulares*” (*WDO*, AA 08: 330n), uma vez que “esclarecer uma época é muito penoso e demorado, porquanto encontram-se muitos obstáculos exteriores que em parte proíbem esta espécie de educação e em parte dificultam-na” (*WDO*, AA 08: 330n).

Com efeito, a educação aparece no âmbito da filosofia kantiana não apenas como um caminho para o progresso (talvez o mais importante deles), mas também como um meio de propagar o Esclarecimento entre as pessoas. Nesse sentido, é essencial pensar nesse vínculo entre o Esclarecimento e a educação, porque para o filósofo, o homem necessita ser educado. Afinal, como diz Kant, é por meio dela que o homem transforma a sua animalidade em humanidade (*Päd*, AA 09: A2).

Nas reflexões presentes na obra *Pedagogia*, Kant diz expressamente que “o homem só se pode tornar homem através da educação. Nada mais é do que aquilo em que a educação o torna” (*Päd*, AA 09: A1). E a questão fundamental, nesse sentido, diz respeito ao que a educação tem feito dos homens. Ela funciona como um elemento que desperta, de fato, a autonomia? Ela garante que o sujeito aprenda a usar o seu entendimento? A educação, da forma como ela é realizada, pode ser vista como uma ponte para o Esclarecimento? Infelizmente, como era possível perceber na época de Kant e também como é possível ver ainda em nosso tempo, “na educação actual, o homem não alcança a finalidade de sua existência” (*Päd*, AA 09: A10). Dito de outro modo, podemos pensar que a educação, da forma como ela surge para o homem, não permite que ser humano seja capaz de desenvolver todas as suas disposições.

Retomando o que é colocado pelo filósofo no *Conflito das faculdades*, vemos que Kant tem consciência da dificuldade em relação a esse progresso atrelado à educação, uma vez que são os homens que estarão à frente dessa missão. O problema, como ressalta Kant, é que “são também *homens* os que devem realizar esta educação, por conseguinte, homens que tiveram igualmente de para tal ser educados” (*SF*, AA 07: 160f). Com efeito, se os homens não tiveram uma educação bem construída, se não tiveram acesso a uma

educação que tenha conseguido de fato emancipá-los, se não foram bem-educados, por assim dizer, como iriam fazer dela um elemento primordial na sociedade? A situação, como se vê, é bastante complicada, de modo que, para o filósofo, a educação surge como o maior e mais difícil problema que pode ser confiado ao homem (*Päd*, AA 09: A 14).

Assim, quando responde à questão “em que ordem apenas se pode esperar o progresso para o melhor?”, vemos que o filósofo acaba, muito surpreendentemente, delegando a esperança de progresso à “sabedoria do alto”. Em suas palavras: “há que pôr a esperança da sua progressão face à fragilidade da natureza humana e sob a contingência das circunstâncias que favorecem semelhante efeito, unicamente numa sabedoria do Alto (que se denomina Providência, quando nos é invisível), como condição positiva” (*SF*, AA 07:160).

Com efeito, embora mostre o quanto acredita no potencial do ser humano e em várias obras aponte para a ideia de progresso, Kant sabe que os homens, os únicos que podem mudar a situação da sociedade, são seres inconstantes. Embora tenham um potencial para fazer o bem e transformar o mundo, por meio do seu governo, por meio da educação, por exemplo, eles têm em si, também, o potencial de destruição; eles têm, como Kant aponta em alguns escritos, outras prioridades, como guerras e outras futilidades. Hoje mais do que nunca sabemos que esse potencial de destruição, no caso da guerra, por exemplo, é gigantesco. Mas há também o potencial de inércia diante de um público passivo e tantos outros potenciais negativos que prejudicam o progresso humano. Nesse sentido, como diz o filósofo ainda na obra *O conflito das faculdades*,

Com efeito, lidamos com seres que agem livremente, aos quais se pode, porventura, *ditar* de antemão o que *devem* fazer, mas não *predizer* o que *farão* e que, do sentimento dos males que a si infligiram, sabem tirar, quando tal piora, um móbil reforçado para fazer ainda melhor do que se encontrava antes daquela situação. – Mas “pobres mortais (diz o Abade Coyer), entre vós nada é constante a não ser a inconstância!”. (*SF*, AA 07:139).

Depreende-se, na verdade, que há uma crença por parte de Kant a respeito da capacidade dos indivíduos de, frente a situações difíceis, tentar melhorar, apesar de essa crença surgir no *Conflito das faculdades* de modo menos efusivo. No entanto, ainda assim nada é certo, de modo que é preciso contar com a inconstância como uma companheira de jornada. A questão é que, nesse ponto um tanto quanto aporético, estamos diante de “duas invenções dos homens [que] podem ser consideradas sendo as mais difíceis, a saber, a arte de governar e a arte de educar” (*Päd*, AA 09: A 16).

Como se percebe nos momentos finais da resposta kantiana sobre a *Aufklärung*, vai sendo aprofundada uma vinculação muito séria entre o Esclarecimento e a esfera política, de tal modo que o filósofo chama atenção em vários momentos para a necessidade de que os governantes proporcionem liberdade aos cidadãos. Na perspectiva kantiana, vê-se que há a necessidade de que os políticos e os governantes propiciem condições necessárias para a criação de um público que pense por si mesmo. Todavia, lembrando o que Kant mostra no *Conflito das faculdades*, observa-se que os homens, na maioria das vezes, têm outras intenções: não raro, infelizmente, os homens que governam preferem seus jogos de guerras no lugar de investir em educação.

Kant, ao final do seu opúsculo, ressalta a importância da elevação de liberdade civil para as pessoas. E em certa altura, ele diz que, quando a natureza desperta, por assim dizer, a inclinação e a vocação para pensar livremente, essa inclinação age na sensibilidade do povo, o qual se torna mais apto para agir com liberdade (WA, AA 08: 493). Ainda de acordo com o filósofo, quando o povo se torna apto para agir livremente, essa disposição chega aos princípios do governo. E uma vez que isso ocorre, o governo encontra o seu próprio interesse em tratar o homem na medida de sua dignidade (WA, AA 08: 493).

Pelo que se depreende da reflexão kantiana, é fundamental promover esse despertar da inclinação e do pensamento livre nas pessoas. Contudo, esse despertar, por mais autônomo que seja ou que deva ser, como coloca Kant no início de seu opúsculo, parece estar alicerçado em uma conjuntura social. Assim, o Esclarecimento, da forma como acaba sendo colocado, nasce a partir das disposições da sociedade, diante da liberdade que é concedida às pessoas. Desse modo, por mais que exista uma ideia de autonomia, no sentido de a pessoa querer sair da condição de minoridade e de se autodeterminar, há também um cenário social que tem influência nessa questão. Mais do que isso, há implicitamente a necessidade de uma educação que promova, antes de qualquer coisa, o exercício da autonomia. E esse ponto, aliás, não deveria surgir como algo a ser inferido: seria essencial deixar essa necessidade mais clara, mesmo que a educação demande um tempo maior para promover a mudança das pessoas, como o filósofo ressalta em alguns textos.

No âmbito dessa discussão, surgem também algumas indagações naturais. Afinal, seria possível se esclarecer diante de um cenário político desfavorável, isto é, diante de um cenário no qual a liberdade é cerceada de forma ostensiva? O Esclarecimento poderia se dar em cenários totalitários? E como isso funcionaria? É fato que Kant não escreveu a

esse respeito, mas é essencial levar em conta essas situações, porque em muitos casos – e talvez na maioria deles – elas estão presentes e podem criar obstáculos para que alguém consiga, de fato, se emancipar, por assim dizer.

Voltando ainda às linhas finais do opúsculo de 1784 sobre o Esclarecimento, percebe-se que Kant acredita que, ao conceder liberdade às pessoas, aos cidadãos em geral, outros setores acabam sendo afetados com a possibilidade de haver, inclusive, a mudança dos princípios do governo. Nessa perspectiva, a esfera governamental, com essa nova forma de ver e tratar a sociedade, imbuída dessa transformação de seus princípios, agiria em relação aos seus súditos de forma não instrumental. Além disso, é importante destacar que Kant traz aos momentos finais de seu ensaio uma questão significativa a respeito do homem, chamando atenção para o fato de que este é muito mais do que uma máquina e que ele merece, portanto, um tratamento que leve em consideração a sua dignidade.

Conforme explicita em vários textos, para Kant uma pessoa é um ser racional que possui direitos; ela não é um animal com objetivos ou sentidos, mas um ser que tem direitos, um ser que é detentor de dignidade.<sup>38</sup> E essa dignidade, como formula Kant na *Fundamentação da metafísica dos costumes*, está intrinsecamente ligada à autonomia, uma vez que esta não é nada mais nada menos que “o fundamento da dignidade da natureza humana e de toda natureza racional” (GSM, AA, 04 AK 436).

Quando apresentada na obra *Fundamentação da metafísica dos costumes*, a dignidade surge de modo enfático na segunda formulação do imperativo categórico, o qual preconiza a ação de um modo que as pessoas sejam tratadas como fim, e jamais como meio. Nas palavras de Kant, o imperativo diz: “age de tal maneira que tomes a humanidade, tanto em tua pessoa, quanto na pessoa de qualquer outro, sempre ao mesmo tempo como fim, nunca meramente como meio” (GSM, AA, 04 AK 436). Sob essa perspectiva, nenhum ser humano deveria ser tratado como meio para se chegar a algo, mas sempre como fim. A nenhum dos homens deveria ser imputado um preço, um valor, de modo também que não deveria haver nenhuma espécie de instrumentalização no trato

---

<sup>38</sup> Nas palavras de Kant, “A person is a rational being who has rights. Man is not an animal with internal purposes or senses etc. (e.g. organs, understanding) but a person who has rights, and against whom all other persons have rights. Not merely is he animated by a soul (thus animans) but there dwells in him a spirit (spiritus intus alit. Mens).” (OP: AA 22: 56).

com os seres humanos, uma vez que todos devem ser tratados e respeitados na medida de sua dignidade.

O fato de a proposta do Esclarecimento kantiano apontar para o homem e sua dignidade é muito significativo. Isso só reafirma o que por outras obras já temos conhecimento: a problematização e a abordagem a respeito do homem são centrais para o filósofo – e aqui na discussão a respeito da *Aufklärung* não é diferente.

Para percebermos um pouco dessa centralidade no que tange ao homem, basta nos voltarmos a uma consideração presente no *Manual dos cursos de lógica geral*. Nessa obra, Kant destaca que a filosofia, de um modo geral, engloba quatro questões cruciais (*Log*, AA 09: AK 25). A primeira diz respeito àquilo que o ser humano pode saber; a segunda acerca do que o homem deve fazer; a terceira, por sua vez, diz respeito àquilo que é permitido ao indivíduo esperar e, por fim, a questão que encerra todas as três anteriores traz a problematização sobre o que é o homem, o elemento por excelência que está em todas as questões anteriores como, certamente, o sujeito motivador das indagações.

Pensando no que a *Aufklärung* propõe a partir do exposto no opúsculo de 1784 e outros textos, observa-se que as indagações propostas por Kant no campo filosófico estão intrinsecamente ligadas àquilo que o Esclarecimento kantiano traz em seu âmago: i) ele apresenta uma discussão fundamental a respeito daquilo que o homem pode saber (e de como ele deve até mesmo “ousar” para ter acesso e para usar o seu próprio conhecimento e entendimento); ii) a *Aufklärung* está relacionada de forma crucial àquilo que o homem deve fazer – e isso se dá em várias esferas, como agir autonomamente, usar o seu pensamento na comunicação com outras pessoas, buscar a sua emancipação, entre outras questões; iii) a *Aufklärung*, certamente, aponta também para o futuro, para algo que é permitido esperar, sobretudo, a partir da ideia de progresso relacionada à educação e também àquilo que as esferas governamentais podem fazer para que a sociedade avance. Por fim, iv) a *Aufklärung* aponta para o homem, para o indivíduo *esclarecido* (*aufgeklärt*), emancipado, autônomo e para aquilo que ele pode realizar.

No *Manual dos cursos de lógica geral*, Kant deixa claro que as três primeiras questões que têm no seu centro o conhecimento, a ação e o porvir remetem para a última, que problematiza o ser humano. Desse modo, é no indivíduo que as outras problematizações encontram o seu fundamento. Analogamente, de certo modo, no âmbito do Esclarecimento, também temos as mesmas questões sendo suscitadas, ainda que em outros contextos. E da mesma forma, elas sempre remetem ao homem, que no contexto

da *Aufklärung* surge como alguém que deve ser tratado na medida de sua dignidade, um sujeito que deve ter espaço e condições para ser autônomo no âmbito do pensamento e do conhecimento; em suma, um indivíduo que deve poder ter acesso à esperança de um dia ver seu gênero, o humano, desenvolver todas as suas potencialidades. Assim, aqui também, como se vê, a questão antropológica é fundamental para pensar os outros aspectos envolvidos. No fim, a problematização a respeito do conhecimento, da ação e da história, que aponta para uma esperança no progresso futuro, é um modo amplo de pensar uma questão maior que diz respeito ao próprio ser humano, no âmbito do que ele pode conhecer, do que ele deve fazer e do que ele pode esperar.

### CAPÍTULO III: METACRÍTICA DO ESCLARECIMENTO

No opúsculo em que expõe suas considerações sobre o Esclarecimento, nota-se que Kant apresenta algumas ideias centrais que estão presentes naquilo que podemos chamar de ideologia do Iluminismo. Há, por assim dizer, uma espécie de atualização de alguns conceitos que surgem no esteio da herança iluminista, frutos da própria formação kantiana que se dá no período das Luzes. Entretanto, mais do que isso, está presente nessa resposta uma proposta de conceituação que passa a *Aufklärung*, enquanto tempo histórico e enquanto movimento intelectual, por um crivo crítico, a partir de alguns posicionamentos presentes na filosofia de Immanuel Kant.

Jürgen Habermas afirma, na obra *A nova obscuridade*, que a resposta kantiana tem uma grande importância na história da filosofia, pois é um texto que, de certo modo, inaugura aquilo que é chamado de discurso filosófico da modernidade (2011, p. 192). Ainda nesse mesmo entendimento, na obra *O discurso filosófico da modernidade*, Habermas afirma que Kant “expressa o mundo moderno em um edifício de pensamentos. [...] Na filosofia kantiana os traços essenciais da época se refletem como em um espelho, sem que Kant tivesse conceituado a modernidade enquanto tal.” (HABERMAS, 2000, p. 29). Foucault, por sua vez, percebe na abordagem kantiana sobre a *Aufklärung* um dado significativo: um filósofo, pela primeira vez, coloca-se criticamente dentro da história para responder uma questão de seu tempo, atualizando, discursivamente, a sua filosofia no interior dessa reflexão (FOUCAULT, 1994, p. 562-579).

Tanto a visão de Habermas quanto a de Foucault têm muito a nos dizer na tarefa de compreender o que Kant estabelece a respeito do Esclarecimento. A partir da reflexão de Habermas, por exemplo, podemos inferir que o discurso filosófico kantiano, no âmbito desse texto inaugurador de uma época, pode ser visto na perspectiva de uma construção que traz aspectos do mundo sensível para dentro de uma ponderação filosófica. Nesse contexto, é perceptível, na forma como Kant problematiza seu conceito de *Aufklärung*, a expressão do mundo moderno e a reflexão desse cenário em dois âmbitos: como reflexão/reflexo especular e como reflexão metacrítica que volta a si mesma para se atualizar e se entender. A exegese de Foucault, por sua vez, trata também dessa inserção do filósofo no mundo, que pensa e problematiza a história a partir da construção de uma

resposta que dialoga com a realidade política de uma época e com o seu próprio trabalho intelectual.

Com efeito, como sabemos, Kant publicou a sua resposta em um momento em que o Iluminismo europeu estava em suas linhas finais, praticamente no limite entre o estopim das grandes revoluções que solaparam muitos dos ideais daquela época, lançando sombras e interrogações nos valores e nas verdades daquele período. Inserido nesse contexto, o filósofo conseguiu escrever uma mensagem que dialogou com aquele instante fugidio em que se percebiam ainda ecos da Ilustração, mas Kant foi além daquele momento. Assim, definitivamente, o conteúdo exposto em sua reflexão serviu para que sua narrativa se tornasse um elemento universal e atemporal.

Ainda que a resposta kantiana sobre o Esclarecimento tenha algumas questões um pouco problemáticas, percebe-se que o filósofo conseguiu ir além da discussão que poderia orbitar aspectos meramente históricos, circunscritos ao seu tempo e aos seus contemporâneos, para formular algo que, de fato, ficou para a posteridade. Indo além de uma consideração que poderia ter ficado limitada aos ideais abstratos, ingênuos e inacessíveis que o Iluminismo em muitos momentos preconizou, Kant conseguiu criar uma narrativa que ainda hoje dialoga criticamente com a nossa realidade social, realidade essa marcada, infelizmente, pelo aumento da aversão ao conhecimento, pelo descrédito da ciência e dos dados produzidos por meio da razão. Assim, diante de um período de obscuridade em inúmeros redutos, marcado pelo anti-intelectualismo que cultua a desinformação, os preconceitos e a ignorância, a mensagem metacrítica kantiana se torna fundamental para um despertar, tanto no âmbito epistemológico e ético, quanto na esfera política e pedagógica.

O historiador inglês Eric J. Hobsbawm (2010) pontua, em *A era das revoluções*, que, no centro da ideologia do Iluminismo, a discussão acerca da dupla revolução (a Industrial e a Francesa) que estava em curso a partir dos anos de 1780 era fundamental. Mas, mais do que essa problematização, havia naquele momento uma discussão bastante forte sobre o individualismo secular, racionalista e progressista que dominava o pensamento intelectual “esclarecido” da época. E esse individualismo com fulcros na razão é bastante presente nas linhas kantianas.

Falando a respeito da ideologia do Iluminismo, Hobsbawm mostra que:

Libertar o indivíduo das algemas que o agrilhoavam era o seu principal objetivo: do tradicionalismo ignorante da Idade Média, que ainda

lançava sua sombra pelo mundo, da superstição das igrejas (distintas da religião “racional” ou “natural”), da irracionalidade que dividia os homens em uma hierarquia de patentes mais baixas e mais altas de acordo com o nascimento ou algum outro critério irrelevante. A liberdade, a igualdade e, em seguida, a fraternidade de todos os homens eram seus slogans. No devido tempo se tornaram os slogans da Revolução Francesa. O reinado da liberdade individual não poderia deixar de ter as consequências mais benéficas. Os mais extraordinários resultados podiam ser esperados – podiam de fato já ser observados como provenientes – de um exercício irrestrito do talento individual num mundo de razão. A apaixonada crença no progresso que professava o típico pensador do Iluminismo refletia os aumentos visíveis no conhecimento e na técnica, na riqueza, no bem-estar e na civilização que podia ver em toda a sua volta e que, com certa justiça, atribuía ao avanço crescente de suas ideias. (HOBSBAWM, 2010, p. 25).

Analisando aquilo que está presente no opúsculo kantiano que busca responder à questão “*was ist Aufklärung*”, pode-se dizer que nele é possível perceber uma argumentação que, ao fazer uso da função conotativa da linguagem, conclama seus interlocutores, injuntivamente, à valorização da razão rumo a uma postura mais assertiva em direção ao conhecimento, chamando-os para a liberdade, tanto no campo ético quanto no campo epistemológico. “Ouse conhecer”, “saia da minoridade”, “tenha coragem de usar o seu próprio entendimento”, eis algumas das interpelações e imperativos que podem ser vistos e inferidos a partir da leitura do opúsculo, algo que, sem dúvida, aponta para uma relação significativa com aquilo que o Iluminismo trazia em seu âmago enquanto ideologia.

Pensando nas macroideias do Iluminismo e na intrínseca valorização do indivíduo, da liberdade, da razão, do pensar por si mesmo presentes nesse momento histórico, infere-se que não há como dissociar o Iluminismo da reflexão sobre a *Aufklärung* disposta nas linhas da resposta kantiana. Essa leitura realmente foi feita, tanto que muitos passaram a tratar o Esclarecimento kantiano como a própria ideia do período histórico chamado Iluminismo.

Com efeito, por trazer uma incitação em prol do uso do conhecimento, propondo uma atitude de busca ao saber, por estar afinado com esse momento histórico em que se “libertar das algemas da ignorância” e usar a razão era fundamental, o conceito de Esclarecimento, em Kant, ficou associado à ideia de uma época e à ideologia do próprio período das Luzes, tanto é assim que a palavra alemã foi traduzida por *Iluminismo* por diversos tradutores e foi pensada como um elemento histórico inclusive por pensadores

como Michel Foucault<sup>39</sup>. Entretanto, essa leitura que o texto kantiano inspira, apesar de ter sua validade, pretere uma condição que está relacionada à ligação que essa *Aufklärung* estabelece com a filosofia kantiana no âmbito teórico-crítico. Nesse sentido, é essencial ir além da interpretação mais imediata que o texto incita, isso porque o ensaio kantiano é muito mais do que uma mera apologia iluminista do entendimento, da razão, da liberdade e da autonomia. Para perceber isso, é preciso aprofundar um pouco mais a exegese do texto, e o elemento central para ampliar essa leitura está no interior da própria filosofia kantiana.

Como pontua Dilthey, Immanuel Kant se acha em estreita conexão com a Ilustração (s.d., p. 167), e realmente isso se dá porque toda a sua formação foi construída no berço do Iluminismo. É válido observar que, em muitos escritos, Kant abraça alguns dos valores da ideologia iluminista, como o combate à superstição e aos preconceitos, a defesa da liberdade de pensar, a defesa da tolerância, a confiança no indivíduo, bandeiras estas muito caras aos partidários da Era das Luzes. Entretanto, apesar de ser um entusiasta de muitos desses valores, Kant foi também um de seus maiores críticos. E esse posicionamento ficou evidente a partir da construção de sua reflexão teórica no que tange àquilo que podemos ou não conhecer. Com esse movimento, Kant refutou o dogmatismo presente no racionalismo alemão dos séculos XVII e XVIII e também apresentou uma crítica a toda a crença na infalibilidade da razão e do conhecimento.

Kant, na verdade, foi além da confiança cega dogmática e apresentou os limites daquela que era tida como uma das maiores forças do Iluminismo. Ao colocar um limite na razão e, *per se*, no próprio conhecimento, ao apresentar um estudo sobre as fronteiras relacionadas àquilo que o homem poderia conhecer, levando em consideração essa mesma razão e ao mostrar que o homem não podia saber tudo, uma ilusão que estava no cerne dos devaneios de muitos racionalistas dogmáticos, o filósofo estabeleceu um marco na história do pensamento, solapando as pretensões de um dos elementos mais sacros da ideologia iluminista. E Kant propôs esse exame tendo como elemento crucial a própria

---

<sup>39</sup> No ensaio publicado em 1984, “Qu’est-ce que les Lumières?” (O que é o Iluminismo?), o filósofo francês Michel Foucault argumenta, entre outras questões, que a *Aufklärung* é uma época histórica e diz que o opúsculo “Beantwortung der Frage: Was ist Aufklärung?” problematiza “la conception kantienne de l’histoire” (p. 565) e diz que “L’Aufklärung, c’est l’âge de la Critique” (1994, p. 567).

razão, à qual “tudo” deveria se submeter, como diz o filósofo na introdução da *Crítica da razão pura* (KrV, A XI).

Com efeito, na perspectiva de um pensador que avalia o seu tempo e que também propõe uma visão sobre o Esclarecimento tendo como base a atualidade de seu trabalho crítico, Kant estabelece um processo interessante de crítica tanto no interior de sua resposta quanto nos desdobramentos presentes em outros textos e obras que dialogam a respeito desse tema.

De fato, nas considerações kantianas, percebe-se uma articulação crítica e também metacrítica que problematiza a ação dos indivíduos em um momento em que esses são incitados a fazer uso de elementos que estão no cerne do próprio movimento intelectual iluminista – e, nesse movimento, percebe-se o reflexo desse mundo no interior desse discurso. Assim, há uma postura crítica no sentido de elucidar determinadas falhas presentes no cenário social. Nesse sentido, há aqui um apontamento que sugere uma mudança que requer, não apenas uma reforma pessoal do indivíduo, mas também uma transformação do poder político, que deve propiciar a liberdade para que as pessoas possam, de fato, se instruir e comunicar suas ideias.

No processo aventado por Kant, o filósofo, como podemos perceber, parte de muitas prerrogativas iluministas que também estão colocadas como centrais em sua própria filosofia, como a importância do indivíduo e a necessidade de este pensar por si mesmo e usar sua razão. Mas a apresentação dessas questões surge a partir da observação de que o cenário social possui falhas cruciais e, por isso, demanda reforma em vários âmbitos, reformas essas que passam pelo âmbito ético, epistemológico, político e educacional.

Duzentos anos após essa discussão, vemos um paradoxo: apesar das inúmeras mudanças pelas quais o mundo moderno passou ao longo desse período, vemos que pouca coisa de fato foi alterada sob a égide desse Esclarecimento com fulcros na razão. Sob essa perspectiva contraditória, muitas críticas foram erigidas a esse respeito, tanto tentando enterrar esse projeto, quanto buscando salvar o que nele existe de positivo. O fato é que até hoje essa proposta de Esclarecimento suscita reflexões. Como afirma Habermas,

Trata-se da questão de saber se continuamos a autocrítica de uma modernidade em conflito com ela mesma e se podemos obter, no interior do horizonte da própria modernidade, uma distância em relação às patologias do pensamento voltado ao poder de dispor – ou se, como muitos afirmam, o projeto de uma emancipação da menoridade

autoimputável já se encontra definitivamente exaurido. (HABERMAS, 2011, p. 202).

Tendo como ponto de partida essa reflexão de Habermas como uma provocação extremamente necessária e levando em consideração o que o Esclarecimento nos diz em sua formulação kantiana, procuraremos neste capítulo aprofundar um pouco mais algumas reflexões relacionadas à autonomia, à liberdade, ao pensamento, à política e à educação.

Posteriormente, partindo da observação de certas aporias do Esclarecimento, procuraremos apresentar algumas considerações sobre o conceito em sua variante contemporânea, que parte de Kant e dialoga com alguns posicionamentos de Theodor Adorno, Max Horkheimer e Jürgen Habermas.

### 3.1 AUTONOMIA MORAL E LIBERDADE

Quando nos detemos no opúsculo kantiano sobre a *Aufklärung*, podemos perceber que o estado de ausência de Esclarecimento exprime a falta de capacidade do sujeito por si mesmo fazer uso de seu entendimento sem a direção de outras pessoas. Fala-se, nesse contexto, ainda que de modo não explícito, da ausência de autonomia. Contudo, é interessante pensar no sentido desse conceito. Na verdade, nota-se que há nessa formulação uma ideia que aponta para um protagonismo do indivíduo; afinal, não há delegações nesse espaço: é o sujeito que precisa se emancipar, é o sujeito que precisa buscar o conhecimento e sair do âmbito da ignorância, ou seja, é ele por conta própria que precisa deixar de ser menor.

Jerome B. Schneewind, no artigo “Autonomy, obligation, and virtue”, ao falar a respeito da autonomia presente na filosofia kantiana, diz que ela envolve dois aspectos:

O primeiro é que nenhuma autoridade externa a nós mesmos é necessária para constituir ou informar-nos das demandas da moralidade. Cada um de nós pode saber sem que nos digam o que devemos fazer, porque requisitos morais são requisitos que impomos a nós mesmos. O segundo é que no governo autônomo podemos efetivamente nos controlar. As obrigações que impomos a nós mesmos

anulam todos os outros apelos à ação e frequentemente são contrárias aos nossos desejos. (SCHNEEWIND, 1999, p. 309, tradução nossa).<sup>40</sup>

Pensando nessa ideia de autonomia como autodeterminação e também como uma espécie de autocontrole, com efeito, quando pensamos no Esclarecimento kantiano, vemos que para o indivíduo sair da menoridade é necessária uma espécie de maturidade que pressupõe não ser tutelado por outrem, uma maturidade que pode ser vista também na perspectiva da autonomia de uma razão que tenta se determinar e se controlar. Assim, percebe-se que se trata de uma razão inserida dentro de um processo. Essa atividade processual pode ser pensada como correlacionada a uma razão em formação, a qual, como o filósofo ressalta no ensaio *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*, “necessita de tentativas, exercícios e ensinamentos para progredir, aos poucos, de um grau de inteligência a outro” (*IaG*, AA 08: 389). Além disso, há a presença de uma orientação para que seja o próprio indivíduo o responsável por aquilo que ele mesmo pensa e pelos conceitos que ele cria. Isto é, existe uma interpelação que convoca o sujeito a se encarregar do uso, de fato, do seu entendimento. Para que isso seja realmente factível, Kant diz que é preciso que se tenha liberdade.

Para a realização da *Aufklärung*, segundo a filosofia kantiana, a liberdade “pública” no uso da razão surge como uma condição necessária. Embora diga que o uso público está relacionado à expressão das ideias como um cidadão do mundo sem que este esteja limitado ao poder das instituições, embora fale expressamente de um tipo de liberdade ambientada no plano externo, percebe-se que, além desse tipo particular, podemos inferir que mais profundamente e anterior a essa ideia está mobilizada outra espécie de liberdade.

Esse conceito parece surgir associado à razão e, portanto, relacionado intimamente à ideia de autonomia. Nesse sentido, quando se leva em consideração o opúsculo kantiano, pode-se inferir que há a possibilidade de estabelecer a existência de um vínculo entre a liberdade – enquanto liberdade da vontade – e a autonomia. Sob esse viés, a

---

<sup>40</sup> No original: “The first is that no authority external to ourselves is needed to constitute or inform us of the demands of morality. We can each know without being told what we ought to do because moral requirements are requirements we impose on ourselves. The second is that in self-government we can effectively control ourselves. The obligations we impose upon ourselves override all other calls for action, and frequently run counter to our desires.” (SCHNEEWIND, 1999, p. 309).

problematização dos dois conceitos, tendo o Esclarecimento como pano de fundo, permitiria concluir que o sujeito realmente esclarecido, isto é, o sujeito moralmente esclarecido, seria aquele livre e ao mesmo tempo autônomo, isso se pensássemos a partir da formulação presente na *Fundamentação da metafísica dos costumes*, que apresenta a liberdade da vontade, ou seja, a liberdade em sentido moral como autonomia (GMS, AA 04: 446f).

Na obra *Fundamentação da metafísica dos costumes*, Kant mostra que, no âmbito da ordem dos fins, no qual podemos pensar sobre a moral, o indivíduo é dirigido por leis morais que são estabelecidas por sua própria razão. Assim, estar submetido a leis racionais elaboradas por si mesmo engendraria a liberdade do homem racional. Sob essa ótica, submetidos a essas leis, automaticamente conferimo-nos liberdade da vontade. E é essa legislação autônoma originadora da liberdade a própria autonomia do sujeito. Disso, infere-se que o indivíduo seria autônomo porque não está submetido a regras de terceiros, mas sim à sua própria norma ou, em outras palavras, à sua “autonorma”, uma lei da razão que, por ser universal, vale para todos.

Nessa perspectiva, se a menoridade pode ser vista como um estado em que o homem precisa ainda de alguém para guiá-lo – e o Esclarecimento seria um elemento que permite ao homem sair desse âmbito, pois ele passa a pensar por si mesmo e ser de fato autônomo –, percebe-se que no conceito de *Aufklärung* existe uma ideia de autonomia, de uma autorregulação, a partir de uma normatização engendrada de dentro para fora, ou seja, da razão que legisla para si mesma, em contraponto ao conceito de heteronomia (ou de regras ditadas por outrem) presente, como pressupomos, no estado de menoridade. Assim, se ser menor está ligado à existência de regras heterônomas como legisladoras do sujeito, percebe-se que ser esclarecido pode ser visto como ser autônomo, livre e regido por suas próprias regras, e não pelas de terceiros.<sup>41</sup>

No ensaio publicado em 1786, intitulado “O que significa orientar-se pelo pensamento”, dialogando claramente com a ideia de Esclarecimento, Kant deixa claro que a liberdade no âmbito do pensamento está relacionada à ideia de autonomia, ou seja, essa liberdade está correlacionada à submissão à razão. Ali, o filósofo diz que “a liberdade

---

<sup>41</sup> Essa discussão sobre o aspecto moral, presente na *Fundamentação*, e o Esclarecimento pode ser vista também em um artigo no qual a autora desta pesquisa discute o Esclarecimento kantiano. O artigo foi publicado durante o período em que esta pesquisa estava sendo realizada. Disponível em: <http://revistas.ifg.edu.br/tecnia/article/view/133> .

de pensamento significa que a razão não se submete a qualquer outra lei senão *àquela que dá a si própria*.” (WDO, AA 08: 326). O interessante dessa definição que explicita a autonomia da razão é que ela abre espaço também para pensarmos a respeito de uma espécie de liberdade de pensamento que se dá na ausência do uso dessa lei. E, segundo Kant, vemos que, de fato, isso é possível, contudo o problema no que diz respeito a esse uso é que:

Se a razão não quer se submeter à lei que ela se dá a si própria, tem de se curvar ao jugo das leis que um outro lhe dá; pois sem alguma lei nada, nem mesmo o maior absurdo, pode exercer-se por muito tempo. Por conseguinte, a consequência inevitável da *declarada* ausência de lei no pensamento (a emancipação das limitações devidas à razão) é a seguinte: a liberdade de pensar em última análise fica perdida, e como a culpa não cabe a alguma infelicidade mas se deve a uma verdadeira arrogância, a liberdade, no sentido próprio da palavra, é perdida por *leviandade*. (WDO, AA 08: 326).

Percebe-se, por essa passagem, que a liberdade de pensar para Kant, mais do que estar associada à autonomia, é a própria manifestação dessa autonomia. A liberdade de pensamento, nesse sentido, tem na autonomia uma *conditio sine qua non*. Se essa autonomia não existe, há, por consequência, a manifestação de um dado que provém de outras instâncias, ou seja, um dado que surge por uma via heterônoma. É importante ressaltar que, sendo um filósofo que acredita na necessidade das leis, tanto daquelas que regem a natureza, quanto daquela que rege o âmbito da moral, Kant destaca nessa passagem de seu ensaio a ideia de que “sem lei nada se sustenta por muito tempo”. E ali, o pensador conclui que, sem o uso do fio condutor que é a razão, os indivíduos podem chegar ao ponto de perder sua liberdade de pensar. E é interessante examinar essa questão, porque essa perda está ligada ao aniquilamento da comunicabilidade, a qual é, em última instância, um aspecto exterior fundamental para a *Aufklärung* kantiana.

Kant, no opúsculo sobre o Esclarecimento, destaca que a liberdade é condição necessária para o movimento de sair da menoridade. Assim, em suas palavras, para que tenhamos *Aufklärung* “nada mais se exige senão a *liberdade*” (WA, AA 08: 484), e essa liberdade qualificada como pública exige que seja feito um *uso público* da razão em todas as questões (WA, AA 08: 484). Esse uso que, curiosamente, diz respeito também ao exercício do pensar por si mesmo relaciona-se ao ato de se colocar no lugar do outro (na comunicação com seres humanos) e também está relacionado ao ato de pensar sempre de acordo consigo mesmo (*Anth*, AA 07: 201; 229). Ou seja, o que parece ser delineado é um

movimento duplo de liberdade, com vistas à autonomia do sujeito, no sentido de que se dê a saída da menoridade e o uso do seu próprio entendimento, mas, além disso, também está presente uma liberdade que se explicita publicamente – e que é requerida politicamente. Desse modo, o sujeito é visto como autônomo e ao mesmo tempo, por definição, como uma pessoa livre.

Observando toda essa questão, nota-se que, apontando para um movimento interior do sujeito, uma revolução no âmbito pessoal do indivíduo e que naturalmente já mobiliza a sua autonomia e, conseqüentemente, a sua liberdade, o Esclarecimento se dirige para o domínio externo. E esse processo, como aponta Kant, no final do seu opúsculo, tem uma vinculação também com as condições de liberdade que determinados governos ofertam aos seus cidadãos. Nesse sentido, percebe-se que a liberdade presente como um todo no contexto do Esclarecimento é bastante singular: levando sempre em consideração a razão, essa liberdade se articula como autonomia; está relacionada a uma manifestação na esfera pública, e é, de uma forma muito interessante, articulada politicamente. Nesse contexto, para refletir um pouco sobre esse aspecto político, vale voltar ao ensaio “O que significa orientar-se pelo pensamento”.

Nesse ensaio publicado em 1786 no *Berlinischen Monatsschrift*, depois de afirmar que “a liberdade de pensar opõe-se em primeiro lugar à coação civil”, Kant diz que:

Sem dúvida ouve-se dizer: a liberdade de *falar* ou de *escrever* pode nos ser tirada por um poder superior, mas não a liberdade de *pensar*. Mas quanto e com que correção poderíamos nós *pensar*, se por assim dizer não pensássemos em conjunto com outros, a quem *comunicamos* os nossos pensamentos, enquanto eles comunicam a nós os deles! Portanto, podemos com razão dizer que este poder exterior que retira dos homens a liberdade de *comunicar* publicamente seus pensamentos rouba-lhes também a liberdade de *pensar*, o único tesouro que nos resta apesar de todas as cargas civis, e graças ao qual unicamente pode ainda ser produzido um remédio contra todos os males desta situação. (*WDO*, AA 08: 325f).

Há duas questões muito importantes nesse posicionamento kantiano: i) que a liberdade de pensar para Kant está ligada a uma atividade que, por mais individual que seja, precisa do outro, uma vez que o ato de comunicar o pensamento e mesmo o de receber o pensamento dos outros é fundamental, até mesmo para a “correção”, como Kant nos permite inferir. ii) A partir do momento em que determinado poder cerceia a liberdade relacionada à comunicabilidade, a liberdade do sujeito no âmbito do pensamento deixa de existir. E dessa última questão surgem outros desdobramentos: a) a liberdade de

pensar, apesar de todas as cargas civis, é o único “tesouro” que nos resta; b) Esse tesouro, isto é, a liberdade de pensar, pode produzir, diante de males relacionados a essas “cargas civis”, mudanças políticas.

Essas reflexões ficam mais claras quando vamos além do ensaio “O que significa orientar-se pelo pensamento” e refletimos acerca do que Kant apresenta no opúsculo sobre o Esclarecimento, uma vez que neste último estão desenvolvidas outras nuances argumentativas acerca do processo da *Aufklärung* ligadas também a uma ideia de despertar que passa pela conscientização política.

Com efeito, no opúsculo publicado em 1784, depreende-se que é por meio do processo de Esclarecimento que o homem, não sendo mais guiado por tutores duvidosos, poderá, entre outras questões, expor o que pensa política e publicamente e, se for o caso, cobrar o que lhe é de direito no âmbito da sociedade civil e exigir que tanto ele quanto os outros indivíduos sejam respeitados e tratados, de fato, na medida de sua dignidade. Nessa perspectiva, a liberdade de pensar, como sugere Kant, surge como fundamental para a própria vida republicana, pois será por meio dela que o homem poderá exigir mudanças políticas. Desse modo, vê-se que é, com esse “tesouro”, o qual inúmeras vezes é cerceado pelo poder político, que será possível cobrar desse mesmo poder as mudanças necessárias dos governos. Disso, percebe-se que o Esclarecimento aparece como um instrumento que tanto revela a existência da coação no âmbito da liberdade, quanto cria condições para que o sujeito cobre e exija o que lhe é de direito.

Ainda pensando no âmbito do Esclarecimento e tentando estabelecer uma ponte com a ética deontológica kantiana, pode-se aventar que, quando Kant chama atenção para que o sujeito se esclareça, há uma espécie de obrigação envolvida. Vista como uma espécie de palavra de “ordem” para Foucault (1994), essa obrigação surge também como um elemento que pode ser pensado em termos de necessidade moral, a partir da ideia de dever. E isso nós podemos observar em vários momentos da argumentação kantiana, uma vez que o filósofo deixa claro, em diversas passagens imperativas, a necessidade de que o indivíduo seja autônomo e de que use o seu entendimento. Além disso, Kant explicita que “enquanto sábio” o sujeito “tem a completa liberdade, e até mesmo o dever, de dar conhecimento de todas as suas ideias” (WA, AA 08: 487).

Com efeito, percebe-se que não há na exortação pró-esclarecimento um impulso para que o sujeito se esclareça movido por um mero desejo por um bem específico contingente. É claro que, sim, se o sujeito se esclarece e se existe uma prática “comum”

de Esclarecimento, como aponta e como se pode inferir do que Kant diz, é muito difícil ou praticamente impossível que os governantes controlem ou tutelem os indivíduos; com Esclarecimento, é possível fazer críticas no âmbito público e exigir o melhor para a cidade – e isso é certamente melhor para o próprio cidadão –, mas esse “bem” não parece estar presente de um modo meramente instrumental. Na verdade, não parece haver uma finalidade contingente no horizonte da *Aufklärung* kantiana. Existe, na verdade, a presença de uma exortação para que o sujeito ouse, apesar de todas as dificuldades, apesar de todas as inclinações, esclarecer-se, usando para tanto a sua liberdade e a sua razão. E nesse sentido, o dever moral parece estar presente nesse cenário.

Para Kant, a lei moral, que pode ser pensada a partir de três imperativos categóricos, confere autonomia ao sujeito, uma vez que essa lei estaria dentro de cada um dos seres humanos. Quando estes a desrespeitam e agem segundo a heteronomia, eles, na perspectiva kantiana, estariam sob a influência de inclinações e de desejos que agiriam contra essa lei presente em cada indivíduo; eles agiriam, assim, conforme outras regras, e não conforme aquelas que eles mesmos colocaram para si. Nessa perspectiva, o homem, ao respeitar a lei moral, agindo por dever, não respeitaria meramente uma lei abstrata, mas a pura racionalidade que está na sua origem.

Como ressalta Kant, na obra *Metafísica dos costumes*, um dos últimos trabalhos do filósofo, é preciso que o homem trabalhe arduamente para se melhorar e para se desenvolver. E nesse processo existe um esforço de elevação, no sentido de que ele precisa autonomamente “se propor fins”, se instruir e também se esclarecer. Assim, como destaca Kant,

Constitui para o homem dever trabalhar arduamente para se elevar cada vez mais da rudeza da sua natureza, desde a animalidade (*quoad actum*) até a humanidade, que é a única por via da qual é capaz de se propor fins; colmatar sua ignorância pela instrução e corrigir os seus erros. (MS, AA 06: 387).

Nesse contexto, pensando no sujeito moral em detrimento desse homem que ainda deve trabalhar para se elevar, percebe-se que o sujeito moral está relacionado diretamente à ideia de uma lei moral, que exige desse mesmo indivíduo não estar sujeito a inclinações sensíveis ou a fatores empíricos, como as paixões, o egoísmo ou os interesses. Assim, é por meio dessa norma que o sujeito é capaz, teoricamente falando, de se propor fins e de se emancipar de fato.

Como sustenta Immanuel Kant, a lei moral é o único elemento transcendental que incondicionalmente ordena algo. As ações, nesse sentido, para realmente serem morais, para terem uma base transcendental, por assim dizer, deveriam ser ponderadas a partir da lei moral, antes de se dirigir a quaisquer outras pessoas. Certamente, ser esclarecido, sair da menoridade, usar a razão, o entendimento, provocar uma transformação em si mesmo, pode ser algo ponderado a partir da lei moral. Contudo, Kant observa em seus escritos que o homem não era (e certamente ainda não é) um puro ser racional. Por essa razão, o puro e simples respeito pelo caráter formal da lei moral seria para o homem um *dever* e um *dever*. Assim, o uso da pura racionalidade não é algo factual, mas, sim, relacionado a um esforço de aperfeiçoamento moral com vistas ao futuro, ao progresso da humanidade, algo que faz parte da ideia de filosofia da história kantiana.

Como a lei moral exige a pureza e a racionalidade do agir, isto é, a perfeição moral, e essa exigência é para o homem inalcançável no estado em que este se encontra no mundo, o destino do homem parece ser, como sugere Kant, uma caminhada em direção à perfeição moral, ao progresso e ao seu Esclarecimento. Assim, uma vez que não vivemos em uma sociedade de homens plenamente racionais, o cultivo da razão é realizado de modo a propiciar tanto o conhecimento quanto a ação ética pautada na autonomia e no respeito pelos indivíduos, algo que, pela imbricação da esfera epistemológica com a ética, levaria certamente ao conceito de *Aufklärung*.

Quando fala em Esclarecimento em seu opúsculo, Kant não enuncia, *ipsis litteris*, os pressupostos da moralidade delineados na *Fundamentação da metafísica dos costumes* ou mesmo na *Crítica da razão prática*. Contudo, esses fundamentos éticos estão presentes nessa discussão. Entretanto, nota-se nesse âmbito a presença de outro espaço de ação. Com efeito, da forma como é desenvolvido, o Esclarecimento, muito provavelmente, pode ser visto como um pórtico para que o homem aja, futuramente quem sabe, moralmente, mas é fundamental destacar que esse sujeito no caminho da *Aufklärung* é ainda um indivíduo *em processo de formação*. Nessa perspectiva, esse sujeito esclarecido sensível, por assim dizer, é o indivíduo “que empreendeu a saída da heteronomia e se dirigiu à autonomia, apresentada na mesma *Fundamentação* como princípio supremo da moralidade” (*GMS*, AA 04: 440). E o fato de ter empreendido essa saída não significa que esse sujeito conseguiu se moralizar por completo.

Na verdade, o que se percebe é que o homem comum não age de acordo com a lei moral. Contudo, ele poderia, como pode se inferir a partir da argumentação kantiana, agir

de modo esclarecido, usando a sua autonomia, sua liberdade e seu entendimento. Fazendo isso, esse sujeito pode sair do âmbito da heteronomia, rumo à esfera da autonomia – ele estaria, assim, promovendo em si mesmo o processo de Esclarecimento. Certamente, da forma como é aqui colocado, o Esclarecimento moral surge também como uma espécie de ideal: um ideal que pode ser relacionado às disposições originais que o homem possui passíveis de serem desenvolvidas em si mesmo. Nesse contexto, como afirma o professor Lima Filho, não é possível dissociar o tema do Esclarecimento da problemática moral (LIMA FILHO, 2019, p. 64), contudo é importante observar que os indivíduos que estão empreendendo sua caminhada na esfera do Esclarecimento não são agentes morais. Assim, não haveria, nessa perspectiva, agentes morais plenamente esclarecidos, até porque não somos capazes de autonomia plena. E talvez esse seja o grande ponto positivo dessa discussão: isso porque o tema do Esclarecimento revela, mais do que um ideal teórico, uma incitação para o desenvolvimento no plano prático. Ele está ligado, assim, a um desenvolvimento da razão, a um amadurecer que promove uma transição que passa da heteronomia à autonomia. E esse amadurecer, por assim dizer, pressupõe um desenvolvimento processual que abrange um sujeito que ainda não se emancipou no campo ético e epistemológico completamente, mas que está caminhando nesse sentido.

Assim, vê-se que uma das chaves para entender o Esclarecimento e a ideia de sujeito esclarecido em Kant está na consideração em relação à atuação do indivíduo no fenômeno, no plano sensível. Desse modo, ainda que possamos pensar em um sujeito moral em um contexto de futuro no âmbito do Esclarecimento kantiano, até porque realmente essa esfera é contemplada nessa reflexão, é o mundo sensível junto com a esfera pública o campo por excelência para a tentativa de colocar em prática o Esclarecimento da forma como Kant o enuncia. É nesse âmbito que o sujeito deve empreender a saída da menoridade, destituindo o caráter heterônomo que o rege, em prol da tentativa de usar de fato sua autonomia e sua liberdade, mesmo diante de todas as adversidades.

### 3.2 REVOLUÇÃO, PENSAMENTO POR SI MESMO E CRITICIDADE

Em uma passagem da obra *A religião nos limites da simples razão*, Kant afirma que “a formação moral do homem não deve começar pela melhoria dos costumes, mas

pela conversão do modo de pensar e pela fundação de um carácter.” (RGV, AA 06: 54). É interessante notar que essa necessidade de mudar a forma de pensar é destacada em vários escritos kantianos – e isso é algo posto como essencial de ser iniciado antes mesmo da melhoria dos costumes, uma vez que esse avanço moral é considerado pelo filósofo como mais lento e mais gradual. O fato é que essa conversão no âmbito do pensamento está associada à ideia de revolução, uma transformação que é correlacionada ao Esclarecimento, como é ressaltado pelo filósofo na obra *Antropologia sob o ponto de vista pragmático* (Anth, AA 07: 229).

O modo como Kant constrói sua visão acerca da *Aufklärung* mostra de forma muito clara que o âmbito epistemológico é uma condição necessária para se ter um indivíduo esclarecido. O sujeito, nessa perspectiva, deve ser capaz de usar o seu entendimento no mundo sensível. Mais do que isso, o indivíduo deve se tornar apto e capaz, a partir de seus próprios esforços, de usar sua criticidade. Nesse contexto, o Esclarecimento se torna fundamental para que o sujeito conheça de um modo crítico. Como assevera Kant no ensaio “O que significa orientar-se pelo pensamento” (WDO AA 08: 330n), “o Esclarecimento é antes um princípio negativo no uso da capacidade de conhecer”. Assim:

Servir-se de sua *própria* razão não quer dizer outra coisa senão em tudo aquilo que devemos admitir perguntar a nós mesmos: achamos possível estabelecer como princípio universal do uso da razão aquele pelo qual admitimos alguma coisa ou também a regra que se segue daquilo que admitimos? Qualquer indivíduo pode realizar consigo mesmo esse exame e verá desaparecer a superstição e o devaneio. (WDO AA 08: 330n).

Kant, como se vê, propõe que por meio desse princípio negativo o sujeito se questione acerca daquilo que lhe chega no mundo. Assim, buscar o Esclarecimento nessa perspectiva é fazer uso de um princípio negativo no sentido de “filtrar”, por meio da razão, os dados que chegam ao sujeito pela sensibilidade. Dito de outro modo, usar a capacidade racional no âmbito do Esclarecimento está relacionado intimamente a uma atitude crítica, que procura submeter os dados da experiência ao crivo do entendimento. E essa postura, por excelência, na perspectiva kantiana, é algo que, além de ser possível a qualquer indivíduo, teria o poder de fazer desaparecer superstições, devaneios e ilusões.

Kant, em vários momentos em que aborda a *Aufklärung*, fala da necessidade de se fazer uma revolução no pensamento, de modo que o sujeito se torne autônomo nesse

âmbito. E em alguns escritos, mesmo sem citar o Esclarecimento nominalmente, o filósofo destaca a urgência dessa mudança no âmbito do pensamento. Assim, na *Religião nos limites da simples razão*, Kant afirma que, “para o modo de pensamento, é necessária a revolução” (RGV, AA 06: 53).

Dialogando com essa ideia, em um momento emblemático da obra *Antropologia sob o ponto de vista pragmático*, Kant faz uma ponderação a respeito do uso total da faculdade de conhecer e chama atenção para a necessidade da razão. Tendo como horizonte a importância do entendimento e da razão, o filósofo faz uma breve distinção entre pessoas que observam e outras que pensam: como ele mesmo diz, “os observadores e os pensadores”. E no que diz respeito a esses últimos, Kant fala de alguns “mandamentos imutáveis” que lhes são indispensáveis (*Anth*, AA 07: 228).

Segundo o filósofo, essas normas voltadas ao público pensante dizem respeito a: i) pensar por si mesmo; ii) pôr-se (na comunicação com seres humanos) no lugar do outro; e iii) pensar sempre de acordo consigo mesmo. Depois de apresentar essas regras, o filósofo destaca que “a mais importante revolução no interior do ser humano é a saída deste do estado de menoridade em que se encontra por sua própria culpa” (*Anth*, AA 07: 229). Assim, nessa passagem, retomando o estilo presente no opúsculo sobre a *Aufklärung* publicado em 1784, Kant chama atenção para a necessidade que o indivíduo tem de pensar por si só e destaca que é preciso que ele ouse avançar na seara do conhecimento de modo autônomo.

Essa ideia de que para pensar há certos mandamentos é algo que se percebe em outros escritos kantianos. No *Manual dos cursos de lógica geral*, editado entre os anos de 1799 e 1800 por Jäsche, a pedido de Kant, o filósofo apresenta esses mesmos mandamentos com pequenas variações. Nessa obra, essas normas são intituladas como “condições universais para evitar o erro em geral” (*Log*, AA 09: AK57). Assim, nas palavras do filósofo,

As regras e as condições universais para evitar o erro em geral são: 1) pensar por si mesmo. 2) pensar colocando-se no lugar de um outro. 3) sempre pensar de acordo consigo mesmo. A máxima do pensar por si pode chamar-se esclarecida [aufgeklärte]; a de se transportar em pensamento até outros pontos de vista, ampla; e a de sempre pensar de acordo consigo mesmo, máxima do modo de pensar consequente ou coerente. (*Log*, AA 09: AK57).

Kant deixa claro, nessa passagem da *Lógica*, que os mandamentos relacionados ao pensamento são vistos na perspectiva de condições que evitam erros. Desse modo, pensar por si mesmo; colocar-se no lugar do outro na comunicação; e sempre pensar de acordo consigo mesmo surgem como regras para os sujeitos evitarem problemas. A primeira dessas máximas, como se vê, curiosamente é denominada por “máxima esclarecida”. E o que Kant parece propor aqui é que o sujeito, em seu agir, leve em consideração esse princípio e aja conforme o seu próprio pensar. Nesse contexto, o indivíduo precisa, ao usar a máxima esclarecida, “procurar em si mesmo a suprema pedra de toque da verdade”, como argumenta o filósofo no ensaio publicado em 1786, intitulado “O que significa orientar-se pelo pensamento”. Nesse texto, Kant afirma que o ato de pensar por si mesmo significa procurar em si próprio a suprema pedra de toque da verdade (isto é, em sua própria razão), e o filósofo ainda afirma que a máxima que manda pensar sempre por si mesmo é o Esclarecimento (*WDO*, AA 08: 330n).

Similarmente, na *Crítica da faculdade do juízo*, Kant concebe o Esclarecimento como uma das máximas do entendimento humano comum: ele seria o princípio subjetivo de “pensar por si mesmo”, “a máxima da maneira de pensar *livre de preconceito*” (*KU*, AA 05: 158f). Ainda de acordo com as considerações do pensador em sua terceira *Crítica*, a *Aufklärung*

É a máxima de uma razão jamais passiva. A propensão a esta, por conseguinte a heteronomia da razão, chama-se *preconceito*; e o maior de todos eles é o de representar-se a natureza como não submetida a regras que o entendimento por sua própria lei essencial põe-lhe como fundamento, isto é, *superstição*. Libertar-se da superstição chama-se *Esclarecimento* [*Befreiung vom Aberglauben heißt Aufklärung*]. (*KU*, AA 05: 158f).

É interessante examinar a forma como Kant aborda essa questão, pois aqui surge algo importante: ser refém da heteronomia da razão, isto é, não ser de fato autônomo no que tange ao uso do seu entendimento significa fazer uso de preconceitos em sua comunicação e em sua vida prática como um todo. E o maior dos preconceitos, que é também visto como superstição, está ligado a uma ideia exposta mais objetivamente no opúsculo publicado em 1784 sobre a *Aufklärung*. Nele, Kant fala, claramente, acerca da necessidade de usar o entendimento, e aqui, na terceira *Crítica*, temos a ideia de que essa superstição diz respeito “a representar-se a natureza como não submetida a regras que o entendimento por sua própria lei essencial põe-lhe como fundamento” (*KU*, AA 05: 158f).

Com efeito, se examinarmos o que Kant nos diz na *Crítica da razão pura*, vemos que nessa obra o filósofo sustenta que o entendimento é uma “faculdade das regras”. Assim, enquanto a sensibilidade dá-nos formas, o entendimento provê as regras (*KrV*, A 126). Nesse contexto relacionado ao Esclarecimento, por sua vez, observa-se que a maior das superstições diz respeito a não levar em consideração as regras para pensar retamente sobre determinada espécie de objetos no uso particular do entendimento (*KrV* A 52, B 76). E esse equívoco se dá porque os indivíduos não usam o entendimento, o qual, nas palavras de Kant, pode ser sintetizado da seguinte forma:

O entendimento não é, portanto, simplesmente, uma faculdade de elaborar regras, mediante comparação dos fenômenos; ele próprio é a legislação para a natureza, isto é, sem entendimento não haveria em geral natureza alguma, ou seja, unidade sintética do diverso dos fenômenos segundo regras; na verdade, os fenômenos, como tais, não podem encontrar-se fora de nós, mas existem apenas na nossa sensibilidade. A natureza, porém, como objeto do conhecimento numa experiência, com tudo o que pode conter, é apenas possível na unidade da apercepção. [...] Todos os fenômenos, como experiências possíveis, residem, pois, *a priori* no entendimento e recebem dele a sua possibilidade formal, da mesma maneira que, como simples intuições, residem na sensibilidade e apenas são possíveis por ela, quanto à forma. (*KrV*, A 126-127).

O que se percebe na esfera do Esclarecimento kantiano é que há uma orientação ou, ainda, uma exortação no sentido de que seja usado, de fato, o entendimento no lugar da mera recepção de ideias destituídas de reflexão. Nesse sentido, em detrimento da passividade, é preciso que os sujeitos exercitem a “espontaneidade” que está associada ao entendimento; é fundamental que os seres humanos tenham coragem de fazer esse uso.

Nesse contexto explicativo, por assim dizer, é interessante destacar que essas questões relacionadas ao Esclarecimento parecem corroborar o fato de que, por mais que seja possível obter uma compreensão do tema da *Aufklärung* na ausência de certos conceitos desenvolvidos por Kant, é indubitável que a filosofia crítica kantiana fornece ferramentas indispensáveis para o entendimento mais profundo desse processo de Esclarecimento. Enfrentar esse tema sem o que Kant nos traz é como ter acesso à ponta de um iceberg. Sob esse viés, é o dialogismo presente entre o Esclarecimento e as concepções teórico-crítico-kantianas que permitem conhecer o que está abaixo da superfície desse material. E é imprescindível ter acesso a essa concepção mais ampla para, além de ter uma noção mais aguda do que é essa concepção de *Aufklärung* nesse contexto, não fazer uso de determinados “preconceitos” para se pensar a respeito desse tema.

No *Manual dos cursos de lógica geral*, Kant destaca que os preconceitos <Vorurteile> são “juízos provisórios tomados como proposições fundamentais, princípios” (*Log*, AA 09: AK 75). Os preconceitos, ou mesmo, os prejudgamentos, nesse sentido, são vistos como princípios de juízos errôneos. Observa-se que, ao abordar esses elementos, entende-se um pouco mais a respeito do que seria pensar de forma esclarecida. Na verdade, para o filósofo, ser afetado pelos fenômenos passivamente e ser refém de uma razão que não é a nossa, isto é, ser refém de outras motivações é algo que gera preconceitos. E a questão aqui é libertar-se tanto desses juízos errôneos quanto das superstições que são criadas quando não fazemos uso real do nosso entendimento. O importante, nessa perspectiva, é libertar-se tanto dos novos quanto dos antigos preconceitos, os quais, como Kant destaca, só servem de rédeas para conduzir a grande massa destituída de pensamento (*WA*, AA 08: 484).

Percebe-se, ainda de acordo com o que Kant apresenta na *Lógica*, que pensar levando em consideração os preconceitos está correlacionado à falta de reflexão, uma vez que, pela ausência desta, fundamentos subjetivos são falsamente tomados como objetivos. E isso para o filósofo seria um grande equívoco, porque a reflexão e esse cuidado com os fundamentos devem preceder todo ato de julgar (*Log*, AA 09: AK 76), ato este que por si só é também ligado ao próprio entendimento, uma vez que, conforme Kant, na *Crítica da razão pura*, o entendimento em geral pode ser representado como uma faculdade de julgar (*KrV*, A69, B94)<sup>42</sup>.

Como afirma Alexandre Morujão, para Kant, “saber o que são as coisas obriga, pois, ao concurso da sensibilidade e do entendimento” (2013, p. XIII). Assim, para realmente ter acesso ao mundo sensível e compreendê-lo, subjaz uma ideia de que é preciso usar as faculdades de conhecimento de que dispomos. Nesse sentido, é fundamental utilizar, junto à sensibilidade, o nosso entendimento. A primeira, como postula Kant, nos fornece a intuição; a segunda, o conceito. E uma das maiores exortações kantianas no âmbito do Esclarecimento é que não se prescindia do uso autônomo do entendimento, que usemos o nosso conhecimento e pensemos sobre o mundo.

---

<sup>42</sup> Conforme Kant enuncia na *Crítica da razão pura*: “o entendimento em geral pode ser representado como uma faculdade de julgar. Porque, consoante o que ficou dito, é uma capacidade de pensar.” (*KrV*, A69, B94).

Essa exortação, em certa medida, se correlaciona ao aspecto epistemológico do Esclarecimento kantiano e, de certo modo, aponta para o fato de que os indivíduos precisam usar a faculdade de pensar os dados que nos são fornecidos pela sensibilidade. Desse modo, em detrimento da passividade ou da mera receptividade dos conteúdos, que é afastada por Kant nessa discussão, busca-se a espontaneidade. Em outras palavras, pode-se dizer que há uma orientação no sentido de que o sujeito use ele mesmo a sua faculdade de produção das representações a respeito do mundo.

Pensar de modo ativo, como preconiza a *Aufklärung* kantiana, pode ser visto, então, como a capacidade de conhecer por meio de conceitos, conhecer discursivamente, usando para tal uma capacidade natural do sujeito, uma vez que não se trata de algo que vai além da capacidade dos seres humanos. Nesse sentido, não há a necessidade de que o sujeito tenha aptidões além da normalidade para fazer uso da sua aptidão, por assim dizer, epistemológica.

Ainda que, na perspectiva kantiana, seja ressaltado que o entendimento – que permite o pensamento a respeito do mundo por meio da representação via conceitos – tem suas limitações sensíveis, uma vez que o indivíduo no campo da experiência possível não pode ter acesso à coisa em si<sup>43</sup>, é fundamental observar que esse entendimento, mesmo limitado, pode permitir o acesso ao conhecimento da realidade sensível que circunda os sujeitos e, assim, pode criar, de fato, condições para que novos conhecimentos sejam apresentados, para que novos saberes sejam originados. Assim, mais do que estar meramente apto a receber passivamente os dados que o mundo fenomênico nos apresenta, na proposta kantiana de *Aufklärung* há uma exortação no sentido de que o sujeito aja *espontaneamente* e tenha a capacidade de construir o seu saber. Nesse sentido, como destaca Morujão, no prefácio da *Crítica da razão pura*,

O saber não consiste na recepção dos dados, mas numa construção no pleno sentido da palavra. O eu não é, portanto, tábula rasa, mas atividade. O saber não é atribuído ao espírito humano finito, como tal, mas ao pensamento absoluto ou razão e, assim, o mundo converte-se em automanifestação do pensamento. (MORUJÃO, 2013, p. XXII).

---

<sup>43</sup> Conforme Kant, na *Crítica da razão pura*, “a sensibilidade e o seu campo, a saber, o campo dos fenômenos, estão limitados pelo entendimento, de tal modo que não se estendem às coisas em si mesmas, mas apenas à maneira como nos aparecem as coisas, graças à nossa constituição subjetiva.” (*KrV*, A 251).

Muita afinada com essa necessidade de construção do saber e do conhecimento, a *Aufklärung* kantiana, no sentido epistemológico, como podemos ver, aponta para uma construção – e isso é algo que está no cerne da proposta crítica kantiana e, por consequência, no idealismo crítico proposto pelo filósofo. Esse idealismo, na verdade, sustenta que o espírito intervém ativamente na elaboração do conhecimento e que o real, para nós, é resultado de uma construção. E o Esclarecimento, nesse contexto, estabelecendo uma ponte com essa concepção, mostra que é preciso que, em detrimento de uma postura meramente passiva diante do mundo, os indivíduos, em vez de serem meros expectadores, sejam ativos na construção de seu conhecimento e de certo modo do seu mundo.

A concepção de Esclarecimento no âmbito kantiano apresenta, no âmbito da ideia de revolução no modo de pensar, a consideração em relação a algumas máximas, ou seja, ela toma como essencial o uso de princípios subjetivos. E estes, na perspectiva desse conceito de *Aufklärung*, propõem que o sujeito pense por si mesmo e que não use máximas viciadas e eivadas de preconceito na comunicação com outros seres humanos. Sob esse viés, o Esclarecimento kantiano aponta também para a necessidade de, em nossas interações, observarmos com mais acuidade, além do princípio de pensar autonomamente, o contato comunicacional com as outras pessoas.

É interessante perceber que esse contato, pressuposto no âmbito do Esclarecimento, parece possuir um componente ético envolvido. E isso pode ser pensado porque estar em comunicação com outros sujeitos parece implicar a consideração em relação àquilo que é apresentado nessa interação. Dessa maneira, vê-se que, mesmo na perspectiva dotada de um teor mais epistemológico, o aspecto moral está presente – e não está tão somente porque fazemos uso da nossa autonomia, que já podia ser um indício dessa imbricação, mas, sobretudo, porque, quando nos colocamos em comunicação com os outros, é fundamental que observemos o que é apresentado nessa interação e quais princípios subjetivos, de fato, orientam a nossa comunicação.

A proposta kantiana de *Aufklärung* aponta de forma bastante interessante para um aspecto dialógico, no sentido de que toda essa ideia de pensamento por si mesmo não fica circunscrita meramente à esfera privada. Na verdade, como o filósofo coloca, é na esfera pública que manifestamos esse conteúdo, levando em consideração a comunicação com outras pessoas. Pensando no que Kant expõe na *Lógica*, é fundamental que, ao pensarmos por nós mesmos, usando uma máxima esclarecida, consigamos nos transportar até outros

pontos de vista, por meio da utilização do que o filósofo chama de uma máxima ampla. Isso seria, em suma, pensar criticamente.

Ao observar essa ideia de pensamento alargado tendo em vista essa questão do Esclarecimento, Hannah Arendt, em suas *Lições sobre a filosofia política de Kant*, afirma que “o pensamento crítico é possível apenas à medida que os pontos de vista dos outros estão abertos à inspeção. Desse modo, o pensamento crítico, embora seja uma ocupação solitária, não se separa de ‘todos os outros’”. (ARENDR, 1994, p. 45). E é essa ideia que subjaz nesse pensamento cultivado, por assim dizer, no âmbito do Esclarecimento.

Além de estar diretamente ligado à ideia do que é de fato filosofar, como pontua Kant na obra *O conflito das faculdades*, uma vez que o ato de filosofar está relacionado a esse exercício de se colocar na esfera pública e dialogar<sup>44</sup>, esse movimento do pensamento crítico no espaço público é muito importante para a questão social, uma vez que, para que seja possível a convivência com outros pontos de vista em regimes de governo democráticos e mesmo para o respeito em relação aos outros seres humanos e o que eles pensam, usar essas máximas seria fundamental. Esse desenvolvimento, como se percebe, está ligado de forma muito forte a outros. Nesse sentido, vê-se que o filósofo aponta para a necessidade de promoção por parte dos governos de um espaço para que esse tipo de interação respeitosa e autônoma ocorra. E esse espaço envolve não só a liberdade para que as pessoas possam se expressar publicamente, mas principalmente um *locus* para que elas possam iniciar, por meio de uma formação crítica, o seu caminho processual e revolucionário no âmbito do Esclarecimento. Nesse sentido, há também a necessidade de se repensar a educação, para que ela promova e crie, de fato, um espaço para o desenvolvimento do Esclarecimento.

---

<sup>44</sup> Para saber mais sobre essa concepção, ver: BUENO, 2015. Segundo a pesquisadora Vera Cristina Andrade Bueno, é no *Conflito das faculdades* que Kant atribui à faculdade de filosofia o lugar, por excelência, em que a razão pode se manifestar livremente e exercer sua autonomia. Nela, os professores e alunos treinam de tal modo que, por meio das habilidades adquiridas, podem se empenhar para que a razão não sirva só de meio para que se alcance outros objetivos que não são primordialmente os seus, como acontece com as outras faculdades, mas que desenvolva a si mesma como fim. Em função dessa atribuição, Rauscher se refere à faculdade de filosofia como sendo o lugar da institucionalização da razão. (BUENO, 2015, p. 169).

### 3.3 EDUCAÇÃO, POLÍTICA E O FIM ÚLTIMO DA HUMANIDADE

Em algumas passagens textuais presentes nas *Lectures on ethics*, assim como o filósofo sustenta em outras obras, é possível perceber que, para Kant, o destino da raça humana pressupõe o pleno desenvolvimento dos indivíduos rumo à perfeição moral<sup>45</sup>. E essa destinação, de acordo com o filósofo, só será alcançada por meio de um elemento que sempre surge como algo fundamental para Kant: a liberdade humana.

Em sua argumentação, Kant mostra que cada um dos seres humanos deve fazer a sua parte em prol do alcance dessa destinação futura. A grande questão é que o filósofo sabe que, ao longo do tempo, pouco foi avançado nesse sentido. Por isso, quando se pergunta a respeito do quanto a raça humana progrediu nesse caminho, Kant responde:

Se olharmos para a parte mais esclarecida do mundo, vemos os vários Estados armados até os dentes, afiando suas armas em tempos de paz, um contra o outro. As consequências disso são tais que impedem nossa abordagem do fim universal da perfeição. (*V-Mo/Collins*, 27: 471, tradução nossa).<sup>46</sup>

Assim como argumenta na obra *O conflito das faculdades* (*SF*, AA 07: 158f), Kant destaca que os Estados e, logicamente, seus governantes se preocupam muito mais com o aspecto bélico ou mesmo com a soberania armamentista do que necessariamente com o desenvolvimento integral dos seus cidadãos. Consequente a isso, vê-se que aqueles que poderiam trazer um impulso para o desenvolvimento humano são os mesmos que acabam desvirtuando as necessidades republicanas em prol de caprichos “menores”. Diante desse cenário praticamente aporético, Kant, no âmbito dessas lições sobre ética ministradas na década de 1780 na Universidade de Königsberg, quando responde à questão a respeito da esperança para mudar essa situação, aponta para uma solução que tem na formação uma importância central. Assim, nas palavras do filósofo, a esperança na reversão desse cenário está “na educação, e em nada mais” (*V-Mo/Collins*, 27: 471)<sup>47</sup>.

---

<sup>45</sup> De acordo com Kant, “the ultimate destiny of the human race is the greatest moral perfection” (*V-Mo/Collins*, 27: 470).

<sup>46</sup> No original, lê-se: “If we look at the most enlightened portion of the world, we see the various States armed to the teeth, sharpening their weapons in time of peace the one against the other. The consequences of this are such that they block our approach to the universal end of perfection.” (*V-Mo/Collins*, 27: 470).

<sup>47</sup> No original, lê-se: “In education, and in nothing else” (*V-Mo/Collins*, 27: 471).

Da mesma forma que ressalta na obra *Sobre a Pedagogia*, quando afirma que, “na educação actual, o homem não alcança a finalidade da sua existência” (*Päd*, AA 09: A 10), Kant observa em suas lições que a educação “atual”, além de ser muito falha, não consegue formar as pessoas em sentido mais amplo, por essa razão ela deve ser adaptada para todos os fins da natureza, tanto civil quanto doméstica<sup>48</sup>.

Com efeito, como percebemos em outros momentos desta pesquisa, há por parte de Kant a crença de que a educação não diz respeito tão somente às habilidades científicas ou técnicas, por assim dizer, mas também está correlacionada com a educação do caráter, a qual visa à formação no campo da moral. Essa, aliás, é uma questão central para Kant, uma vez que, para o filósofo, há a ideia de que nas escolas os estudantes precisam ser ensinados a, além de desenvolver a sua autonomia intelectual, também caminhar no sentido da formação do caráter moral. Contudo, como constata o pensador ao examinar o estado da educação em seu tempo, “nós nos preocupamos mais com habilidades do que com as disposições para usá-las bem” – e essa é certamente uma crítica válida até hoje em vários âmbitos educacionais, uma vez que há um interesse muito expressivo em relação às habilidades, sem necessariamente haver um debate mais profundo e bastante necessário a respeito dessas faculdades.<sup>49</sup> Assim, como pontua o filósofo na obra *Sobre a pedagogia*, “o homem pode ser ou meramente adestrado, amestrado, instruído mecanicamente, ou ser realmente esclarecido.” (*Päd*, AA 09:20). A questão que fica, diante disso, é como trazer à tona uma educação que vise menos ao adestramento e à instrução mecânica em prol de um verdadeiro Esclarecimento.

Como vimos ao longo desta dissertação, o projeto kantiano de Esclarecimento é um processo que envolve não apenas a autonomia epistemológica e ética, mas também o desenvolvimento e a formação dos homens. E tudo isso está correlacionado de forma muito forte com a educação e, certamente, com aqueles que, em tese, deveriam propiciar as condições para que as pessoas sejam educadas na sociedade, ou seja, os governos. O problema é que, como Kant observa em seu tempo – e que de certa forma diz muito ainda a respeito do nosso momento histórico:

---

<sup>48</sup> No original: “education must to be adapted to all the ends of the nature, both civil and domestic” (*V-Mo/Collins*, 27: 471).

<sup>49</sup> Conforme Kant, “we care more for skill than for the disposition to use it well”. (*V-Mo/Collins*, 27: 471).

Até agora, nenhum príncipe contribuiu de maneira alguma para a perfeição da humanidade, para a felicidade interior, para o valor da humanidade; todos eles olham sempre e apenas para a prosperidade de seus próprios países, tornando essa a sua principal preocupação.<sup>50</sup> (*V-Mo/Collins*, 27: 471).

Essa crítica que Kant faz, nesse ponto de suas *Lições*, é interessante, pois, diferentemente do que apresenta em outras reflexões sobre o mesmo tema, nas quais é perceptível divisar elogios a Frederico, o Grande, nessa passagem textual não existe uma visão positiva relacionada àqueles que detêm o poder político. Assim, em detrimento dessa busca por melhorar a humanidade e seu valor, os governantes, para Kant, de maneira geral, acabam sempre se voltando à sua própria prosperidade, promovendo a desvalorização de questões que não coadunem com seus interesses e valores.

Na obra *Sobre a pedagogia*, Kant afirma muito afinado às ideias que ele desenvolve a respeito da *Aufklärung* que “o gênero humano deve desenvolver todas as disposições naturais da humanidade, gradualmente a partir de si, através do seu próprio esforço.” (*Päd*, AA 09: 10). Só que, ainda que tenha que fazer essa caminhada tendo em vista o seu próprio esforço, o homem precisa de cuidados e de uma formação – e esta última, segundo o filósofo, compreende tanto a parte instrucional, quanto a disciplina<sup>51</sup>.

No ensaio “O que significa orientar-se pelo pensamento”, Kant explicita de forma muito clara que só por meio da educação é possível estabelecer o Esclarecimento. Nesse ensaio, o filósofo diz que “a educação é o modo de estabelecer a *Aufklärung* em indivíduos particulares” (*WDO*, AA 08: 330n). Nota-se que subjaz nessa apresentação um apontamento por parte do filósofo para uma educação que busca fazer com que o sujeito, de fato, use a sua autonomia e pense por si mesmo, além de ter no espaço público a chance de colocar para os outros indivíduos o que ele pensa e ouvir, em contrapartida, também dos outros indivíduos o que eles têm a dizer. Fazendo, de certo modo, um resgate muito interessante da ideia do diálogo socrático com a comunicabilidade no âmbito dessa *Aufklärung*, Kant deixa claro que só assim, por meio do diálogo, por meio da

---

<sup>50</sup> So far no prince has contributed one iota to the perfection of mankind, to inner happiness, to the worth of humanity; all of them look ever and only to the prosperity of their own countries, making that their chief concern. (*V-Mo/Collins*, 27: 471).

<sup>51</sup> Sobre a disciplina, Kant diz: “disciplinar significa procurar dizer impedir que a animalidade prejudique a humanidade, tanto no homem individual quanto no social. A disciplina é, pois, a mera doma da condição selvagem”. (*Päd*, AA 09).

comunicação que se dá com a presença da liberdade de pensamento é que o sujeito pode de fato fazer algo em prol do seu desenvolvimento e também os outros.

Um ponto que Kant destaca ainda nesse contexto é que “é por conseguinte fácil em indivíduos particulares estabelecer o Esclarecimento mediante a educação: deve-se apenas começar cedo e habituar os jovens espíritos a esta reflexão.” (*WDO*, AA 08: 330n). O problema para o filósofo estaria no fato de esclarecer uma época, visto que “é muito penoso e demorado, porquanto encontram-se muitos obstáculos exteriores que em parte proíbem esta espécie de educação e em parte dificultam-na.” (*WDO*, AA 08: 330n). Kant, como se vê neste ensaio, não aprofunda a respeito do que são esses obstáculos que tanto proíbem quanto dificultam o Esclarecimento, mas, pelo que o filósofo desenvolve em outras obras, dá para se ter alguma pista do que é de fato essa dificuldade.

O fato é que, no geral, quando trata a respeito de educação, Kant deixa claro que esse processo não é rápido. Por isso até surpreende que ele diga que em indivíduos particulares é mais fácil estabelecer o Esclarecimento. Talvez até seja, mas o problema é encontrar professores que tenham conseguido se educar de fato e, claro, se esclarecer para isso. Mais difícil ainda talvez seja obter as condições governamentais que permitam que as crianças e o público em geral se habituem a pensar de forma esclarecida e possam de fato exercitar esse pensar crítico e a liberdade ao longo de suas vidas. Como diz o filósofo,

Justiça e equidade, a autoridade, não dos governos, mas da consciência dentro de nós, governarão o mundo. Este é o fim final destinado, a mais alta perfeição moral à qual a raça humana pode alcançar; mas a esperança disso ainda está distante; levará muitos séculos até que possa ser realizado. (*V-Mo/Collins*, 27: 471)<sup>52</sup>

Percebe-se que Kant não se mostra muito confiante em relação à autoridade dos governos. Sua crença está na autoridade da consciência da lei moral presente em cada um dos seres humanos, como o filósofo sustenta. E esse governo da autoridade racional que levaria à perfeição moral dos homens é algo que, por mais que exista uma crença de que isso um dia pode acontecer, como Kant deixa claro ainda vai demorar muito.

---

<sup>52</sup> No original: “Justice and equity, the authority, not of governments, but of conscience within us, will then rule the world. This is the destined final end, the highest moral perfection to which the human race can attain; but the hope of it is still distant; it will be many centuries before it can be realized.” (*V-Mo/Collins*, 27: 471).

### 3.4 BREVES REFLEXÕES SOBRE O ESCLARECIMENTO CONTEMPORÂNEO

Como vimos ao longo desta dissertação, o Iluminismo, enquanto movimento intelectual europeu, tinha na defesa da razão e do conhecimento e na promoção dos ideais de liberdade, respeito ao indivíduo e na autonomia alguns dos seus aspectos mais importantes. A concepção de que era necessário trazer luz, por meio da razão, e iluminar as trevas produzidas pela irracionalidade para repensar aquele momento da história era fundamental para a ideologia iluminista. E certamente muitas das concepções de Esclarecimento, como tempo histórico ou não, passam também por essa questão.

Em um texto publicado na revista *Der Teusche Merkur*,<sup>53</sup> no ano de 1789, o poeta e tradutor iluminista alemão Christoph Wieland apresenta uma reflexão a respeito da *Aufklärung* e, em termos muito “iluministas”, por assim dizer, diz que ela, de fato, será reconhecida:

Quando tudo se tornar mais brilhante; quando o número de pessoas que pensam, inquiram e trazem luz se tornar cada vez maior, e quando, em particular, a massa de preconceitos e ilusões se tornar visivelmente cada vez menor na classe de pessoas que têm mais a ganhar com a ausência de Esclarecimento; quando a vergonha da ignorância e da irracionalidade, o desejo de conhecimento útil e nobre, e especialmente quando o respeito pela natureza humana e seus direitos em todas as classes aumentar sem que se perceba. (WIELAND, 1996, p. 75).

Nota-se, a partir dos termos usados por Wieland, que esse Esclarecimento do qual o poeta fala só seria realmente reconhecido quando, de fato, aumentasse o número de pessoas que usam seu entendimento ou mesmo quando diminuíssem os preconceitos e as ilusões. Ainda sob essa perspectiva, esse Esclarecimento seria atestado quando a repulsa pela irracionalidade, o respeito pela natureza humana e os direitos de todas as classes de fato aumentassem.

---

<sup>53</sup> No original: “When everything becomes brighter; when the number of thinking, inquiring, light-bringing people becomes ever greater, and when, in particular, the mass of prejudices and delusions becomes visibly ever smaller in the class of persons who have the most to gain from non-enlightenment; when the shame for ignorance and unreason, the desire for useful and noble knowledge, and especially when the respect for human nature and its rights in all classes increases unnoticed.” (WIELAND, 1996, p. 75).

Ora, esses valores que são apresentados em vários textos da Era da Ilustração convergem em muitos momentos para a ideia de formação de uma sociedade que, por meio do uso da razão, iria melhorar-se exponencialmente. Contudo, muito embora o conhecimento da técnica e o uso de ferramentas como o entendimento e a autonomia tenham ajudado os seres humanos em muitos âmbitos ao longo dos anos, percebe-se que a maior parte dos ideais do Esclarecimento não conseguiu de fato se sobressair e atingir a universalidade que esse processo e também esse movimento buscava. Por causa dessas aporias, críticas muito interessantes a respeito da ausência de realização dos ideais da Ilustração e, sobretudo, do próprio processo racional da *Aufklärung* são divisadas em escritos de vários pensadores contemporâneos.

Adorno e Horkheimer (2006), na obra *Dialética do Esclarecimento*, procuram mostrar que o conceito de *Aufklärung* há muito tempo está entre nós. Desde a filosofia antiga dos gregos, o conceito passou, segundo os teóricos, pelo Renascimento, chegou ao seu auge no Iluminismo, sobretudo com a problematização de Kant, e ainda hoje, na contemporaneidade, está presente, dotado de uma importância central.

Ainda que não pretendamos, pelo menos agora, fazer nenhuma abordagem mais profunda a respeito do Esclarecimento em nossos dias, até porque esse exercício demanda outra pesquisa, observamos que é fundamental pensar, ainda que brevemente, sobre essa questão, uma vez que não há como pensar no Esclarecimento sem também olhar para o presente.

Adorno e Horkheimer, na *Dialética do Esclarecimento* (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 45), argumentam que o Esclarecimento, na contemporaneidade, constrói um espaço de contradição. E isso é perceptível, segundo os teóricos, a partir de um dos fundamentos do próprio Iluminismo: o retorno a si mesmo. Na verdade, para Adorno e Horkheimer, devido à ausência de um retorno metacrítico a si mesmo, o Esclarecimento na contemporaneidade acabou abdicando da sua própria realização. Assim, com essa abdicação, foi criado um espaço problemático fomentado pelas contradições da própria *Aufklärung*. E isso acabou gerando, como aponta Adorno em outro texto, um processo contraditório, no qual progresso e regresso, por exemplo, são simplesmente idênticos (ADORNO, 2011, p. 77).

Como vimos ao longo desta dissertação, um dos movimentos presentes no Iluminismo diz respeito a uma necessidade metacrítica de se questionar, de voltar a si mesmo e propor uma análise racional de certas concepções. Esse tipo de movimentação

pode ser visto, por exemplo, no prefácio da primeira edição da *Crítica da razão pura*, quando Kant afirma que sua época não se deixa seduzir por um saber aparente e que, por isso, existe “um convite à razão para de novo empreender a mais difícil das suas tarefas, a do conhecimento de si mesma” (*KrV*, A XI).

Essa necessidade metacrítica, como se depreende em muitos momentos, tem como horizonte a própria reflexão a respeito de si e a manifestação prática de processos que foram aventados no próprio processo metacrítico. Ou seja, há um aspecto teórico envolvido, existe também uma submissão ao pensamento crítico, mas posteriormente deveria haver, certamente, uma passagem dos ideais, por assim dizer, para o plano prático de fato. O problema é que essa última etapa em muitos momentos – talvez na maior parte deles – não aconteceu. Assim, nem tudo que foi pensado ou mesmo “idealizado” se realizou. E essa ausência de concretização que é percebida no âmbito do Esclarecimento gerou um *locus* que não permitiu que os valores mais caros desse processo fossem externalizados. Sob essa perspectiva, enquanto processo racional que se dá por meio do emprego da razão, o Esclarecimento acabou ficando apenas na teoria e no âmbito da mera apologia da razão, sem se dirigir, de fato, ao mundo prático.

Para Adorno e Horkheimer, o Esclarecimento que temos na contemporaneidade apresenta-se como algo sem conciliação, emaranhado em uma dialética negativa que, sendo em essência aporética, não encontra uma síntese. Na verdade, nesse *locus* paradoxal não se tem a resolução das contradições entre oposições, mas sim a permanência e a manutenção dessas divergências. Falando a respeito do “mundo esclarecido”, Adorno e Horkheimer ressaltam a forma como a alienação dos homens foi intensificada e como suas relações, com os outros e consigo próprios, foram mistificadas no âmbito desse Esclarecimento da contemporaneidade. Assim, para os dois pensadores,

O preço da dominação não é meramente a alienação dos homens com relação aos objetos dominados; com a coisificação do espírito, as próprias relações dos homens foram enfeitiçadas, inclusive as relações de cada indivíduo consigo mesmo. [...] O animismo havia dotado a coisa de uma alma, o industrialismo coisifica as almas. (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 35).

Essa constatação presente na argumentação dos filósofos é importante, nesse ponto da nossa reflexão, para que seja possível observar algo que é salientado em obras de outros pensadores contemporâneos. Com efeito, uma das pedras de toque do Esclarecimento, seja na contemporaneidade ou mesmo na antiguidade, repousava na ideia

de que ele se daria por meio da razão. Para que essa razão realmente tivesse força, desde a antiguidade, surgiu a necessidade de promover uma cisão entre mito e *logos*. Sem essa separação, foi aventado que não haveria como o Esclarecimento triunfar. O grande problema é que, na ânsia de se desmitologizar, o mundo esclarecido não percebeu que a mitologia o invadia de outros modos. Ironicamente, detendo-se nessa questão, Adorno e Horkheimer afirmam que “a mitologia invadiu a esfera profana” (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 35). E o adjetivo “profano” aqui, pensamos, é bastante realista, além de sardônico, porque se trata de uma invasão em mundo que seria chamado por muitos de “sacro”, mas que é, por tudo que o caracteriza, sobretudo hoje, ímpio, blasfemo e, verdadeiramente, profanador. O fato é que, no afã de se extirpar as mitologias, outras mais perigosas foram criadas na contemporaneidade, invadindo de modo radical esse espaço que apologeticamente demandava “iluminação” e “clareza”.

No artigo escrito em 1961, intitulado “Chegando ao inconsciente”, Carl Gustav Jung faz uma crítica a respeito da mudança de pensamento ocorrida após o século XVIII, uma importante herança do Iluminismo. Jung chama atenção para a “superstição” do homem moderno enraizada no lema “querer é poder”. E é interessante mais uma vez notar o paradoxo percebido pelo psicólogo: mais uma vez, na ânsia de se livrar de todas as “superstições” (e esta, como sabemos, é uma palavra bastante emblemática para a Ilustração), o homem moderno criou ou chamou para si outras superstições e ilusões, sem notar. Dessa forma, como mostra Jung:

Para sustentar essa crença, o homem contemporâneo paga o preço de uma incrível falta de introspecção. Não consegue perceber que, apesar de toda a sua racionalização e eficiência, continua à mercê de “forças” fora de seu controle. Seus deuses e demônios absolutamente não desapareceram; têm apenas novos nomes. (JUNG et al., 2016, p. 103, grifos do autor).

A crítica de Jung diz respeito à questão do inconsciente, tanto que o psicólogo várias vezes ressalta a diferença entre o homem primitivo governado pelos instintos e o homem racional que aprendeu a se controlar (JUNG et al., 2016, p. 59). Não obstante, há junto a essa crítica acerca da mentalidade e da psicologia modernas uma clara refutação a essa ideia de divórcio entre o irracional e o racional; cisão esta que se propaga desde os gregos antigos e que atingiu seu ápice com as doutrinas racionalistas da era moderna, sobretudo a partir de Descartes e, claro, a partir de Kant.

Emblemática e fundamental para a ideologia do Iluminismo, a razão foi abordada por Immanuel Kant de uma forma bastante especial para a sua época. Segundo Habermas, “Kant realizou sua crítica da razão da perspectiva da própria razão, a saber, na forma de uma autolimitação rigorosamente discursiva da razão” (HABERMAS, 2000, p. 421). Assim, por meio da submissão da razão àquilo que o filósofo prussiano denominou como “tribunal da crítica”, a pretensão ao conhecimento do suprassensível, suposta por inúmeros racionalistas dogmáticos, foi rechaçada por Kant, a partir do momento que o filósofo mostrou as capacidades e as limitações dessa razão. Mas, ainda assim, mesmo com seus limites postos em xeque, a ideia de que “a razão”, como colocado na *Crítica da razão pura*, “só entende aquilo que produz segundo os seus próprios planos; que ela tem que tomar a dianteira com princípios, que determinam seus juízos segundo leis constantes e [que] deve forçar a natureza a responder às suas interrogações em vez de se deixar guiar por esta” (*KrV*, B XIII) pode ter ajudado, ao longo do tempo, junto com outras inúmeras problematizações, a ver essa mesma razão como um elemento a ser exaltado – e, certamente, aquele que a usa também. Nessa perspectiva, é esse mesmo apreço à razão que fez aumentar a vergonha em relação à irracionalidade, equiparada à ignorância, como coloca Christoph Wieland (WIELAND, 1996, p. 75) em sua reflexão sobre o Esclarecimento, por exemplo.

Como observa Habermas, na obra *O discurso filosófico da modernidade*, Kant, em sua filosofia, substitui o conceito de razão da tradição metafísica dogmática por outro, que apresenta “uma razão cindida em seus momentos, cuja unidade não tem mais que um caráter formal”. (HABERMAS, 2000, p. 28). O problema, contudo, é que essas cisões não são vistas pelo filósofo. Assim, como Habermas observa, Kant não considera como cisões as diferenciações no interior da razão, “nem as divisões formais no interior da cultura, nem em geral a dissociação dessas esferas. Por esse motivo, Kant ignora a necessidade que se manifesta com as separações impostas pelo princípio da subjetividade”. (HABERMAS, 2000, p. 30) E essa é uma questão que, no âmbito da contemporaneidade, precisa ser pensada.

Com efeito, vários são os autores que criticaram o muro criado para afastar do mundo “esclarecido” qualquer ausência de razão. E essa crítica, certamente, é bastante válida porque a ficção de um mundo plenamente racional não se sustenta de fato no fenômeno, isso porque os próprios seres humanos não são assim. Como o próprio Kant sustenta, os homens agem pela influência de suas inclinações. Ainda que exista uma

proposta de educar essas mesmas inclinações e formar um caráter em prol de um sujeito que aja autonomamente segundo a lei da razão, é fato que essa criatura plenamente racional não existe. Contudo, mesmo não existindo no mundo sensível essa “pureza racional”, a cisão entre razão e irracionalidade foi ampliada e alimentada a partir do Renascimento e, sobretudo, a partir do estabelecimento das teorias racionalistas da era moderna.

Em *Dialética negativa*, Theodor Adorno argumentando acerca dessa cisão destaca que, enquanto o Esclarecimento progredia de maneira irresistível, a própria subjetividade foi arrastada para o interior do processo de desmitologização (ADORNO, 2009, p. 90). Nessa perspectiva, além de arrastar a subjetividade para essa fragmentação problemática entre mito e *logos*, o Esclarecimento também amalgamou o homem a um processo que o reduziu sem que ele se desse conta. Nas palavras do filósofo,

O Esclarecimento transcende sua autocompreensão tradicional. Ele não é mais desmitologização apenas enquanto *reductio ad hominem*, mas também inversamente enquanto *reductio hominis*, enquanto intelecção do engodo do sujeito que se estiliza como absoluto. (ADORNO, 2009, p. 160).

Desse modo, além de fomentar uma redução “ao” homem, o Esclarecimento promoveu a redução do indivíduo, sem que este parasse para refletir a respeito disso. Como denunciam Horkheimer e Adorno, mais do que ser um elemento que reduz e fragmenta a subjetividade, o Esclarecimento, devido à forma como foi se desenvolvendo, foi se convertendo, a serviço do presente, na total mistificação das massas (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 46). Sob os auspícios da contemporaneidade, tornou-se elemento criador de ilusões e cisões. Tornou-se, em suma, aquilo que ele dizia refutar. Na verdade, percebe-se, com a devida licença poética e psicológica, que o Esclarecimento se converteu ao longo do tempo naquilo que ele repudiava: tomou para si, falando de forma junguiana, aspectos fundamentais de sua própria sombra<sup>54</sup>, mas sem

---

<sup>54</sup> Na perspectiva da psicologia junguiana, a sombra diz respeito a aspectos que muitas vezes preferimos “não olhar muito de perto”. Trata-se de “tudo aquilo que o sujeito recusa reconhecer ou admitir e que, entretanto, sempre se impõe a ele, como, por exemplo, os traços de caráter inferiores ou outras tendências incompatíveis” (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2005, p. 843). “Quando uma pessoa tenta ver a sua sombra, ela fica consciente (e muitas vezes envergonhada) das tendências e impulsos que nega existirem em si mesma, mas que consegue perfeitamente ver nos outros” (JUNG et al., 2016, p. 222). Fazendo uma analogia com esse conceito da psicologia, percebe-se que o movimento interior do Esclarecimento acabou provocando um afastamento de seus impulsos e tendências mais primitivas em prol de uma racionalidade pura que não conseguiu se completar. Um total afastamento da irracionalidade foi tentado, sem a devida

necessariamente pensar ou refletir sobre isso, de modo que até hoje não se deu conta de que é necessário se repensar de forma mais profunda. E esse processo de mistificação sob a alcunha de Esclarecimento é algo que, infelizmente, está ligado a várias esferas da vida do ser humano.

Se, como diz Adorno, “a história do pensamento é, até onde é possível retroceder e acompanhá-la, dialética do Esclarecimento” (ADORNO, 2009, p. 106-107), e se esse é um elemento que está presente de modo inexorável na vida dos homens, é vital pensar sobre o Esclarecimento e promover sua autocrítica, por meio da reflexão. Nesse sentido, como destaca Habermas, “é simplesmente bom que se difunda hoje uma sensibilidade para a dialética do Esclarecimento, ou seja, para o fato de que um Esclarecimento tacanho precise se esclarecer acerca de si mesmo” (HABERMAS, 2011, p. 203). Contudo, é preciso observar que esse processo metacrítico não significa que o Esclarecimento, enquanto paradoxo, deixará de existir. Isso porque muitas vezes a autocrítica feita é, como diz Adorno, remetida a sínteses cristalizadas. E é preciso ir além dos atos meramente sintetizantes. Nas palavras do pensador alemão,

A autorreflexão do Esclarecimento não significa a sua revogação: é em nome do *status quo* atual que ela é corrompida até se tornar uma tal revogação. Mesmo a aplicação autocrítica do pensamento da unidade é remetida a conceitos, a sínteses cristalizadas. É preciso reverter a tendência dos atos sintetizantes, obrigando-os a refletir sobre aquilo que fazem ao múltiplo. Somente a unidade é capaz de transcender a unidade. (ADORNO, 2009, p. 137).

Como se percebe, é preciso reverter aquele momento em que a ideologia no âmbito da sociedade “progrediu a tal ponto que ela não é mais ilusão socialmente necessária e autonomia como sempre frágil, mas simplesmente como cimento: identidade falsa entre o sujeito e o objeto.” (ADORNO, 2009, p. 289). Eis aí, indubitavelmente, uma tarefa árdua, mas não menos necessária, sobretudo em tempos de polaridade extremada como os que vivemos ainda hoje.

Com efeito, quando se observa o que Kant coloca a respeito do Esclarecimento, é perceptível que suas considerações afinadas à sua proposta crítica podem ser pensadas ainda em nosso momento histórico. Mesmo com alguns problemas, elas têm muito a

---

percepção de que isso era praticamente impossível em um mundo povoado por seres complexos como os humanos.

dizer. Assim, diferentemente do que o filósofo alemão Arnold Karl Franz Gehlen<sup>55</sup> sintetizou ao afirmar que as “as premissas do Esclarecimento estão mortas, apenas suas consequências continuam em curso”, o processo que envolve a *Aufklärung* ainda tem muito a nos dizer e suas premissas ainda respiram, embora precisem, certamente, de muito tratamento. Nesse sentido, é fundamental repensar as falhas que o projeto de Esclarecimento apresenta, levando em consideração os problemas de nosso tempo e tentar propor algo que tente explicitar o que ele ainda apresenta de positivo, revertendo suas premissas duvidosas.

Kant, ao iniciar seu opúsculo sobre a *Aufklärung*, há mais de 200 anos, chama atenção para a necessidade que está na bandeira iluminista de promoção do conhecimento e do saber. Assim, *sapere aude*; ouse conhecer, não tenha medo de usar o seu próprio conhecimento, todas essas exortações são vistas como um lema de um tempo que, de certo modo, fazia do conhecimento, da razão, da ciência, da técnica elementos fundamentais. Hoje, em tempos contemporâneos difusos e diversos, em uma época de “modernidade líquida”, de “indústria cultural”, de “sociedade do cansaço”, de “era da informação”, vale-se perguntar o que Kant ainda tem a nos dizer com o seu projeto de Esclarecimento.

É fato que vivemos um momento bastante complicado na esfera pública, com o acirramento do cerceamento das liberdades discursivas, além de um aumento da desinformação, potencializado por estratégias que tem no uso de informações falsas, preconceitos, superstições sua base. Outrossim, temos um cenário que não valoriza o ponto de vista diferente, o contraditório. Assim, não existe a procura pela comunicação com o diverso, porque ele é, muitas vezes, visto como irracional. E assim, a sociedade doente em seu processo de regresso e progresso concomitante vive um impasse, com cada um dos lados se achando mais racional que o outro.

Certamente, retirar a razão e o pensamento desse cenário não é o ideal, até porque esses elementos são fundamentais para que o sujeito seja mais do que um mero reproduzidor ou receptor de juízos eivados de preconceitos e superstições. Como ressalta Habermas sobre esse tema, “o ‘logocentrismo ocidental’ não se deve a um excesso, mas a uma

---

<sup>55</sup> Esse posicionamento acerca do Esclarecimento é apresentado por Habermas, na obra *O discurso filosófico da modernidade* (HABERMAS, 2000, p. 6). A reflexão de Gehlen, por sua vez, está disponível em: GEHLEN, A. Uber kulturelle Kristallisation. In: *Studien zur Anthropologie und Soziologie*. Neuwied, 1963, p. 321.

escassez de razão” (HABERMAS, 2011, p. 205). E a ideia, nesse sentido, é entender a razão que está diante de nós hoje e fazer com que esse cenário de escassez no âmbito racional seja equilibrado.

O fato é que a atitude crítica e racional, proposta por Kant, a liberdade plural em vários âmbitos, com efeito, ainda são elementos fundamentais para permitir que o homem seja, de fato, capaz de buscar o Esclarecimento. Nesse sentido, é preciso, sim, ousar conhecer, buscar ampliar o repertório de nossos conhecimentos, apostar na formação das pessoas, mas é fundamental, além de ter senso crítico e submeter esse processo a uma análise cuidadosa, revertendo os processos que não deram certo, colocar o Esclarecimento de fato em prática, não apenas para alguns grupelhos escolhidos, mas para as pessoas no geral, que precisam ter a chance de pensar por si mesmas e perceber o que é o mundo a partir de suas próprias construções. Como destaca Habermas:

A filosofia e as ciências sociais podem contribuir para tornar acessíveis de novo as dimensões soterradas da razão – mais precisamente, por meio da força explorativa da própria razão. Elas podem ajudar a recolocar em movimento, na práxis cotidiana alienada, o jogo de conjunto paralisado do cognitivo-instrumental com o prático-moral e o estético-expressivo, como um móbil que estancou persistentemente. Se o paradigma da consciência é substituído pelo paradigma do entendimento, as análises pacientes podem tornar visível de novo o potencial de uma racionalidade não redutora, inserido nas ações comunicativas cotidianas. (HABERMAS, 2011, p. 205).

Assim, o cenário da *Aufklärung*, mergulhado ainda em um paradoxo, parece ainda ter salvação. E esse resgate demanda um esforço metacrítico racional, o qual parte da própria razão enquanto elemento que aponta para a comunicabilidade externa e interna para se entender por meio de sua própria atuação. Vemo-nos, assim, às voltas com a necessidade metacrítica.

## CONCLUSÃO

Na edição de dezembro do ano de 1784 do *Berlinischen Monatsschrift* veio a público o opúsculo de Immanuel Kant que buscava responder à questão “*was ist Aufklärung*”. Assim como as outras respostas manifestadas naquela mesma época, a de Kant não deixa de estar atenta a algumas ideias centrais presentes naquilo que podemos chamar de ideologia do Iluminismo, mas é importante nos ater a uma questão que é um dos pressupostos essenciais desta dissertação: o fato de que a problematização sobre a *Aufklärung* no contexto kantiano presente tanto no opúsculo quanto em outras obras vão além das bandeiras tradicionais da busca pelo conhecimento e da liberdade, presentes na cultura muitas vezes vista como *ingênua* do Iluminismo. E isso se dá não pelo inaudito que Kant, de certo modo, não traz ao fazer de algumas ideias caras às Luzes um arcabouço para a sua visão de *Aufklärung*, mas sim por aquilo que ele estabelece, metacriticamente, como Esclarecimento a partir da sua própria concepção filosófico-crítica.

Em uma passagem do *Tratado de argumentação* (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 38-39), Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca discutem a respeito da universalidade do auditório para o qual certo discurso é direcionado. Lembrando Sartre e suas conferências sobre o auditório do escritor, os autores destacam a universalidade abstrata à que muitos escritores se dirigem, sem pensar, no entanto, na universalidade concreta à qual eles muitas vezes não atingem. Essa questão é essencial de ser ressaltada nesse âmbito, porque vemos, ao observar o alcance da mensagem kantiana sobre o Esclarecimento, que essa universalidade Kant conseguiu conquistar. Mesmo fazendo uso de um auditório particular, circunscrito, se assim podemos pensar, aos leitores do *Berlinischen Monatsschrift*, aos seus amigos e alunos, Kant conseguiu com sua resposta sobre a *Aufklärung* atingir um público universal e falar para pessoas de várias épocas sem que sua mensagem perdesse, ao longo dos muitos anos, a sua importância.

Ao responder uma pergunta feita em um periódico de um grupo de iluministas, do qual ele mesmo fazia parte, muito provavelmente Kant estava se dirigindo tão somente a um “auditório de elite”, para falar ainda com Perelman e Olbrechts-Tyteca; um auditório que “só encarna o auditório universal para aqueles que lhe reconhecem o papel de

vanguarda e de modelo” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 38). Contudo, é interessante notar que, por mais que possa ter, a princípio, sido voltado a um público limitado, o discurso de Kant a respeito da *Aufklärung* acabou por atingir outras audiências, a ponto de se tornar um dos textos mais conhecidos do filósofo e também, de certo modo, da filosofia moderna.

Kant, ao escrever sua resposta, certamente, não imaginava que ela fosse atingir tantas pessoas. Entretanto, pela forma como tratou a ideia de Esclarecimento, o filósofo não só apontou para seu tempo, mas construiu uma ponte para conversar com outros períodos da história. Com a reflexão que não raro se sumariza por meio do lema de que o homem deve ousar conhecer, de que o ser humano deve ser autônomo e usar o seu conhecimento e servir-se de seu entendimento e de sua inteligência, Kant estabeleceu, a partir de alguns dos pressupostos mais essenciais do Iluminismo, uma divisa para a humanidade como um todo. Como diz Ernst Cassirer, “este lema é, ao mesmo tempo, o de toda a história humana, pois é no processo da própria liberação, na linha do progresso que vai da ligação natural à consciência autônoma do espírito em relação a si mesmo e a sua missão”. (CASSIRER, 1993, p. 270, tradução nossa).<sup>56</sup>

Como tivemos a chance de ver, a resposta escrita por Kant parece não ter sido divulgada com a finalidade tácita de engendrar uma teoria sistemática sobre a *Aufklärung*. Na verdade, percebe-se dentro dessa exposição não um sistema de fato, mas, sim, a manifestação de uma reflexão erigida a partir de um certo “conhecimento comum” agregado a áreas diversas. E o mais importante é que essa reflexão é desenvolvida a partir das contribuições sistemáticas da própria filosofia crítica kantiana (*Log*, AA 09: AK 75). Assim, sem estabelecer cisões entre aquilo que é apresentado fundamentalmente em sua filosofia crítica e aquilo que é desenvolvido em sua reflexão sobre o Esclarecimento, Kant faz de sua teoria um elemento que revela outras questões sobre o processo de Esclarecimento, além de alargar a compreensão de outras problematizações feitas pelo filósofo em outras obras. Com isso, percebe-se que é, a partir dos próprios escritos kantianos, que se pode pensar a respeito do Esclarecimento e entendê-lo com mais acuidade.

---

<sup>56</sup> No original: Este lema es, al mismo tiempo, el de toda la historia humana, pues es en el proceso de la propia liberación, en la línea de progreso que va de la vinculación natural a la conciencia autónoma del espíritu con respecto a sí mismo y a su misión [...]. (CASSIRER, 1993, p. 270).

A proposta kantiana, quando mais profundamente analisada, mostra-se afinada tanto à sua filosofia epistemológica, enquanto exercício crítico do pensar, quanto ao seu pensamento ético e moral, lastreado na autonomia e na liberdade do sujeito. Assim, o Esclarecimento, da forma como é estruturado por Kant, é visto como um processo que atua, fundamentalmente, em duas esferas: no plano público e privado. Para se manifestar e originar seu caráter público, o Esclarecimento precisa ser exposto externamente e requer, para tal, como condição necessária o uso da razão pública ou a liberdade pública. No plano privado, por sua vez, ele requer uma mudança do indivíduo, uma transformação do sujeito, que precisa exercer sua autonomia e usar o seu próprio pensamento e, para tanto, está ligado também à liberdade individual e à razão do sujeito.

Apontando para um processo lastreado em algumas das principais características da filosofia ético-prática, o conceito kantiano que também dialoga com o período iluminista alemão destaca a necessidade do homem de buscar sair do estado em que se encontra, denominado por “menoridade”, para se desenvolver epistemológica e eticamente, alcançando, assim, a maioridade, isto é, a fase em que o sujeito é realmente capaz de tomar decisões *per se*. Assim, percebe-se que tanto o âmbito epistemológico quanto o ético andam juntos para construir o Esclarecimento na perspectiva kantiana. E aqui há que se observar um direcionamento ao exterior, à ação na esfera pública, na medida em que é exigido do sujeito que ele se coloque no mundo e seja autônomo no âmbito do pensar e do agir. Há, nesse sentido, um direcionamento para que o sujeito use as máximas que estão envolvidas no Esclarecimento, conforme Kant enuncia tanto na *Antropologia de um ponto de vista pragmático*, quanto na *Crítica da faculdade do juízo*. Desse modo, é preciso que os seres humanos, além de pensarem por si mesmos, se coloquem em comunicação com os outros e levem em consideração a sua razão.

Dialogando com conceitos fundamentais da filosofia crítica, com posicionamentos relacionados à forma como o filósofo percebe a história e o progresso da humanidade, o Esclarecimento kantiano diz respeito ao âmbito prático e aponta também para uma necessidade do homem. Mais do que um movimento de ideias, com uma dada orientação rumo a uma mudança, a palavra *Aufklärung* aponta para uma ideia de um processo <*Prozeß*>, um processo que traz não apenas reflexões e ideias, mas um processo de reforma que está presente em áreas diversas que perpassam a política, a religião, a moral, como ressalta Werner Schneiders (2014, p. 13). E esse processo não estanque e não automático, como vimos, abarca dentro de si uma ação.

Para além dessa relação epistemológico-ética, se assim podemos dizer, observa-se também que existe uma imbricação bastante singular do Esclarecimento com a política e com a educação. Assim, a esfera governamental e o âmbito político acabam por assumir um papel crucial nesse plano, no sentido de que eles devem ser capazes, na perspectiva kantiana, de promover para os cidadãos, sem o prejuízo de quaisquer obrigações republicanas, o exercício da liberdade pública. Nessa perspectiva, a instituição de amarras por meio da censura e do cerceamento da liberdade das pessoas e de seu senso crítico por meio da difusão de preconceitos e superstições é algo afastado desse cenário. A educação, por sua vez, impulsionada também por essa esfera política, que devia dar ao âmbito formacional a devida atenção, surge no cenário da *Aufklärung* com a tarefa de fazer a ponte para que o homem comece de fato a ser formado, tanto no âmbito instrucional e técnico quanto na esfera moral e ética, a partir da educação do caráter.

Allen Wood, na obra *Vida e obra de Kant*, afirma que “se tornar esclarecido é virtualmente impossível para um indivíduo isolado, mas torna-se possível quando a prática de pensar criticamente torna-se prevalente em um povo no qual reina um espírito livre e uma comunicação aberta entre seus membros” (WOOD, 2008, p. 31). Embora a afirmação de Wood de que se tornar esclarecido individualmente é “impossível” seja questionável, uma vez que o próprio Kant acredita ser possível esclarecer indivíduos particulares (essa até seria a forma mais fácil de esclarecer)<sup>57</sup>, é importante levar em consideração essa necessidade da prática de pensar criticamente e instituir a comunicabilidade entre as pessoas apontada pelo comentador. Esse ponto é fundamental, mas é, certamente, bastante difícil de ser feito. Por essa razão, a grande questão que fica, ao final desta pesquisa, é como fazer com que essas reflexões e mesmo a sua crítica se tornem mais difundidas. Mais do que isso, como tentar estabelecer entre os povos, em nosso tempo, um espírito livre de preconceitos e superstições, para criar uma ponte para uma comunicação e difusão de ideias mais ampla e respeitosa entre os indivíduos, levando em consideração também as críticas que precisam ser levadas em conta em relação ao processo de Esclarecimento?

Em uma época na qual instituições, tanto em solo brasileiro quanto em vários outros locais no mundo, estão sendo mais do que nunca desmontadas para a implantação

---

<sup>57</sup> Conforme o que o filósofo afirma no ensaio “O que significa orientar-se pelo pensamento” (WDO, AA 08: 330n).

sem entraves de projetos governamentais que se pautam na restrição da manifestação do contraditório no âmbito do pensar e do agir, é fundamental pensar e, sobretudo, criar caminhos diferentes para reverter a situação dada.

Infelizmente, vemos que ganha força não só aqui, mas em vários pontos do globo, uma política lastreada nos preconceitos, pautada no ódio ao diferente, erigida com a desinformação e legitimada, infelizmente, por diferentes âmbitos da sociedade. Diante desse cenário em que superstições fundadas no descrédito à educação e à ciência são acirradas; diante desse espaço que se ergue sob a égide de políticas baseadas em ideologias que reprimem o diverso, que fazem apologia ao ódio ao diferente e que investem na limitação do acesso e da liberdade dos sujeitos, só nos resta ser críticos para mudar, de fato, essa situação.

Desse modo, sob a perspectiva desse cenário que muitas vezes nos mortifica, a crítica e a atitude com vistas ao Esclarecimento são mais que fundamentais. Nesse sentido, é essencial observarmos o que nos é proposto por Kant, em seu opúsculo sobre a *Aufklärung* e nas outras obras nas quais o filósofo chama atenção para uma postura esclarecida. É preciso que, criticamente, observemos o que de positivo essa proposta ainda nos apresenta e que tenhamos consciência do que nosso instante nos apresenta enquanto momento histórico para de fato agir.

Pensando a partir do que Kant explicitamente nos coloca, por sermos seres em perene formação, é preciso que, mesmo diante do medo, busquemos com coragem reflexiva exercitar a nossa razão, a nossa criticidade e procuremos trazer à tona a nossa autonomia, por meio de um julgamento e um entendimento mais agudo acerca do nosso momento histórico. Uma metacrítica do Esclarecimento, nesse sentido, se faz extremamente necessária, no sentido de que observemos e afinemos a nossa capacidade de análise quanto às pretensões que esse período que vivemos nos apresenta. Diferentemente da ode obscurantista, do discurso anti-iluminismo que parece se descortinar em muitos redutos hoje, é fundamental fazer ecoar outras reflexões. Nessa perspectiva, o Esclarecimento surge como um elemento teórico para que as pessoas consigam compreender o presente, transformando-o, quem sabe, no sentido de um futuro menos problemático. Como aponta Allen Wood:

*A Crítica da razão pura* (mesmo seu título) reflete uma concepção histórica da tarefa de Kant. Kant vê a “crítica” como um tribunal metafórico perante o qual as pretensões tradicionais da metafísica são trazidas para testar a sua validade. Sua metáfora é retirada da ideia

política do Esclarecimento, qual seja, a de que as pretensões tradicionais dos monarcas e das autoridades religiosas deveriam ser trazidas às barras da razão e da natureza, pois, doravante, a legitimidade de ambas deveria basear-se somente no que a razão livremente reconhece. A filosofia de Kant é conscientemente criada para uma era do Esclarecimento na qual os indivíduos estão começando a pensar por si mesmos e todas as matérias de interesse comum devem ser decididas por um público esclarecido, através da livre comunicação de pensamentos e argumentos. (WOOD, 2008, p. 31).

Pensando nessa ideia de uma filosofia conscientemente criada para dialogar com uma era em que os homens podem, de fato, sair da menoridade, é preciso criar as condições para a instituição de um público criticamente esclarecido. O grande problema que faceamos hoje, no entanto, diz respeito ao fato de que, além de não existir por parte do governo a concessão de uma liberdade pública, que realmente permite aos cidadãos expor o que pensam, existe um poder que não deseja que sejam criadas essas condições para estabelecer a criticidade. Infelizmente, diferentemente do que afirma Kant no opúsculo de 1784 sobre os governantes de seu tempo (WA, AA 08: 493), os nossos soberanos se interessam em desempenhar o papel de tutores – e não só no campo religioso, mas também no campo intelectual e pessoal. E eles tentam fazer isso por várias vias.

Assim, utilizando o cerceamento da liberdade por meio da censura às artes, às manifestações públicas; por meio da restrição do investimento em educação pública, por meio do tolhimento do exercício da liberdade no campo das relações humanas; por meio do cerceamento da liberdade de expressão; por meio do uso de preconceitos e superstições, vemos que o governo limita, de forma “menor”, imatura e agressiva, anseios de Esclarecimento do seu povo. Assim, veem-se preconceitos sendo incrustados e recrudesando na sociedade; percebe-se a presença da repugnância em relação às ciências e ao conhecimento sendo cultivada; nota-se o ódio à educação, à pesquisa; e tudo isso ocorre enquanto devia haver um fomento para todas essas áreas. Desse modo, em vez de se despir dos preconceitos e dos prejulgamentos, muitos se aferram a eles.

Kant, como vimos, deixa claro que esclarecer e educar não são processos simples, mas é preciso, mesmo diante de todas as dificuldades que certos tempos apresentam, que as pessoas façam uso de sua autonomia e passem a realmente pensar por si mesmas. É preciso que os indivíduos tenham noção de que isso é possível, entendam o processo e

procurem usar o próprio pensamento e avancem no sentido de provocar uma revolução no âmbito do seu pensar. Essa revolução, que é predicada como a mais importante mudança do ser humano, tem na autonomia e no ato de pensar por si mesmo duas questões bastante basilares e deve ocorrer, primeiramente, no íntimo do homem até chegar ao exterior, por meio de uma comunicação ampla e do diálogo crítico com outras pessoas.

Ainda que seja uma proposta que traz em si algumas questões que precisam ser repensadas, a *Aufklärung* kantiana ainda tem muito a nos dizer. Nesse sentido, fica claro que é necessário resgatar criticamente alguns valores que norteiam o Esclarecimento kantiano. E essa postura é fundamental para que o processo aventado não leve a uma semiformação, que pode promover uma mudança limitada condicionada às ideologias e às estruturas sociais vigentes, como destaca Adorno em muitos momentos ao pensar no Esclarecimento contemporâneo<sup>58</sup>. Assim, retomando a crítica de Adorno e Horkheimer feita à *Aufklärung*, “o Esclarecimento deve preparar um conceito positivo de Esclarecimento, que o solte do emaranhado que o prende a uma dominação cega” (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 15). E o aspecto metacrítico, nessa perspectiva, é fundamental. Talvez, dessa forma, como assevera Kant, em sua *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*, por meio de um progressivo Esclarecimento <*durch fortgesetzte Aufklärung*> (IaG, AA 08: 393), será possível a fundação de um modo de pensar que realmente transforme as pessoas e, quem sabe, aponte para um futuro mais significativo.

---

<sup>58</sup> Como aponta Wolfgang Leo Maar ao fazer algumas observações sobre a filosofia adorniana, o Esclarecimento na perspectiva de Adorno, enquanto consciência de si, “é condicionado culturalmente e, nos termos da indústria cultural, limita-se a uma ‘semiformação’” (MAAR, 1995, p. 23). Em outras palavras, o indivíduo não se forma realmente. Ele tem apenas uma formação limitada por aquilo que a indústria cultural permite e admite. E isso se dá porque há uma correspondência a interesses objetivos de modo que “pelo fenômeno da indústria cultural, portanto, a dominação do plano da subjetividade, até mesmo em seus aspectos mais subjetivos, seria condicionada à estrutura social” (MAAR, 1995, p. 23).

## REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de filosofia. Trad. Alfredo Bosi e Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ADORNO, Theodor. *Dialética negativa*. Trad. Marco Antonio Casanova. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

\_\_\_\_\_. *Educação e emancipação*. Trad. Wolfgang Leo Maar. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1995.

\_\_\_\_\_. *Prismas*. Trad. Augustin Wernet e Jorge M. B. Almeida. São Paulo: Editora Ática, 1998.

\_\_\_\_\_. *Teoria estética*. Trad. Artur Morão. Coimbra: Edições 70, 2011.

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*. Trad. Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

ARENDT, Hannah. *Lições sobre a filosofia política de Kant*. Org. Ronald Beiner. Trad. André Duarte. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

BECK, Lewis White. Foreword to the Torchbook edition. In: KANT, I. *Lectures on ethics*. Trad. Louis Infield. New York: Harper Torchbooks, 1963.

BECKENKAMP, Joãozinho. Kant e a discursividade do entendimento. *Analytica*, Rio de Janeiro, vol. 15 n. 1, 2011, p. 109-12. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/analytica/article/viewFile/621/577>. Acesso em 7 de setembro de 2018.

BEISER, Frederick C. *German Idealism*. 1<sup>st</sup> edition. Cambridge, Massachusetts, London, England: Harvard University Press, 2008.

\_\_\_\_\_. The Enlightenment and idealism. In: *The Cambridge Companion to German Idealism*. Edited by Karl Ameriks. Cambridge: Cambridge University Press, 2000, p. 18-36.

\_\_\_\_\_. *The fate of reason*. German philosophy from Kant to Fichte. Cambridge: Harvard University Press, 1987.

BUENO, V. C. A. A Faculdade de Filosofia e a Prática do Uso Público da Razão. In: *Estudos Kantianos*, Marília, v. 3, n. 1, p. 169-176, Jan./Jun., 2015

CASSIRER, Ernest. *A filosofia do Iluminismo*. Trad. Álvaro Cabral. 3<sup>a</sup> ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

\_\_\_\_\_. *Kant, vida y doctrina*. Trad. Wenceslao Roces. México: Fondo de cultura económica, 1993.

\_\_\_\_\_. *Rousseau, Kant, Goethe: Two Essays*. Princeton: Princeton University Press, 1945.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de símbolos*. 19ª edição. Trad. Vera da Costa e Silva et al. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 2005.

CORREIA, Adriano. O conceito de mal radical. In: *Trans/Form/Ação: Revista de Filosofia*, v. 28, n. 2 (2005), São Paulo.

DILTHEY, Wilhelm. *História da filosofia*. Trad. Silveira Mello. São Paulo: Livraria Exposição do Livro [s.d.].

EHRHARD, Bahr (org.) *Was ist Aufklärung? Thesen und Definitionen*. Kant, Erhard, Hamann, Herder, Lessing, Mendelssohn, Riem, Schiller, Wieland. Stuttgart: Reclams Universal – Bibliothek, 2012.

ERHARD, Johann Benjamin. Über das Recht des Volks zu einer Revolution. In: EHRHARD, Bahr. *Was ist Aufklärung: Thesen und Definitionen*. Herausgeben von Ehrhard Barh. Stuttgart: Reclam, 2006.

FALCON, Francisco José Calazans. *Iluminismo*. 4ª edição. São Paulo: Ed. Ática, 1994. Coleção Princípios.

FOUCAULT, Michel. Qu'est-ce que les Lumières?. In : *Dits et Écrits*. Paris: Gallimard, 1994, Volume IV. p. 562-579.

\_\_\_\_\_. Ditos e escritos, v. II: *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Trad. E. Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GEHLEN, A. Über kulturelle Kristallisation. In: *Studien zur Anthropologie und Soziologie*. Neuwied, 1963, p. 321.

GOLDMANN, Lucien. *Crítica e dogmatismo na cultura moderna*. Trad. Reginaldo e Clélia di Piero. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.

\_\_\_\_\_. *La Ilustracion y la sociedad atual*. Trad. Julieta Fombona. Caracas: Editorial Arte, 1968.

GUYER, Paul. *Kant*. New York: Routledge Press, 2006.

\_\_\_\_\_. (org.). *The Cambridge Companion to Kant and Modern Philosophy*. Cambridge University Press, 2006.

\_\_\_\_\_. The starry heavens and the moral law [Introduction]. In: *The Cambridge companion to Kant*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

HABERMAS, Jürgen. *A nova obscuridade*. Trad. Luiz Repa. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 181-206.

\_\_\_\_\_. *Ocidente dividido: pequenos escritos políticos*. Trad. Bianca Tavorlari. 1ªed. São Paulo: Editora UNESP, 2016, p. 159-269.

\_\_\_\_\_. *O discurso filosófico da modernidade: doze lições*. Trad. Luiz Sergio Repa e Rodnei Nascimento. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HAMMAN, J. Brief an Christian Jacob Kraus. In: EHRHARD, Bahr (org.) *Was ist Aufklärung? Thesen und Definitionen*. Kant, Erhard, Hamann, Herder, Lessing, Mendelssohn, Riem, Schiller, Wieland. Stuttgart: Reclams Universal – Bibliothek, 2012.

HERDER, Johann G. Wort und Begriff der Humanität. In: EHRHARD, Bahr. *Was ist Aufklärung: Thesen und Definitionen*. Herausgeben von Ehrhard Barh. Stuttgart: Reclam, 2006.

HOBBSAWM, Eric. *A era das revoluções*. Trad. Maria Tereza Teixeira e Marcos Pimentel. 25 ed. São Paulo: Paz Terra, 2010.

ISRAEL, Jonathan. *Illuminismo radical*. Trad. Cláudio Blanc. São Paulo: Madras, 2009.

KANT, Immanuel. *A Metafísica dos costumes*. Trad. José Lamego. 2ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

\_\_\_\_\_. Answer to the question: What is Enlightenment. In: *The philosophy of Kant: Immanuel Kant's moral and political writings*. Org. Carl J. Friedrich. New York: The modern library, 1949.

\_\_\_\_\_. *A religião nos limites da simples razão*. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2008.

\_\_\_\_\_. *Antropologia de um ponto de vista pragmático*. Trad. Clélia Aparecida Martins. São Paulo: Iluminuras, 2006.

\_\_\_\_\_. *Correspondence*. Org. Paul Guyer and Allen W. Wood. Trad. Arnulf Zweig. New York: Cambridge University Press, 1999.

\_\_\_\_\_. *Crítica da faculdade do juízo*. Trad. Valério Rohden e António Marques. 2ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

\_\_\_\_\_. *Crítica da razão prática*. Trad. Valério Rohden. 2ª ed. Edição bilíngue. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

\_\_\_\_\_. *Crítica da razão pura*. Trad. Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.

\_\_\_\_\_. *Escritos pré-críticos*. Trad. Jair Barboza et al. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

\_\_\_\_\_. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Trad. Guido Antônio de Almeida. Edição bilíngue. São Paulo: Discurso Editorial/Barcarolla, 2009.

\_\_\_\_\_. *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*. Trad. Rodrigo Naves e Ricardo R. Terra. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

\_\_\_\_\_. *Kants Briefe (1724-1804)*. (Org. Ohmann, F). Leipzig: Insel-Verlag, 1911.

\_\_\_\_\_. *Lectures on ethics*. Trad. Louis Infield. New York: Harper Torchbooks, 1963.

\_\_\_\_\_. *Manual dos cursos de lógica geral*. Trad. Fausto Castilho. 3ª edição. Campinas: Editora Unicamp, 2014.

\_\_\_\_\_. *O conflito das faculdades*. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2017.

\_\_\_\_\_. O que significa orientar-se pelo pensamento. Trad. Floriano de Sousa. In: *Textos seletos*. Edição bilíngue. Petrópolis: Vozes, 1974.

\_\_\_\_\_. *Opus postumum*. Trad. Eckart Förster e Michael Rosen. New York: Cambridge University Press, 1995.

\_\_\_\_\_. Resposta à pergunta: que é Esclarecimento. Trad. Floriano de Sousa. In: *Textos seletos*. Edição bilíngue. Petrópolis: Vozes, 1974.

\_\_\_\_\_. *Schriften zur Anthropologie, Geschichtsphilosophie, Politik und Pädagogik*. (Werkausgabe in 12 Bänden – XII). Band XI. Frankfurt am Main: Suhrkamp Taschenbuch, 2000.

\_\_\_\_\_. *Schriften zur Anthropologie, Geschichtsphilosophie, Politik und Pädagogik*. (Werkausgabe in 12 Bänden – XII). Band XII. Frankfurt am Main: Suhrkamp Taschenbuch, 2000.

\_\_\_\_\_. *Sobre a pedagogia*. Trad. João Tiago Proença. 1ª edição. Lisboa: Edições 70, 2012.

JUNG, Carl Gustav. Chegando ao inconsciente. In: *O homem e seus símbolos*. Org. Carl G. Jung. Trad. de Maria Lúcia Pinho. Rio de Janeiro: Harper Collins Brasil, 2016.

KENNY, Anthony. *The rise of Modern Philosophy*. Volume 3. New York: Oxford University Press, 2006.

KLEIN, J. T. A resposta kantiana à pergunta: Que é Esclarecimento? *Revista Ethic@*. Florianópolis v. 8, n 2, p. 211-227. Dez. 2009.

KÜLPE, O. *Kant*, Barcelona: Ed. Labor, 1925.

LA ROCCA, Claudio. Aufklärung und Formen der Rationalität. Kant und die Vernunft als Zweck. In: *Kant und die Aufklärung*, hrsg. v. L. Cataldi Madonna u. Paola Rumore, Olms, Hildesheim-Zürich-New York, 2011, p. 95-115.

LAPLANTINE, François. *Aprender antropologia*. Trad. Maria-Agnès Chauvel. São Paulo: Editora Brasileira, 2003.

LIMA FILHO, J. E. Esclarecimento e educação em Kant. In: *Trans/Form/Ação*, Marília, v. 42, n. 2, p. 59-84, Abr./Jun., 2019.

LOSONSLY, Michael. *Enlightenment and action from Descartes to Kant*. Cambridge University Press, 2003.

MANN, Thomas. *A montanha mágica*. 2. Ed. Tradução de Herbert Caro. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2000, p. 136.

MAAR, W. L. Prefácio à edição brasileira. In: ADORNO, T. W. *Educação e emancipação*. Trad. Wolfgang Leo Maar. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1995.

MENDELSSOHN, Moses. On the Question: What Is Enlightenment? In: SCHMIDT, James. *What is Enlightenment? Eighteenth-Century answers and Twentieth-Century questions*. Edited by James Schmidt. Berkeley: University of Berkeley, 1996, p. 51-54.

\_\_\_\_\_. Über die Frage: Was heißt Aufklärung. In: EHRHARD, Bahr (org.) *Was ist Aufklärung? Thesen und Definitionen*. Kant, Erhard, Hamann, Herder, Lessing, Mendelssohn, Riem, Schiller, Wieland. Stuttgart: Reclams Universal – Bibliothek, 2006.

MÖHSEN, J. K. W. What Is to Be Done Toward the Enlightenment of the Citizenry?. In: SCHMIDT, James. *What is Enlightenment? Eighteenth-Century answers and Twentieth-Century questions*. Edited by James Schmidt. Berkeley: University of Berkeley, 1996, p. 47-50.

MORUJÃO, A. F. Prefácio à edição portuguesa da Crítica da razão pura. In: KANT. *Crítica da razão pura*. Trad. Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.

PASCAL, George. O pensamento de Kant. Trad. de Raimundo Vier. 6ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

PECORARI, Francesco. O conceito de liberdade em Kant. In: *Revista Ética e Filosofia Política*, nº 12, volume, Juiz de Fora, abril de 2010.

PEREIRA, Gylmara de Araújo; AQUINO, Thiago Antonio Avellar de;. “A culpa e suas relações com a religiosidade e o sentido da vida”. In: *Revista Logos & Existência*. 5 (2), p. 204-219, 2016. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/le/article/view/31974/16886> Acesso em 21 abr. 18.

PINHEIRO, Leticia M. *O conceito kantiano de mal radical e o resgate da disposição originária para o bem*. 2007. 142p. [Dissertação]. Faculdade de Filosofia, Universidade Federal de Santa Maria, 2007.

PINKARD, Terry. *German philosophy, 1760-1860: The legacy of Idealism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

REINHOLD, Karl Leonard. Thoughts on Enlightenment. In: SCHMIDT, James. *What is Enlightenment? Eighteenth-Century answers and Twentieth-Century questions*. Edited by James Schmidt. Berkeley: University of Berkeley, 1996, p. 61-70.

SCHMIDT, James. Kant and the politics of Enlightenment: Reason, Faith and Revolution. *Studies in Eighteenth-Century Culture*, Volume 25, 1996, p. 225-244 (Article). Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/267160/pdf> Acesso em: 25 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. Misunderstanding the Question “What is Enlightenment?”: Venturi, Habermas, and Foucault. In: *History of European Ideas* 37 (2011) 43-52. Disponível em: <https://hdl.handle.net/2144/2412>. Data do acesso 25 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. What Enlightenment Project. In: *Sage Journals*. December, 2000. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0090591700028006002> Acesso em 25 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. *What is Enlightenment? Eighteenth-Century answers and Twentieth-Century questions*. Edited by James Schmidt. Berkeley: University of Berkeley, 1996.

SCHNEEWIND, J. B. Autonomy, obligation, and virtue: An overview of Kant's moral philosophy. In: *The Cambridge companion to Kant*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

SCHNEIDERS, WERNER. *Das Zeitalter der Aufklärung*. 5ª ed. München: C.H. Beck, 2014.

TEMPLE, Giovanna C. Aufklärung e a Crítica kantiana no pensamento de Foucault. *Cadernos de Ética e Filosofia Política*. 14, 1/2009, p. 225-246.

WOOD, Allen W. Vida e obra de Kant. In: *Kant*. Tradução de Delamar José Volpato Dutra. Porto Alegre: Artmed, 2008.

\_\_\_\_\_. Kant's practical philosophy. In: *The Cambridge Companion to German Idealism*. Edited by Karl Ameriks. Cambridge: Cambridge University Press, 2000, p. 57-75.

WIELAND, C. M. Sechs Fragen zur Aufklärung. In: EHRHARD, Bahr. *Was ist Aufklärung: Thesen und Definitionen*. Herausgeben von Ehrhard Barh. Stuttgart: Reclam, 2006.

\_\_\_\_\_. Ein paar Goldkröner aus — Maculator oder Sechs Antworten auf sechs Fragen. In: SCHMIDT, J. *What is Enlightenment? Eighteenth-Century answers and Twentieth-Century questions*. Edited by James Schmidt. Berkeley: University of Berkeley, 1996.